

**A REVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DOS POVOS INDÍGENAS NO
BRASIL: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu –
Mato Grosso - 1970-1999**

Heloisa Pagliaro

**Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Epidemiologia
da Faculdade de Saúde Pública
da Universidade de São Paulo
para obtenção de Grau de Doutor**

Área de Concentração: Epidemiologia

**Orientadora: Professora Associada
Maria Stella Ferreira Levy**

**São Paulo
2002**

Foto: W. Jesco von Puttkamer

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores.

Assinatura:

Data: 30/07/2002

Este trabalho é dedicado ao povo Kaiabi - pela sua coragem.

Foto: W. Jesco von Puttkamer



Em memória de Prepori, pela determinação em salvar o seu povo.

A meu companheiro Marcelo e a meu filho Vicente,
pelo carinho e solidariedade.

A meus pais,
com quem aprendi o valor da perseverança.

Agradecimentos

A todos os Kaiabi que pacientemente colaboraram para a realização deste trabalho, especialmente Mairawê e Tuiaraiup, por seus interessantes relatos.

À Professora Maria Stella Ferreira Levy, orientadora desta tese, pela atitude de respeito por minhas idéias, sugestões e amizade.

Ao Professor Roberto G. Baruzzi, exemplo de dedicação à saúde dos povos indígenas, pelo convite para esta prazerosa aventura xinguana.

À Professora Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira, pela paciente leitura, respeito e brilhantes sugestões.

Aos colegas Maria Graciela González de Morell e Paulo Campanário, pelos questionamentos enriquecedores e colaboração na aferição dos dados.

A Douglas Rodrigues, Coordenador da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da UNIFESP/EPM, pela colaboração e cessão das informações.

A todos os colegas do Departamento de Medicina Preventiva, que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho, e especialmente a Mara Helena Andrea Gomes, pela paciência, companheirismo e sugestões; José Eduardo Cajado Moncau, grande amigo e companheiro da viagem ao Xingu, Mariângela Cainelli de Oliveira Prado, pelo apoio e incentivo; Francisco Bisio, pelo apoio administrativo e Waldir Luiz Alves, pelo apoio computacional.

Aos amigos, que pacientemente me ouviram e apoiaram, especialmente à Márcia Chartune Santos, pela revisão do texto; Carlota Vieira Machado, pela revisão das tabelas; Renata Andrade, pela revisão dos arquivos.

À Fernanda Maria Gonçalves Almeida, pelas sugestões, incentivo e amizade.

RESUMO

Pagliari, H. **A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas no Brasil – A Experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu (MT), 1970-1999.** São Paulo; 2002. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Objetivo. Nesta investigação, analisa-se a dinâmica demográfica dos índios Kaiabi do Parque Indígena do Xingu (PIX), Mato Grosso, Brasil, no período 1970-1999. **Métodos.** Análise transversal e longitudinal da dinâmica demográfica, com base nas informações do registro contínuo de eventos vitais da população das aldeias Kaiabi do PIX, geradas pelo programa de saúde da UNIFESP no Xingu, apoiados por levantamento histórico e etnográfico. **Resultados.** O contato com a sociedade nacional, nas décadas de 1920 a 1950, na região do rio Teles Pires, deu origem à depopulação das aldeias por confrontos e epidemias e à migração de parte dos Kaiabi para o Xingu. Em 1970, havia 204 Kaiabi no PIX e, em 1999, 758. O crescimento médio anual da população, no período 1970-1999, foi de 4,5%. No final da década de 1990, a taxa bruta média de natalidade era de 53,7 por mil habitantes e a de mortalidade, de 8,1 por mil. Na população, 56,2% são menores de 15 anos de idade, sendo a taxa de mortalidade infantil de 15,2 por mil nascimentos vivos, em razão de um programa de saúde indígena existente na área desde 1965. A recuperação demográfica desta população se assemelha a do conjunto da população do Xingu, também atendida pelo programa de saúde. Destaca-se a análise da fecundidade por coortes acompanhadas por períodos de 35 anos, além da importância da coleta sistemática de dados demográficos para populações indígenas realizada pelo programa de saúde da UNIFESP no Xingu desde 1965.

Descritores: Demografia; Índios da América do Sul; Kaiabi; Recuperação Populacional.

SUMMARY

Pagliari, H. **A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil – A Experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu (MT), 1970-1999.** [The Demographic Revolution of the Brazilian Indians: the experience of the Kaiabi groupe at the Indigenous Park of Xingu (Mato Grosso), 1970-1999]. São Paulo (BR); 2002. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Objective. This study analyses the demographic dynamic of the Kaiabi population at the Indigenous Park of Xingu in Mato Grosso, Brazil, from 1970 to 1999. **Methods.** The demographic survey included cohort and period analyse, with vital statistics from Kaiabi villages there. **Results.** Contact with Brazilian national society, established in the 1920 and 1950, in the Teles Pires river region, caused a population drop due to clashes and epidemics. In 1952, a part of the Kaiabi group start to migrate to the Xingu region where they live at present. In 1970 there where 204 individuals in the Xingu villages and in 1999, 758. The crude birth rate is high (53,7 per thousand inhabitants) and the death crude rate low (8,1 per thousand inhabitants). The majority of the population is under 15 years of age (56,2%) and the infant mortality rate is low or moderate (15,2 per thousands live births), considering indigenous communities on general, because a health indigenous program is installed on the area before 1965. The demographic recovery starts at 1975 and is similar to that others indigenous Xingu groups. The research highlights the importance of a analyse of fertility cohorts about 35 years.

Descriptors: Demografy; South American Indians; Kaiabi; population recovery

ÍNDICE GERAL

Relação de Siglas

Relação de Tabelas

Relação de Figuras

INTRODUÇÃO

A Demografia dos Povos Indígenas no Brasil	p. 3
Os Kaiabi	p. 13
O Parque Indígena do Xingu	p. 16
A Pesquisa	p. 18

CAPÍTULO I – REFERENCIAIS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

I.1. Fontes de Informações e Sistematização dos Dados	p. 20
I.1.1. Informações históricas	p. 20
I.1.2. Informações demográficas	p. 21
I.1.3. Sistematização das informações demográficas	p. 23
I.2. Procedimentos Metodológicos e Definição de Conceitos	p. 24
I.2.1. Recuperação da trajetória histórica.	p. 24
I.2.2. Construção de indicadores demográficos	p. 24
I.3. O Desenho do Estudo	p. 30
I.3.1. Análise da mortalidade	p. 31
I.3.2. Análise da fecundidade	p. 32
I.3.3. Crescimento populacional	p. 36
I.4. Projeção da População e Aferição da Qualidade das Estimativas Populacionais Obtidas Através de Técnica Direta	p.37

CAPÍTULO II – A OCUPAÇÃO DO MATO GROSSO

II.1. Contextualizando o Cenário	p. 40
----------------------------------	-------

II.2. Bandeiras de Apresamento	p. 42
II.3. Formação da Fronteira e Mineração	p. 45
II.4. Expansão das Frentes de Colonização para o Norte e Médio-Norte Matogrossense	p. 49
II.5. A Exploração dos Rios e a Abertura das Vias de Comunicação com o Extremo Norte	p. 51
II.5.1. A identificação do rio Teles Pires	p. 53
II.6. Um Balanço da Ocupação até o Início do Século XIX	p. 56
II.7. Contribuição das Viagens e Expedições Científicas à Identificação dos Kaiabi	p. 59

CAPÍTULO III – OS PRIMEIROS CONTATOS DOS KAIABI COM A SOCIEDADE NACIONAL

III.1. A Exploração da Borracha na Amazônia: processo de produção e de Comercialização	p. 66
III.2. A Exploração da Borracha em Mato Grosso: os primeiros contatos Dos Kaiabi com a sociedade nacional	p. 69
III.3. O Serviço de Proteção aos Índios e o Relacionamento dos Kaiabi com os Postos Indígenas	p. 75
III.3.1. Os postos de proteção dos Kaiabi no Alto Teles Pires	p. 76
III.3.2. O posto de proteção dos Kaiabi no Baixo Teles Pires	p. 83
III.4. As Políticas de Colonização ao Norte e Médio-Norte Matogrossense	p. 86
III.4.1. O impacto da política de colonização em terras Kaiabi	p. 88
III.5. O Relacionamento dos Kaiabi com a Missão Católica	p. 92
III.6. O Contato dos Kaiabi com a Expedição Roncador-Xingu	p. 95
III.7. O Cenário da Mudança para o Xingu	p. 98

CAPÍTULO IV – A MUDANÇA DOS KAIABI PARA O XINGU p.100

CAPÍTULO V - A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS KAIABI DO XINGU ENTRE 1970 e 1999

V.1. Tendências de Crescimento da População	p.116
V.1.1. Componentes do crescimento populacional.	p.118
V.2. Estrutura da População	p.122
V.2.1. Composição por idades	p.123

V.2.2. Composição por sexo	p.126
V.3. Mortalidade	p.127
V.3.1. Mortalidade Geral	p.128
V.3.2. Mortalidade diferencial por idade e sexo	p.131
V.3.3. Mortalidade Infantil.	p.133
V.3.4. Esperança de vida ao nascer	p.135
V.4. Natalidade	p.136
V.5. Fecundidade e Nupcialidade.	p.140
V.5.1. Aspectos do ciclo de vida dos Kaiabi	p.140
V.5.2. Estimativas dos níveis e padrões da fecundidade	p.144
V.5.3. Comportamento da fecundidade entre 1970 e 1999 – análise transversal	p.145
V.5.4. Comportamento da fecundidade por coortes ou gerações de mães – análise longitudinal	p.148
V.5.5. Nupcialidade	p.153
V.5.6. Fatores que contribuíram para o aumento da fecundidade	p.154
V.6. Migrações e Casamentos Intertribais	p.157
V.6.1 Migração externa	p.157
V.6.2 Migração interna e casamentos intertribais	p.158
V.7. Projeções da População	p.161
CONCLUSÕES	p.163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.168

RELAÇÃO DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ATIX	Associação Terra Indígena do Xingu
BASA	Banco da Amazônia
BR	Rodovia Federal
CIMI	Centro Indigenista Missionário
CLTE	Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato-Grosso ao Amazonas
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CONOMALI	Companhia Colonizadora Noroeste Mato-Grossense
DISEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
DISEIX	Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu
DMP	Departamento de Medicina Preventiva
EPM	Escola Paulista de Medicina
ERION	Empresa Rio Novo Ltda
FBC	Fundação Brasil Central
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
ISAMU	Inland South American Missionary Union
MIA	Missão Anchieta
MT	Mato Grosso
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PI	Posto Indígena
PIV	Posto Indígena de Vigilância

PIX	Parque Indígena do Xingu
PNX	Parque Nacional do Xingu
RIHG	Revista do Instituto Histórico e Geográfico
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SIASI	Sistema de Informações à Assistência da Saúde Indígena
SIBAL	Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILT	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TFT	Taxa de Fecundidade Total
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USMA	Unidade de Saúde e Meio Ambiente

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1	Modelo de tabela utilizada para o acompanhamento das Gerações	p. 29a
Tabela 2	Coortes de mulheres Kaiabi em idade reprodutiva	p. 35
Tabela 3	Frequência de índios Kaiabi “localizados e assistidos” no Posto Caiabi, Baixo Teles Pires, 1941-1950	p. 85
Tabela 4	População Kaiabi em 1955	p. 105
Tabela 5	Estimativas da população Kaiabi no Xingu entre 1955 e 1966	p. 113
Tabela 6	Recenseamento dos Kaiabi moradores do Parque Indígena do Xingu em 1966	p. 113
Tabela 7	População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grupo local de moradia em 1970	p. 116
Tabela 8	População Kaiabi do PIX por sexo, segundo aldeia de moradia em 1999	p. 118
Tabela 9	Movimento da população Kaiabi do PIX, segundo eventos demográficos, 1970-1999	p. 120
Tabela 10	População Kaiabi do PIX e taxas médias de crescimento anual (%), 1970-1999	p. 121
Tabela 11	População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grandes Grupos de idade (%), 1970-1999	p. 121
Tabela 12	População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grupos quinquênais de idade, 1970-1999	p. 125
Tabela 13	Médias de idade e idades medianas dos Kaiabi do PIX, por sexo, 1970-1999	p. 126
Tabela 14	População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grandes	

	grupos de idade e razões de sexo, 1970-1999	p. 127
Tabela 15	População, óbitos gerais e taxas brutas de mortalidade dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 129
Tabela 16	Taxas brutas e específicas de mortalidade dos Kaiabi do PIX, por sexo, segundo a idade, 1970-1999	p. 130
Tabela 17	Distribuição relativa dos óbitos gerais dos Kaiabi do PIX, por sexo, segundo grupos etários, 1970-1999	p. 131
Tabela 18	Óbitos por sexo e razão de sexo dos óbitos dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 132
Tabela 19	Óbitos infantis, nascimentos e taxas de mortalidade infantil dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 134
Tabela 20	Evolução da esperança de vida ao nascer dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 135
Tabela 21	População, nascimentos e taxas brutas anuais de natalidade dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 137
Tabela 22	População, nascimentos e taxas brutas quinquenais de natalidade, 1970-1999	p. 138
Tabela 23	Nascimentos e razão de sexo dos nascimentos dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 139
Tabela 24	Taxas de fecundidade total e específicas por idades das mulheres Kaiabi do PIX, segundo decênios	p. 145
Tabela 25	Distribuição proporcional das taxas de fecundidade por idades das mulheres Kaiabi do PIX, segundo decênios	p. 147
Tabela 26	Descrição da vida reprodutiva das mulheres Kaiabi do PIX por coortes de nascimento	p. 150
Tabela 27	Parturições médias e acumuladas de coortes de nascimento das mulheres Kaiabi do PIX, segundo grupos de idades	p. 151
Tabela 28	Estado conjugal dos Kaiabi do PIX de 15 ou mais anos de idade, por sexo, 1999	p. 154
Tabela 29	População Kaiabi do PIX moradora de aldeias de outros povos do Parque, segundo aldeias de residência, 1999	p. 160
Tabela 30	População Kaiabi observada e projetada de ambos os sexos, segundo grupos de idades, 1970-2002	p. 162

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1	Localização do antigo território dos Kaiabi (MT)	p. 13a
Figura 2	Mapa do Parque Indígena do Xingu	p. 16a
Figura 3	Ficha médica do programa de saúde da UNIFESP-EPM	p. 21a
Figura 4	Lista nominativa geral dos Kaiabi do PIX.	p. 23a
Figura 5	Trajetos das principais Bandeiras e localização das Missões de jesuítas espanhóis	p. 43a
Figura 6	Trajetos das expedições de Manoel de Campos Bicudo e de Bartolomeu Bueno	p. 44a
Figura 7	Trajetos das Monções Cuiabanas	p. 46a
Figura 8	Território de ação da Prelazia Diamantina	p. 92a
Figura 9	Trajetos da Expedição Roncador-Xingu na exploração do rio Teles Pires	p. 96a
Figura 10	População Kaiabi do PIX por sexo e ano, 1970-1999	p. 121
Figura 11	Pirâmides Etárias da população Kaiabi do PIX, 1970, 1979, 1989, 1999	p. 123
Figura 12	Taxas brutas de natalidade e de mortalidade dos Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 139
Figura 13	Taxas específicas de fecundidade das mulheres Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 146
Figura 14	Distribuição proporcional das taxas específicas de fecundidade das mulheres Kaiabi do PIX, 1970-1999	p. 148
Figura 15	Parturições médias das mulheres Kaiabi do PIX das coortes 1, 2 e 3	p. 152
Figura 16	Parturições médias das mulheres Kaiabi do PIX das coortes 4, 5 e 6	p. 152
Figura 17	Parturições médias acumuladas das mulheres Kaiabi do PIX por coortes de nascimento	p. 152

INTRODUÇÃO

Evidências de que as populações indígenas no Brasil voltaram a crescer nas últimas décadas do século XX vêm sendo apresentadas em trabalhos recentes, contrariando as previsões de declínio apontadas nos anos cinquenta (Ribeiro 1957, 1991; Gomes 1991; Melatti 1999).

Entre a chegada dos europeus ao Brasil e o início do século XX a população indígena decresceu continuamente, reduzindo-se a cerca de 230 grupos tribais e 100 mil indivíduos (Melatti 1993). Estima-se que durante este período, aproximadamente, 85% das línguas indígenas tenham desaparecido (ISA 2001). Para a década de 1950, Ribeiro (1957) estimou em 143 o número de grupos tribais: 87 a menos em meio século. Atualmente existem 216 nações identificadas, com uma população de cerca de 350 mil indivíduos, vivendo em 561 áreas reconhecidas, mas, em sua grande maioria não demarcadas; alguns povos estão crescendo, em média, 3,5% ao ano. Há mais 50 grupos ainda não contatados. No recenseamento de 2000, aproximadamente 700 mil pessoas identificaram-se como índios (ISA 2001).

Como exemplos de povos indígenas que estão começando a recuperar suas populações, são apontados alguns do Mato Grosso e de outras regiões do país, que, embora vivam em condições diversas, vêm apresentado taxas de crescimento natural que variaram de 3 a 5%: Kamaiurá (Junqueira 1978); Nambiquara (Price 1994); Krahô (Melatti 1999); Bakairi (Picchi 1994); Canela (Greene e Crocker 1994); Xavánte de Pimentel Barbosa (Flowers 1994); Xavánte de Sangradouro-Volta Grande (Souza e Santos 2001); Tenetehara (Gomes 2002); Panará (Baruzzi e col. 1994); e o conjunto dos povos do Parque Indígena do Xingu (Rodrigues 1999).

Entre os diversos fatores que vêm sendo arrolados para explicar o crescimento demográfico observado, destacam-se: o aumento da capacidade de resistência dessas

populações às agressões dos agentes infecciosos, com a menor ocorrência de epidemias; a contribuição de ações de saúde voltadas para as populações em áreas de contato antigo; e a organização dos povos indígenas em instituições que agem em sua própria defesa (Gomes 1991; Melatti 1999; Junqueira, 2000).

A melhoria das condições de saúde de alguns povos indígenas levou ao declínio da mortalidade, e a manutenção da natalidade em níveis altos contribuiu para que essas populações ingressassem na segunda etapa do processo *de transição demográfica*, denominada por alguns demógrafos de *revolução demográfica* e caracterizada por altos índices de crescimento populacional (Notestein 1945; Thompson 1948; Patarra 1973; Souza 1974; Morales 1971).

O conjunto da população brasileira tem evoluído no sentido de ultrapassar a segunda fase do processo denominado *de transição epidemiológica*, caracterizada pela redução dos surtos epidêmicos, declínio progressivo da mortalidade, aumento da prevalência de doenças crônicas e degenerativas e da esperança de vida, e crescimento populacional contínuo (Omran 1971; Laurenti 1990). As modificações mais importantes observadas neste sentido resultam de intervenções preventivas e curativas, como a vacinação contra determinados agentes etiológicos, a difusão do uso de antibióticos e o tratamento da diarreia por hidratação oral (Palloni 1985).

O crescimento das taxas de natalidade de alguns grupos indígenas do Brasil nos últimos anos pode não decorrer apenas da contribuição direta de melhores condições de saúde. Estas taxas seriam conseqüentes também de padrões reprodutivos ancestrais, existindo evidências de que nas populações indígenas tais padrões são compatíveis com os seus anseios e necessidades estratégicas de poder e de ocupação de território. Os povos indígenas podem ter domínio sobre o tamanho de família e de população que desejam para atender às necessidades inerentes ao funcionamento de seus diferentes e complexos sistemas de organização social. Para isto, detêm práticas de restrição voluntária dos nascimentos, que variam de uma sociedade à outra, como ervas anticoncepcionais de efeito temporário ou definitivo, práticas abortivas naturais e mecânicas, além da prescrição do infanticídio em contingências específicas.

Esta constatação reforça a idéia de que os povos indígenas organizados podem ser soberanos quanto ao tamanho de suas populações, idéia que se contrapõe aos argumentos de linhas de pensamento de abordagem neomalthusiana que consideram os

“altos índices de crescimento” observados entre estas populações nos últimos anos como um “entrave” à sua sobrevivência física e cultural. Esta é uma questão polêmica e complexa, merecendo uma discussão mais aprofundada, que foge aos objetivos imediatos deste trabalho.

A Demografia dos Povos Índigenas no Brasil

Estudos sobre o comportamento demográfico das populações indígenas são ainda pouco frequentes no Brasil, embora se tenha observado, a partir dos anos oitenta, um tímido aumento de interesse de alguns demógrafos e antropólogos por este campo de estudo.

As dificuldades a serem enfrentadas para realizar este tipo de estudo estão centradas fundamentalmente na obtenção das informações necessárias para o cálculo de indicadores demográficos e na fragilidade destes indicadores, baseados no número muito reduzido dessas populações.

As fontes de dados oficiais sobre as populações indígenas sempre foram muito precárias. Além dos históricos recenseamentos pouco confiáveis dos governos provinciais, censos periódicos e registros de eventos vitais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) conta-se com informações sobre algumas populações, levantadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, por sua vez, oscilavam, ao longo do tempo, de acordo com os interesses políticos deste órgão.

Há muito tempo, estudiosos dos povos indígenas reivindicam a realização de recenseamentos periódicos e a implantação de registros contínuos dos eventos vitais dessas populações. Esta reivindicação foi formalizada numa proposta apresentada durante o IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, organizado pela Associação de Estudos Populacionais (ABEP) em 1984 (Penna 1984). Atendendo parcialmente à esta demanda, foi implantado recentemente, o Sistema de Informações à Assistência da Saúde Indígena (SIASI), organizado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que coleta informações sobre a população e a situação de saúde das tribos indígenas integrantes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEI) criados em 1999. Quanto aos recenseamentos periódicos, ainda se espera que as autoridades brasileiras autorizem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a realizá-los com

maior frequência e abrangência. O primeiro censo nacional que levantou informações sobre as populações indígenas foi o de 1991, que incluiu a categoria *índio* na variável *cor*, para diferenciá-los dos *pardos*, recenseando somente índios moradores de missões religiosas, de postos indígenas da FUNAI ou de áreas urbanas, permanecendo ignorado um grande contingente de indígenas (Azevedo 1993).

A par dos dados oficiais conta-se também com levantamentos feitos por iniciativa de instituições religiosas, de saúde, de organizações não governamentais dedicadas à causa indígena e de inúmeras organizações de povos indígenas existentes atualmente. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) criada em 1986, realizou em 1992, em conjunto com diversas outras associações indígenas, um recenseamento das populações da região (Azevedo 1993 e 1994). Os levantamentos específicos, feitos por antropólogos durante trabalhos de campo, em determinado ano ou período de tempo, enfatizando avaliações etnográficas de determinadas sociedades continuam sendo, também, fontes importantes para estudo demográfico dessas populações.

Em estudo sobre os Bororo, realizado com dados oficiais e das missões salesianas, Viertler (1986) aponta para a má qualidade e a tendenciosidade das estatísticas sobre os povos indígenas. Com a finalidade de obter maiores recursos financeiros, as autoridades administrativas teriam superestimado o número de Bororo no período 1870/1920; as missões salesianas teriam feito o mesmo em 1910, para valorizar seu trabalho perante a concorrência que representavam as atividades do SPI; e a FUNAI, por sua vez, teria subestimado o número de indígenas por interesse na intermediação de suas terras para a exploração de projetos de desenvolvimento econômico.

Às dificuldades encontradas na obtenção e qualidade das fontes de informações para a realização desse tipo de estudo, acrescenta-se o desafio que representam as análises de indicadores demográficos baseados em pequenos números e o raro interesse de demógrafos e etnólogos dispostos a empreender a adequação de metodologias próprias a estas duas ciências sociais para estudar a diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil (Silva 1994).

Viertler (1986) chama a atenção da comunidade demográfica brasileira para a necessidade de se estabelecer nexos históricos e culturais nas análises demográficas das

populações indígenas, salientando que o desaparecimento de gerações em momentos de contato pode influenciar a análise dos processos demográficos, os quais levam muito tempo para se completarem.

Toda a tendenciosidade e descontinuidade que caracterizam as estatísticas das populações indígenas não oferecem mais do que avaliações conjunturais do estado destas populações em determinados momentos do tempo. As análises de tendência populacional, quando não realizadas por *métodos indiretos*, demandam registros contínuos de informações que permitam acompanhar sua evolução ao longo do período em que ocorrem os eventos demográficos. As taxas de natalidade, por exemplo, dependem de uma série de fatores de efeito de longo prazo, que determinam os padrões de reprodução das populações. O processo de reposição populacional dura o tempo médio de vida de uma geração, ou aproximadamente, setenta anos. A avaliação e interpretação sistemática desses processos demandam o acompanhamento de gerações de mulheres durante trinta ou trinta e cinco anos, que é o tempo médio de duração do período reprodutivo ou de uma geração até sua extinção.

Sem querer esgotar a revisão da produção científica nesse campo, menciona-se a seguir alguns estudos que contemplaram análises demográficas de sociedades indígenas do Brasil ou relacionaram aspectos demográficos a elementos de suas culturas.

Durante as décadas de 1940 e 1970 foram realizados estudos para avaliar os efeitos do despovoamento sobre a organização social das sociedades indígenas, provocado pelos contatos com as diferentes frentes de expansão, que se tornaram importantes referenciais para o estudo demográfico destes povos. Estas investigações baseavam-se em análises sobre as populações nativas de outras partes do mundo, como as das Antilhas, Polinésia e Melanésia. Charles Wagley (1942) inaugura este campo no Brasil, com a análise das mudanças sociais advindas do contato dos Tapirapé, povo Tupi do Brasil Central, com as frentes expansionistas. Segue-se, outro estudo do mesmo autor, sobre as influências nos padrões culturais de duas populações de língua Tupi: os Tapirapé e os Tenetehara do Nordeste, mostrando a influência das instituições sociais e valores culturais sobre o tamanho destas populações após os contatos com frentes de expansão (Wagley 1951). Wagley aponta para a relativa estabilidade populacional alcançada pelos Tenetehara, que não conheciam certas práticas de restrição voluntária da natalidade e puderam, com elevadas taxas de natalidade, superar os altos níveis de

mortalidade a que estavam sujeitos e continuar crescendo. Por outro lado, os Tapirapé, conhecedores de práticas reguladoras dos nascimentos, principalmente o aborto, teriam anulado seu potencial de crescimento ao experimentarem altas taxas de mortalidade em momentos de contato com a sociedade nacional.

Estes últimos estudos marcaram fortemente a produção de Darcy Ribeiro, que na mesma década se dedicou a avaliação do impacto provocado pelas doenças transmitidas aos índios durante seus contatos com a civilização e aos efeitos que causaram em suas estruturas sociais. O autor discute situações em que se observou o contágio de certas doenças com maiores ou menores índices de letalidade, suscitados por provável resistência adquirida ou desenvolvida, ou pela carência alimentar causada pela desorganização das atividades produtivas (Ribeiro 1956). Tendo observado que em treze tribos, após situações de intenso contato, a depopulação prosseguia em algumas, enquanto outras recuperavam o mesmo volume populacional anterior garantindo sua sobrevivência, Ribeiro supõe que fatores internos estruturais estariam associados ao comportamento demográfico destas populações. Segundo o mesmo autor, referências documentais mostravam que, nas condições originais de isolamento, as tribos indígenas brasileiras raramente apresentavam populações em incremento, possuindo mecanismos reguladores internos próprios, que as conduziam à estabilidade populacional em determinado patamar. Como fatores responsáveis pela manutenção de um mínimo demográfico necessário ao funcionamento de sua organização social, cita: a incapacidade tecnológica para fazer frente a desastres da natureza, como secas e cataclismos, por exemplo, e as práticas de restrição voluntária da natalidade, como a anticoncepção, o aborto e o infanticídio. Uma vez afetados pela diminuição populacional, os sistemas sociais de diversos graus de complexidade estariam impossibilitados de operar nos moldes tradicionais. Diversas mudanças sociais, como as relações entre grupos locais outrora existentes, a redução do tamanho das famílias e alterações nos padrões de família e de casamento, são apontadas, entre outras, como efeitos dissociativos da depopulação (id. *ibidem*).

Mais tarde, Ribeiro (1977) correlaciona a depopulação das sociedades indígenas às diferentes situações de contato que tiveram com a sociedade nacional, classificando-as em categorias de graus de integração, que variavam de isoladas, a com contato intermitente, permanente e integradas, e por tipos de frentes econômicas que avançaram

sobre seus territórios: extrativista, agrícola e pastoril. Os seus resultados apontaram para maiores perdas populacionais entre os povos que tiveram contato com frentes agrícolas, seguidos dos que se defrontaram com as expansões extrativa e pastoril.

No final dos anos quarenta foi publicada uma coletânea de estudos antropológicos de mudança cultural, que se tornou importante fonte bibliográfica para o assunto, o *Handbook of South American Indians*, editada por Julian Steward (1946 e 1949). Para estimar a população nativa da América, Steward calculou o volume populacional das comunidades indígenas com base nos recursos para sua sustentação e no conhecimento tecnológico que possuíam para produzir bens de subsistência.

Cardoso de Oliveira (1958) utilizando abordagem própria aos estudos de Ecologia Humana, de Robert E. Park (1948), descreve a estrutura demográfica e ecológica dos Terêna da aldeia Cachoeirinha (MTS), baseando-se em recenseamentos realizados pelo SPI entre 1919 e 1954 e dados que coletou em 1957. O autor relaciona padrões de estrutura demográfica, de casamentos (intra e interétnicos) e reprodutivos às mudanças processadas na aldeia face ao contexto regional.

Uma linha de estudos relacionando aspectos genéticos, etnográficos e demográficos dos povos indígenas foi desenvolvida no Brasil, principalmente por Francisco Salzano, durante as décadas de sessenta e setenta, sendo marcada pelos estudos dos Kaingang (Salzano 1961), dos Xavánte (Salzano, Neel e Maybury-Lewis 1967), dos Xavánte e Yanomani (Chagnon, Neel, Weitkamp, Gershowitz e Ayres 1968; Neel e Chagnon 1968; Chagnon 1977), dos Kaiapó (Ayres e Salzano 1972), dos Ticuna (Salzano, Callegari e Neel 1979), dos Krahó e Gorotire (Callegari e Salzano 1979), dos Wapishana (Salzano e Callegari 1980).

Estudos demográficos baseados em modelos de simulação computadorizada, visando reproduzir sistemas de parentesco em sociedades indígenas, se desenvolveram a partir do início da década de sessenta. MacCluer, Neel e Chagnon (1971) testaram um destes modelos na estimativa da estrutura da população Ianomani do Brasil e da Venezuela, com base em informações sobre as relações de parentesco. Este estudo revelou o papel do tamanho das relações sibilares na determinação masculina em obter esposas; a variabilidade da frequência de casamentos entre primos através do tempo e a importância da busca por esposas em populações vizinhas para que os homens possam se casar ao menos uma vez. Dentro da mesma perspectiva metodológica situa-se o

trabalho de Pozzobon (1994), que investiga o o tamanho mínimo de população necessário para fazer funcionar um sistema de parentesco de metades exogâmicas. Para que este sistema funcione é preciso que o número de indivíduos pertencentes a cada metade não seja muito diferente. Em situação de desequilíbrio, os membros destas sociedades recorrem a casamentos poligâmicos ou procuram cônjuges nas populações vizinhas ou desobedecem às regras de casamento. Pozzobon conclui que o mínimo esperado para o funcionamento do sistema é de 500 indivíduos, distribuídos numa estrutura por idades e sexo estável.

No início da década de setenta, Frikel e Cortez (1972) do Museu Goeldi, analisaram o comportamento demográfico de três grupos Karib, localizados na missão franciscana do Alto Paru do Oeste, os Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo. Os três grupos haviam sido submetidos a um drástico processo de depopulação antes de migrarem para a missão, e, em 1970, encontravam-se no curso de um significativo processo de recuperação populacional, possuindo, respectivamente, populações de 13, 64 e 222 indivíduos. Este estudo mostrou como é possível fazer avaliações demográficas de momento, extremamente detalhadas e precisas, apesar do reduzido número de indivíduos de determinados grupos indígenas. As informações obtidas foram: tamanho e estrutura por idade e sexo, prolificidade feminina, intervalos entre os nascimentos, frequência e tipos de casamentos associados à genealogia, e mortalidade. Para os Tiriyo, com base em informações anteriores, os autores estimaram taxas de crescimento médio anual e de fecundidade total.

Ainda nesta década destaca-se o trabalho de Junqueira e Camargo (1971) sobre o comportamento reprodutivo das mulheres Kamaiurá, índios Tupi, moradores do Parque Indígena do Xingu (MT), que discute os preceitos teóricos que envolvem os fatores constitutivos das variáveis intermediárias da fecundidade propostos por Davis e Blake.

Nas duas últimas décadas do século XX, motivados pela recuperação populacional de diversas tribos indígenas do Brasil e apoiados pelo maior conhecimento de seus padrões culturais, demógrafos e antropólogos retomaram as discussões sobre as associações entre o comportamento demográfico, estrutura social e sistema cultural das sociedades indígenas, no esteio do campo aberto por Wagley e Ribeiro alguns anos antes. Assiste-se, assim, ao ressurgimento de pesquisas que privilegiam a abordagem demográfica associada a padrões de cultura. Este tipo de estudo, conhecido por –

demografia antropológica, antropodemografia, etnodemografia, entre outras denominações que recebe, vem buscando estabelecer a difícil relação entre modelos culturais e padrões demográficos.

No começo da década de oitenta, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) organizou uma sessão sobre Etnia e População, por ocasião do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, que repercutiu com a discussão de questões relevantes, apresentação de alguns trabalhos e desenvolvimento de outros. A discussão levantou questões sobre: o tamanho das populações indígenas e de suas reservas, as migrações para áreas urbanas, a realização de um censo indígena e a criação de um sistema de estatísticas contínuas para garantir as informações necessárias à realização de estudos demográficos (Wong 1984). Os trabalhos apresentados versaram sobre padrões de uniões intertribais e endogamia de 18 tribos, sendo 16 do Brasil (Salzano 1984), informações sobre o número de filhos tidos, nascidos vivos e mortos, de mulheres Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, no período 1979/84 (Junqueira 1984) e algumas relevantes indagações acerca da Demografia Indígena brasileira, onde são colocadas em discussão as contribuições que o estudo das populações indígenas, sociedades de pequeno volume populacional, poderia trazer à demografia e, no sentido inverso, quais seriam as contribuições que essa ciência poderia levar à essas sociedades (Penna 1984).

A discussão aberta pela ABEP estimulou a realização de diversos estudos de modelo transversal. Wong (1986) analisa a dinâmica demográfica dos Kaingang, Terena e Guarani, moradores de três reservas do Estado de São Paulo, estimando níveis de mortalidade, fecundidade e migração, baseado em informações dos anos de 1976 e 1985. Meireles (1988) compara os padrões reprodutivos de três sociedades indígenas, os Karitiana, Tupi da família Arikên, os Gaviões, Tupi da família Mondé, e os Pakaas-Novos, da família Txàpakura. A partir da aplicação de um modelo que pressupõe que diferenças na organização social das populações resultam em variações de seus padrões de fecundidade, a autora conclui que a ocorrência de mudanças sociais afetaram a fecundidade destes grupos no sentido de um notável aumento. Baruzzi e colaboradores (1994) estimam o tamanho, o crescimento, a esperança de vida e os padrões de mortalidade dos Panará para o período 1973-1993, quando estes ainda moravam no Parque Indígena do Xingu.

Inclui-se ainda nessa categoria de estudos, a publicação, em 1994, do *South American Indian Studies* (Adams e Price 1994) dedicado à análise demográfica e etnológica de “sociedades de pequena escala”, que instiga demógrafos brasileiros e estudiosos dos povos indígenas do Brasil a aprofundarem a discussão e o diálogo entre o comportamento demográfico e os padrões culturais das sociedades indígenas do Brasil. A publicação reúne uma série de estudos, cuja tônica é o debate de idéias sobre a recuperação demográfica e os elevados níveis de fecundidade experimentados por algumas sociedades indígenas nos anos que se seguiram aos contatos com a sociedade nacional, como riscos contínuos à sobrevivência desses grupos face à escassez de recursos alimentares e ambientais e aos problemas de saúde acarretados pelo seu comportamento demográfico. Aí destacam-se os seguintes estudos transversais: de Greene & Crocker (1994) sobre o comportamento demográfico dos índios Canela, grupo Jê, morador do Escalvado no Maranhão, baseado em dados coletados em diversos momentos do período 1970-1988, associado às informações sobre o sistema de parentesco, relações entre grupos familiares, padrões de residência, estado matrimonial e algumas histórias reprodutivas; de Price (1994) sobre o comportamento demográfico de alguns grupos da sociedade Nambiquara (MT) com informações sobre nascimentos e óbitos entre 1943 e 1969, extraídos do registro civil do Posto Indígena do SPI que assistia aos Nambiquara, dados do próprio autor, de missionários religiosos e agentes de saúde indígena da região, coletados em diferentes momentos do período 1969-1986; de Debra Picchi (1994) sobre os Bakairi (MT), com informações sobre domicílios, composição por idade e sexo, casamento, fecundidade e algumas variáveis intermediárias, e mortalidade, para o período 1979-1989, discutindo como taxas moderadas de fecundidade acabam resultando no crescimento estável desta população (3,5% em 1989), e como, com a manutenção de níveis de crescimento populacional não muito elevados, o comportamento desta população pode ser considerado “uma história de sucesso demográfico”, que não ameaça a sua sobrevivência. A autora recomenda atenção às mudanças no tamanho desta população e à quantidade de recursos disponíveis para sua subsistência e condições de saúde. Merece destaque o estudo de Nancy Flowers (1994) sobre o comportamento demográfico dos Xavante de Pimentel Barbosa, grupo Jê do Mato Grosso, com dados do período 1976-1990, relativos a eventos vitais, histórias reprodutivas, saúde infantil, consumo alimentar, produtividade

agrícola e de caça. A autora avalia o tamanho, crescimento, taxas de fecundidade e alguns de seus determinantes próximos, taxas de mortalidade e probabilidades de sobrevivência. Aponta para o elevado número de homens e mulheres em idade reprodutiva na população (efeito da inércia populacional), fator que tem contribuído para o acelerado crescimento populacional desta sociedade.

Publicada em 1990, a pesquisa de Early e Peters consistiu em detalhado estudo transversal e longitudinal, talvez o único realizado até o presente, além da presente investigação, a respeito da dinâmica demográfica dos Ianomami, moradores do rio Mucajai, na região Norte do Brasil, próximo à fronteira da Venezuela, com dados de observação de um período de 27 anos (Early e Peters 1990).

Sobre os Amapari Waiãpi, um grupo Tupi-Guarani, morador do Amapá, dois estudos demográficos do tipo transversal se destacam. O primeiro de Azevedo (1996), mostra uma população com altos níveis de fecundidade e baixa mortalidade, que cresceu a um ritmo de 4,1% entre 1980 e 1996 e com expectativa de duplicação em 17 anos, caso esta taxa de crescimento se mantenha. O segundo, de Medeiros (2000), estima a média de idade da mãe ao nascimento do primeiro filho e os intervalos médios entre os nascimentos de duas coortes de mulheres em idade reprodutiva observadas em 1985 e 1998. Os resultados apontam para aumento da idade da primeira paridade e constância nos intervalos entre os nascimentos. O autor conclui que a inércia populacional provocada por baixas taxas de mortalidade e altas taxas de fecundidade num passado recente estarão contribuindo, ainda por um período de tempo, para altos níveis de fecundidade e de crescimento populacional, que se constituirão num grave problema para esta população.

Finalmente, dois estudos mais recentes neste campo tratam dos Xavánte de Sangradouro – Volta Grande e dos Waurá do Parque Indígena do Xingu. O primeiro analisa o comportamento demográfico de sete aldeias Xavánte, com base em censos anuais e registros de eventos vitais do período 1993-1997. Estimam-se taxas de natalidade, de fecundidade e de mortalidade geral e infantil e associam-se seus níveis às mudanças sociais e padrões culturais (Souza e Santos 2001). O segundo reúne dados do registro contínuo do programa de saúde da UNIFESP-EPM, de 1970 a 1999, para analisar o comportamento da mortalidade e da fecundidade dos Waurá, grupo que teve um crescimento populacional aumentado de 3 para 5% ao ano no período, o qual

poderia ter sido maior não fosse o efeito das práticas contraceptivas usualmente empregadas por estes índios (Pagliaro e col. 2001).

O apoio dos estudos que trataram da relação entre o comportamento demográfico atual e a depopulação resultante do contato das populações indígenas com a sociedade nacional, acarretando mudanças culturais de forma a adaptar o novo padrão demográfico às regras sociais, contribuiu significativamente para subsidiar a presente investigação.

A revisão da literatura mostrou que pesquisas baseadas em registros contínuos de informações sobre povos indígenas, como a realizada nesta investigação, de modelo longitudinal ou de cortes, baseada em dados coletados durante trinta anos, são raras. Este tipo de estudo permite observar, como aponta Flowers (1994), as variações dos padrões de fecundidade e de mortalidade ao longo do tempo, de difícil detecção em inferências transversais ou de momento.

Os Kaiabi

Do início do século XIX, pelo menos, e até meados do século XX, os Kaiabi, índios do tronco linguístico Tupi, ocupavam a região do Alto Teles Pires, desde a confluência do rio Verde até alguns quilômetros acima da barra do rio Peixoto de Azevedo, e parte da bacia do rio dos Peixes, afluente da margem direita do rio Arinos, no estado do Mato Grosso. Desde então começaram a migrar para o Parque Indígena do Xingu, num movimento que durou cerca de vinte anos.

A partir do final do século XVII e durante todo o século XVIII, *bandeiras de apresamento e monções povoadoras* procedentes de São Paulo penetraram o sertão matogrossense. As primeiras chegam por rotas terrestres e vão em busca de mão-de-obra indígena; as outras, vindas por vias fluviais, visam a exploração de riquezas minerais e a ocupação da região Oeste da Colônia. A penetração provoca deslocamentos espaciais das populações indígenas moradoras da região. O leste da região, onde se situa um dos importantes formadores do Tapajós – o rio Teles Pires, também conhecido como São Manoel em seu médio curso, e como Paranatinga no alto curso - permanece quase inexplorado até o início do século XIX. O vale deste rio, entre as serras dos Caiabis e Formosa, que o separam dos rios Arinos e Xingu, constituiu-se por muito tempo num

refúgio para os Kaiabi. Sorte inversa teve a região do rio Arinos, explorada a partir de 1745 como rota alternativa para ligação fluvial entre Cuiabá e Belém (Figura 1).

As primeiras notícias sobre os Kaiabi, muitas vezes confundidos com índios de outras etnias, datam do século XIX, quando expedições de mapeamento dos rios e etnográficas percorrem a região e encontram vestígios destes índios ou relatam referências feitas por seus inimigos tradicionais, como os Munduruku e os Bakairi. Menciona-se a seguir estas expedições e as datas em que se realizaram: Azevedo (1885), Castelneau (1844), Steinen (1884 e 1887), Coudreau (1896), Teles Pires (1889), Schmidt (1900-1901). A expedição de Pyrineus de Sousa (1916), realizada em 1915, talvez tenha sido a primeira a ter contato direto com os Kaiabi no Médio curso do rio Teles Pires. Em 1927, Max Schmidt divulga informações de caráter lingüístico e cultural, coletadas durante uma visita aos Kaiabi localizados no Posto Pedro Dantas no Alto Teles Pires.

Os contatos com o homem branco se intensificaram no final do século XIX, quando a exploração da borracha na região do Tapajós se estende ao Mato Grosso, atinge as nascentes do Arinos e do Paranatinga e envolve os Bakairi. Os Kaiabi do rio Verde e Alto Teles Pires começam a ser pressionados a abandonar suas terras, pelos interessados na exploração dos seringais. Os conflitos, cada vez mais violentos, geram comentários de que os Kaiabi constituiriam um novo flagelo na região, como haviam sido os Bororo na época das explorações auríferas.

Os Kaiabi resistem por muito tempo, mas, na década de 1940, por ocasião do terceiro *boom* da borracha e do enfraquecimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os seringais do Alto Teles Pires avançam rapidamente sobre o seu território. Nova onda de conflitos entre os seringueiros e os Kaiabi que agem em defesa de seus territórios se sucede, obrigando-os a mudar as aldeias para o médio curso do rio Teles Pires. Nesta época, poucos Kaiabi ainda moravam no Posto Indígena José Bezerra, localizado no Alto Teles Pires, e muitos já trabalhavam nos seringais. No Baixo Teles Pires, a situação era um pouco diferente. Para evitar conflitos nos seringais privados, o Posto Indígena Caiabi, localizado na divisa do Pará, se dedicou à extração da borracha, com um número crescente e expressivo de Kaiabi no desempenho desta atividade nos últimos anos da década de 1940.

Não fosse o caráter *bravio* desses índios, os cinquenta anos de contato com essas frentes de expansão os teria dizimado. O saldo dessa convivência foi a depopulação, o deslocamento contínuo das aldeias e a integração de alguns Kaiabi aos seringais.

Em 1950, os Kaiabi estavam distribuídos geograficamente em três áreas: o grupo do Teles Pires, localizado neste rio, entre a confluência do rio Verde e o rio Peixoto de Azevedo; o grupo do rio dos Peixes (Tatuy), entre este rio e o Arinos; e o grupo do Pará, morador do Posto Indígena Caiabi, na região do rio Cururuzinho. Havia ainda alguns Kaiabi no Posto José Bezerra e vários destribalizados (Dornstauder, 1983).

A partir de 1950, algumas famílias começam a se deslocar rumo ao Xingu. A decisão da mudança começou a ser cogitada a partir do memorável encontro desses índios com os irmãos Villas Boas, no rio Teles Pires, no final de 1949. A intermediação de Prepori Kaiabi, que encontraram quando descia o rio, com sua mulher e seu filho, fugindo do Posto José Bezerra, foi fundamental para o sucesso do contato.

A princípio os Kaiabi instalam-se no rio Arraia, e, mais tarde, nas proximidades do Posto Diauarum, no rio Xingu. A facilidade com que se adaptaram ao novo habitat contribuiu para atrair muitas famílias, ainda moradoras do antigo território e dos seringais, que paulatinamente foram se incorporando ao grupo inicial. Entre 1950 e 1966 registram-se migrações sucessivas de diversas famílias do Teles Pires. Em 1966, parte do grupo do rio dos Peixes e alguns do Teles Pires são transferidos para o então recém criado Parque Nacional do Xingu, atualmente, Parque Indígena do Xingu (PIX). O processo migratório durou até o início dos anos 70, quando chegam ao Parque algumas famílias que moravam no rio Cururuzinho, afluente do baixo Teles Pires, no estado do Pará.

Transcorrido quase meio século da chegada dos primeiros Kaiabi ao Xingu, observa-se que a mudança lhes permitiu crescer em população, preservar a identidade cultural e evitar a sorte comum à maior parte dos povos indígenas brasileiros, como a frágil integração no mercado de trabalho rural ou urbano, precarizada pela estigmatização étnica.

Em 1999, o povo Kaiabi somava aproximadamente 1.100 pessoas. O grupo mais numeroso reside no PIX, contando com cerca de 800 indivíduos. Há ainda um grupo de aproximadamente 150 índios Kaiabi vivendo em pequeno território demarcado no rio

dos Peixes e outros 150 no rio Cururuzinho. É aos Kaiabi do PIX que o presente trabalho se dedica.

O Parque Indígena do Xingu

O Parque Indígena do Xingu (PIX) se estende da região dos formadores do rio Xingu, ao sul, e ao longo do curso deste rio até a Cachoeira de Von Martius, ao norte, nas proximidades da divisa com o Pará, compreendendo uma área de 32 mil Km² (Figura 2). Com o apoio de intelectuais e políticos de expressão nacional, os irmãos Villas Boas participaram da luta que levou à criação do Parque, em 1961, para preservar territórios tribais da região da especulação de terras que estava ocorrendo em Mato Grosso desde o declínio do terceiro ciclo da borracha. O Parque visava *preservar física e culturalmente as tribos da região, acolher tribos de outras áreas ameaçadas pela invasão de suas terras e preservar a fauna e a flora.*

A orientação dos irmãos Villas Boas na direção do Parque visava proteger os índios de um contato abrupto com a sociedade brasileira, de conseqüências sempre danosas para os povos indígenas - seria como dar tempo para que pudessem estar melhor preparados para a aproximação inevitável com o mundo exterior. Assim, os índios puderam se manter em estado de relativo isolamento até o início da década de 70, quando a BR-80 cruzou o Parque. Ao longo dos anos, o PIX passou a ser ameaçado por estabelecimentos agropecuários, madeireiras, garimpos, desmatamento e poluição das águas, em áreas próximas a seus limites.

Além dos Kaibi, já citados, os Juruna alcançaram a região no início da década de 1920, os Txicão (Ikpeng) em 1967, os Beíço-de-Pau (Tapayuna) em 1970 e os Kren-Akrore (Panará) em 1975. Com estes movimentos migratórios, o Parque passou a contar com 17 tribos, pertencentes aos quatro maiores troncos linguísticos dos índios do Brasil: Aruaque (Meinaco, Waurá, Yaualapiti), Caribe (Calapalo, Cuicuro, Matipu, Nafuquá e Txicão), Jê (Kren-Akrore, Metuktire, Suiá e Tapayuna) e Tupi (Aueti, Camaiurá, Juruna e Kaiabi) e os Trumai de língua isolada.

A partir de 1965, a então Escola Paulista de Medicina (EPM), atual Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) passou a desenvolver um programa de saúde no PIX, com o envio de equipes médicas periódicas, que procedem à vacinação e atendem às ocorrências clínicas. Este programa assegurou uma atenção privilegiada à saúde dos índios do Xingu em relação às populações de outras áreas indígenas (Baruzzi e col. 1978).

Com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, foi firmado um convênio que deu continuidade à colaboração da EPM na atenção à saúde dos índios do PIX. Esta atuação permaneceu praticamente inalterada até o final da década de 1980, quando a FUNAI iniciou a retirada de seu pessoal de saúde do PIX e a EPM viu-se na contingência de ampliar sua presença na área, mantendo pessoal em caráter quase permanente. Paralelamente, foi dado grande impulso à formação e capacitação de Agentes Indígenas de Saúde, escolhidos pelas comunidades indígenas (Baruzzi 2000). Numa etapa mais avançada e recente foi instituído o curso para Auxiliares Indígenas de Enfermagem, tendo a primeira turma sido formada em novembro de 2000 (Rodrigues 1999).

Em 1999, foi instalada no país uma nova política de saúde para os povos indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com a criação de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEI), formados segundo critérios étnicos e geográficos. A UNIFESP/EPM assumiu a coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DISEI-XINGU), com sede na cidade de Canarana (MT). Das 17 tribos já citadas, três passaram para a administração do DISEI-CAIAPÓ (MT), ou seja, os Metuktire e Tapayuna que habitam o extremo norte do PIX e os Kren-Akrore que haviam deixado o Parque em 1995/6 para se estabelecerem em uma área ainda não ocupada de seu antigo território, nas cabeceiras do rio Iriri. Atualmente, o DISEI-XINGU (MT) abriga uma população de 4000 índios, que se encontra em franca expansão (Baruzzi, 2000)

Como norma fundamental, o programa de saúde da UNIFESP/EPM observou, desde o seu início, o respeito à cultura do índio, à sua medicina tradicional e à arte dos pajés, estabelecendo um franco relacionamento com a população (id. *ibidem*).

Um sistema de cadastramento médico com base numa ficha médica individual foi instituído desde o início do programa de saúde. Este sistema mostrou-se de grande

valia no trabalho de campo e permitiu reunir grande número de informações sobre saúde e demografia (id. *ibidem*).

A Pesquisa

O crescimento populacional que se seguiu a períodos de contato com as diferentes frentes de expansão nacional, observado entre diversas sociedades indígenas brasileiras nas últimas décadas, e a necessidade de compreender em maior profundidade como este processo vem se desenvolvendo entre os índios Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, estimularam a realização da presente investigação. Outro estímulo veio da proposta irrecusável que recebi de Roberto Baruzzi, criador do programa de saúde da UNIFESP-EPM no Xingu, em 1965, para desenvolver um trabalho sobre a demografia dos Kaiabi, que acabou me envolvendo em prazerosa e desafiadora aventura e se transformando em pesquisa de doutoramento.

O objeto central da pesquisa é a análise da dinâmica demográfica do grupo Kaiabi do Xingu durante um período de trinta anos (1970-99), baseada nas estatísticas vitais contínuas geradas pelo sistema de informações do programa de saúde da UNIFESP/EPM no Xingu.

O capítulo I trata dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos adotados para atingir o objetivo proposto.

Os capítulos II e III desenvolvem-se sob uma perspectiva histórica, nos quais diversos caminhos são percorridos para contextualizar os diferentes cenários em que os Kaiabi se viram envolvidos antes da migração para o Xingu. Uma revisão da historiografia da expansão colonial para o Centro-Oeste do país é desenvolvida no Capítulo II, na tentativa de encontrar vestígios de contato destas frentes com os Kaiabi. O capítulo III acompanha o desenrolar dos acontecimentos que se estendem do final do século XIX até meados do XX, quando a economia da borracha lentamente penetrou o território Kaiabi, submetendo-os a contágios de doenças, atraindo-os para o trabalho nos seringais e ameaçando sua sobrevivência; revisa a documentação dos arquivos do

Serviço de Proteção ao Índio para recuperar o processo de instalação dos postos de atração e de proteção, que no início do século XX vieram em socorro deste povo, instaurando uma convivência que quase os levou à perda de identidade cultural; investiga o avanço das empresas imobiliárias e colonizadoras para terras que os Kaiabi ocupavam pelo menos desde o princípio do século XIX.

O capítulo IV constitui-se numa tentativa de reconstrução da história da mudança deste povo para o Xingu, desde que se encontraram com os irmãos Villas Boas, quando estes exploravam o rio Teles Pires, em 1949, à frente da Expedição Roncador-Xingu da Fundação Brasil Central. Com o apoio de documentos e relatos orais é estabelecida uma aproximação da cronologia e uma estimativa da composição das diversas levas migratórias que se sucederam desde 1952 em direção à região do rio Xingu, no estado de Mato Grosso.

O capítulo V constitui-se na análise demográfica propriamente dita. Trata da dinâmica desta população e de seus componentes – fecundidade, mortalidade e migração, durante o período de trinta anos compreendido entre 1970 e 1999. Enfatiza-se a realização uma análise longitudinal do comportamento reprodutivo das mulheres Kaiabi, através da construção de coortes de mulheres em idade reprodutiva e de projetar a população até o ano de 2020. Com o apoio da literatura pertinente, discute-se os achados sobre o processo demográfico experimentado por esses índios durante os últimos trinta anos do século XX.

O termo *Revolução Demográfica* usado no título deste trabalho faz referência ao título da obra publicada, em 1934, pelo economista e demógrafo francês Adolphe Landry, na qual descreve a passagem de algumas populações de um regime demográfico de altos para baixos níveis de natalidade e de mortalidade, processo que mais tarde ficou conhecido como *Transição Demográfica*. Foi escolhido por expressar de forma mais contundente o processo demográfico vivido pelo povo Kaiabi nos últimos trinta anos.

A denominação Kaiabi pode ser encontrada na literatura com diferentes grafias – Cajabis, Caiabi, Caiabis, Cayabi, Kajabi, Kayabi, etc. Neste trabalho utiliza-se a grafia Kaiabi adotada pelos professores indígenas desta tribo no Xingu (Senra 1999).

CAPÍTULO I

REFERENCIAIS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

I.1. Fontes de Informações e Sistematização dos Dados

I. 1.1. Informações históricas

Diversos tipos de fontes de informações foram utilizadas para recuperar a trajetória histórica do povo Kaiabi e as experiências de contato que antecederam a mudança de uma parte da tribo para o Xingu. Além da bibliografia publicada, foram utilizadas também as seguintes fontes diretas e indiretas de informações:

- entrevistas com os líderes Kaiabi: Mairawê, Cuiabano, Camintai, realizadas durante o trabalho de campo no PIX, em maio de 2000;
- entrevistas com os caciques Tuiaraiup e Iefuká e os agentes de saúde indígena Purã e Poikô, durante suas visitas ao Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, entre os anos de 1998 e 2001;
- diários de trabalho de campo de Roberto Baruzzi contendo depoimentos de líderes Kaiabi, como Prepori e Sabino, colhidos ao longo de décadas de dedicação ao Programa de Saúde dos índios do Xingu;
- histórias contadas pelos próprios Kaiabi, algumas já publicadas numa coletânea de textos sob a coordenação de Mariana Ferreira Kawall;
- documentos microfilmados dos antigos postos de atração e proteção do Serviço de Proteção aos Índios: Pedro Dantas, José Bezerra e Caiabi, arquivados no Museu do Índio no Rio de Janeiro;

- documentos da Missão jesuítica que assistiu aos Kaiabi na região do rio dos Peixes, especialmente os do padre João Evangelista Donrstauder e da Missão Anchieta.

A tese de doutoramento de Georg Grünberg (s/d) sobre os Kaiabi, redigida no final dos anos sessenta, com base em ampla pesquisa documental e de campo, parcialmente traduzida para o português e, lamentavelmente, ainda não publicada, foi uma das fontes mais importantes e inspiradoras deste trabalho. Sua agradável leitura, além de trazer ricas informações sobre a etnografia deste povo, motivou a pesquisa histórica no ensejo de obter mais informações do contato deste povo com as frentes de expansão para Mato Grosso desde o período colonial. Dois outros trabalhos mais recentes: a dissertação de mestrado de Elizabeth Travassos (1984) sobre música e xamanismo entre os Kaiabi e a tese de doutoramento de Suzane Oakdale (1996) sobre o papel intermediador que estes índios desempenham no Parque foram também importantes fontes de informações. Muitas outras publicações sobre os Kaiabi foram valiosas fontes, como o testemunho da cultura e da mudança destes índios para o Xingu, de Cláudio e Orlando Villas Boas (1989), contado em *Os Kaiaby do rio São Manoel* e em outras obras suas, o *Diário do Xingu*, de Berta Ribeiro (1979) e os *Diários de Campo de Eduardo Galvão* (Gonçalves 1996).

I.1.2. Informações demográficas

As fontes das informações demográficas foram os *livros de registro e as fichas médicas (ou prontuários)* do arquivo ativo e inativo da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Universidade Federal de São Paulo, que contêm dados detalhados sobre a saúde e a demografia do universo dos índios que habitam o PIX. Este arquivo, iniciado em 1966 e alimentado até o presente momento, constitui-se num *sistema de informações contínuas* inédito no país, que até 1999 incluiu 17 povos indígenas moradores do PIX. Naquele ano, com a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, três tribos passam a ser atendidas por programa de saúde do DISEI – Caiapó (MT): Metuktire, Tapayuna e Panará.

As *fichas médicas* (Figura 3) contêm, além do primeiro exame clínico, carteira de vacinação, dados antropométricos, anotações de consultas a cada passagem da equipe

médica, intercorrências clínicas posteriores, os seguintes dados: data de abertura da ficha; fotos de identificação na infância, adolescência, idade adulta e velhice; um número de registro atribuído a cada índio; tribo a que pertence; os diferentes nomes que recebem durante as diversas fases da vida; sexo; data de nascimento, estimada para aqueles registrados em idade adulta e exata para os que nasceram a partir de 1970; número de registro e nome dos pais e cônjuge(s); localidade ou aldeia de residência e eventuais mudanças; número de registro dos filhos.

Além das fichas médicas do arquivo ativo, foi fundamental a consulta e o levantamento de informações nas fichas do arquivo inativo, que possui dados sobre todos os Kaiabi que entraram no Parque, mas deixaram de integrar a sua população, por morte ou retorno aos seus territórios de origem.

Os *livros de registro* possuem informações sobre todos os índios que nasceram ou ingressaram no Parque, bem como o assentamento de todos os nascimentos e óbitos ocorridos desde a implantação do sistema, sendo usado o mesmo número de registro da ficha médica. As informações contidas neste registro são as seguintes: nome, sexo, dia, mês e ano de nascimento, tribo, data de abertura da ficha, número e nomes dos pais, quando conhecidos, dia, mês e ano do óbito, se ocorreu, e causa de morte.

As fichas médicas são arquivadas em pastas classificadas por tribos, segundo as aldeias de residência, Postos Indígenas ou de Vigilância. Em cada pasta, as fichas médicas estão organizadas por grupos familiares, o que permite o levantamento de informações sobre a composição das famílias e o relacionamento entre estas.

Em outras pastas estão arquivadas as fichas dos índios que já viveram no Parque e hoje estão em áreas urbanas (desaldeados) e daqueles que se mudaram para outras áreas indígenas e deixaram de ser atendidos pelo programa de saúde da UNIFESP/EPM, pelas razões já expostas.

A sistematização das informações contidas neste arquivo possibilitou a construção de genealogias e o acompanhamento detalhado de todos os eventos demográficos ocorridos de 1970 a 1999, como nascimentos, número de filhos por mulher, espaçamento entre os filhos, estado conjugal, padrões de casamento (monogâmicos ou poligínicos), os óbitos e suas causas. Propiciou também o cálculo de estimativas dos movimentos migratórios de curta ou de longa duração, com *origem e destino internos* ao Parque, entre as distintas aldeias Kaiabi ou aldeias de outras tribos, e

externos a este, de *origem ou destino* às aldeias dos outros grupos Kaiabi, nos rios dos Peixes e Teles Pires (MT), no rio Cururuzinho (PA) ou para áreas urbanas.

A alimentação contínua deste sistema de informações assegurou o acompanhamento efetivo da população Kaiabi durante 30 anos, tornando desnecessários os recenseamentos periódicos para a avaliação de seu comportamento demográfico e propiciando a oportunidade de realizar análises longitudinais, pouco frequentes em estudos demográficos e ainda não existentes para os povos indígenas do Brasil.

I.1.3. Sistematização das informações demográficas

Os dados coletados nas *fichas médicas e nos livros de registro dos arquivos ativo e inativo* foram organizados numa *lista nominativa geral*, construída com base em modelo elaborado pela equipe técnica da Unidade de Saúde e Meio Ambiente (USMA) da UNIFESP-EPM, e muito semelhante aos *registros paroquiais* analisados em Demografia Histórica. A este modelo original, do qual constam, número de registro, nome, sexo, data de nascimento e de óbito, se ocorreu, e tribo, foram acrescentadas as seguintes informações: número de registro e nome do(s) cônjuge(s), local de nascimento para os que não nasceram no Xingu, aldeia ou localidade de moradia em 1999, além de observações relevantes, tais como data estimada de chegada ou saída do Parque e local de destino.

Da *lista nominativa geral* constam informações detalhadas sobre todos os Kaiabi registrados a partir de 1966, vivos, mortos, que moram nas aldeias Kaiabi ou em aldeias de outras tribos do Parque, que retornaram para suas aldeias de origem fora do Parque ou que emigraram para áreas urbanas, conforme se pode observar na Figura 4.

Esta lista foi digitada em programa Excel para Windows e desagregada em outras, mais específicas, organizadas de acordo com as necessidades técnicas das estimativas de cada variável demográfica utilizada no estudo.

I.2. Procedimentos Metodológicos e Definição de Conceitos

I.2.1. Recuperação da trajetória histórica, experiências de contatos com as frentes colonizadoras e história da mudança para o Xingu

Partindo-se do pressuposto de que o estudo de um processo não deve prescindir das características do passado, a primeira etapa desta investigação se desenvolveu sob uma perspectiva histórica. Buscou-se recuperar, com o apoio da historiografia, a trajetória histórica dos Kaiabi e os primeiros sinais de seus contatos com as frentes expansionistas para a região de Mato Grosso, para responder algumas questões instigantes, colocadas por Georg Grünberg (s/d), em sua célebre monografia sobre os Kaiabi, *Contribuição para a Etnografia dos Kayabi do Brasil Central*. Estas questões são as seguintes: a) Nas condições em que se deu a expansão colonial para a região Centro-Oeste da Brasil, como os Kaiabi puderam se manter isolados em seu território por tanto tempo? 2) Quando e como se deram os seus primeiros contatos com as frentes de expansão? 3) Qual foi a extensão destes contatos e seus efeitos no tamanho e estrutura da população, que culminaram com a mudança de uma parte do grupo para o Xingu? 4) Como se desenvolveu o processo migratório do grupo para a região do Xingu?

I.2.2. Construção de indicadores demográficos

Antes de descrever os procedimentos metodológicos adotados na construção dos indicadores demográficos, define-se alguns conceitos teóricos em que se baseiam as técnicas de análise demográfica, necessários à compreensão dos processos experimentados pelas populações em geral.

Entende-se por *população*, o conjunto de pessoas residindo habitualmente num determinado território e que resulta da coexistência de diversas gerações (Pressat 1973, p.229). Este conjunto de pessoas está sujeito a um processo incessante de renovação, denominado de *reprodução das populações*, que se caracteriza pelo surgimento de novas gerações e o desaparecimento de outras. A este processo, de natureza sociobiológica, acrescenta-se outro de caráter sociocultural e econômico, que produz movimentos de entrada e de saída - a migração. Entre o nascimento e a morte de um indivíduo decorre um lapso de tempo, chamado *tempo de presença*, que difere de uma

pessoa para outra, assegurando a coexistência de um número variável de pessoas que constituem a *população*. O mesmo se pode dizer sobre o evento migração, pois imigrar para um determinado território e emigrar deste mesmo território, constituem formas de entradas e saídas da população, entre as quais decorre um lapso de tempo variável, que também define o tempo de presença do indivíduo na população (id. *ibidem*, p.4).

A interação destes três fenômenos - nascimentos, mortes e migração - constitui a dinâmica populacional. Os dois primeiros componentes desta dinâmica definem o crescimento vegetativo ou natural, e o último, o crescimento migratório.

I.2.2.a. Estimativa da população inicial

A escolha do ano de 1970 como referência de partida do estudo se deve ao fato que, naquele ano, o sistema de informações utilizado já cobria todos os Kaiabi até então residentes no Parque. O ano de 1999 fecha o período de análise, porque permite construir um período de exatos trinta anos de duração, facilitando as estimativas por períodos quinquenais bastante utilizadas em análises demográficas e que inclusive permitem contornar as flutuações provocadas pelos pequenos números.

A população do início do período de análise (P_0) foi estimada com base nas fichas médicas dos Kaiabi residentes no Parque até 1970. Para isto foi construída uma *lista nominativa* de todas as fichas médicas abertas de 1966 até 1970, da qual deduziu-se os óbitos registrados e os índios que deixaram o Parque neste período, chegando-se, assim, a população total, por sexo e idade, em 1970.

As idades das pessoas nascidas antes da implantação do sistema de registro e das fichas médicas foram estimadas pelas equipes que realizaram a abertura das fichas e o primeiro exame médico. As idades dos índios que nasceram após a implantação deste sistema, correspondem ao ano exato de seu nascimento. Para evitar distorções nas estimativas, todos os aniversários foram ajustados para o dia primeiro de julho do ano de nascimento.

Conhecida a população por idade e sexo em 1970, identificou-se os Kaiabi, de ambos os sexos, que haviam se casado com índios das outras tribos moradoras do Parque. Uma vez identificados, verificou-se pelas fichas o local de moradia destes índios; se moradores de aldeias Kaiabi, permaneceram na população com suas esposas e

filhos, caso contrário, foram excluídos da população de estudo, passando a integrar a categoria de emigrantes.

I.2.2.b. Nascimentos e óbitos

Com base nas listas nominativas gerais, construiu-se um arquivo de todos os nascimentos ocorridos no Parque a partir da implantação do sistema de registro médico. O arquivo possui o número de identificação, o sexo, a data do nascimento, o número de identificação da mãe, sua idade no ano do nascimento da criança e a etnia da criança. Se a criança foi fruto de uma união intertribal, adotou-se como critério conservar o nome das duas tribos. Este arquivo foi desagregado em dois, um de nascimentos de crianças cujas famílias residem em aldeias Kaiabi, e outro daquelas cujos pais residem em aldeias de outros povos, sendo estas últimas excluídas da população estudada.

Identificados os óbitos, procedeu-se à construção de outra lista nominativa contendo: número de registro, nome, ano de nascimento e de óbito, idade por ocasião do óbito. Conservou-se a identificação do(s) cônjuge(s) e dos pais do falecido para evitar possíveis erros de duplicações.

I.2.2.c. Migrantes

No início da década de 1970, o processo migratório dos Kaiabi, procedentes das aldeias dos rios dos Peixes, Teles Pires e Cururuzinho, ainda não havia cessado. O sistema de fichas médicas permitiu identificar os indivíduos ou grupos de migrantes a partir de 1970.

Além deste *movimento migratório definitivo*, observou-se que idas e vindas de curta duração entre aquelas aldeias e o Parque, também ocorreram com certa frequência durante todo o período de 1970 a 1999. Os grupos vinham em viagem de visita ou mesmo de reconhecimento da região, passavam 2 ou 3 anos com os parentes e depois voltavam às suas aldeias de origem. O registro deste *movimento migratório pendular* não foi difícil de ser apreendido nas fichas médicas. Ao chegarem, os índios passavam

por exames médicos, recebiam um número de identificação e eram incorporados aos livros de registro. As fichas destes índios contêm observações muito claras sobre a sua procedência, sendo que as datas de início e término das anotações de consultas evidenciam que estavam de passagem. Além destas observações, as trocas de informações constantes com Baruzzi elucidaram sempre as dúvidas suscitadas, dadas sua experiência e convivência com os índios do Parque.

Apesar da contagem destas entradas e saídas de curta duração ter sido trabalhosa, optou-se por não negligenciá-las, mesmo porque nem sempre todos os membros da família voltavam, e em alguns casos, alguém residente no Parque se agregava à viagem de retorno. Muitas vezes ficavam filhos ou filhas que se casavam no Parque, ou saíam índios moradores do Parque ao se casarem com integrantes da família migrante. Estas situações evidenciaram que muitas viagens se realizavam também, se não exclusivamente, em busca de parceiros conjugais, dado que a imigração para o Xingu fracionou muitas famílias, estando muitas vezes os parceiros prescritos (ou cônjuges preferenciais) pelo sistema de parentesco, separados por muitos quilômetros de distância.

Outra situação importante a ser considerada é que às vezes o tempo de permanência destes *imigrantes temporários* no Parque, era mais prolongado, sendo o suficiente para que nascessem crianças e pessoas adoecessem ou falecessem. E isto implicava em computar estes nascimentos e óbitos.

Além da migração externa ao Parque registrou-se mudanças de índios Kaiabi para aldeias de outras tribos moradoras do Parque, quase sempre determinadas por uniões matrimoniais, verificadas, principalmente, nos primeiros anos após a chegada dos grupos no Parque, quando eram poucas as opções de parceiros conjugais prescritos (ou preferenciais) pelas suas regras de parentesco. Muitos Kaiabi se casaram com mulheres ou homens de outros grupos indígenas e foram morar em suas aldeias, onde constituíram família, enquanto outros, ao se unirem a cônjuges de outras tribos, continuaram residindo em suas próprias aldeias, trazendo suas esposas ou maridos. Estas circunstâncias geraram o que se definiu como *migração interna*.

A análise demográfica da migração considerou, portanto, dois tipos de deslocamento da população Kaiabi realizados entre os anos de 1970 e 1999: *a migração externa e a interna*. O primeiro definido pelos movimentos de entrada e saída

do Parque e o segundo pelos movimentos entre as aldeias Kaiabi e as de outras tribos moradoras do Parque. Os migrantes foram classificados como segue:

Imigrantes Externos – incluem-se nesta categoria os índios não nascidos no Parque do Xingu, cuja data de abertura de ficha foi posterior a 31/12/1970. Para estes, a data de entrada na contagem da população foi a de abertura de suas fichas.

Emigrantes Externos – esta categoria compreende os índios em cuja ficha médica estão registradas saídas do Parque, com ou sem indicação de destino e nas quais cessaram as anotações de consulta. A data estimada de saída do Parque foi a da última anotação médica. Quando as fichas não apontavam seus destinos, tratou-se de averiguar se constavam do arquivo de moradores das aldeias Kaiabi fora do Parque ou de áreas urbanas. É importante destacar, que todos os índios incluídos nestas circunstâncias puderam ser localizados.

Imigrantes Internos – a categoria inclui os índios de outras tribos que se mudaram para aldeias Kaiabi, o que ocorreu apenas em razão casamentos. Neste caso, o critério adotado para determinar a data de entrada destas pessoas nas aldeias Kaiabi considerou os doze meses que antecedem ao nascimento do primeiro filho do casal. Há registros de mulheres de outras tribos, que ao se casarem com homens Kaiabi já tinham filhos não-Kaiabi de união anterior e que os trouxeram para o convívio da nova família que se formava nas aldeias Kaiabi. Estas crianças passaram a integrar a população das aldeias Kaiabi e a data de suas entradas foram as mesmas estimadas para suas mães.

Emigrantes Internos – assim foram classificados os Kaiabi que se mudaram para as aldeias de seus cônjuges não-Kaiabi. A data de saída desta população das aldeias Kaiabi também foi definida como os doze meses anteriores ao nascimento do primeiro filho do casal. Há casos de homens Kaiabi, que ao se casarem com mulheres de outras tribos e se mudarem para suas aldeias, levaram seus filhos de casamentos anteriores com mulheres Kaiabi, os viúvos por exemplo. Nestas circunstâncias, seus filhos deixaram de compor a população das aldeias Kaiabi, na mesma data estimada para a saída de seus pais.

Determinados os critérios, organizou-se uma lista nominativa com datas de entrada e saída da população das aldeias Kaiabi, que permitiu quantificar os deslocamentos internos e externos ao Parque, segundo o ano em que ocorreram, a idade

e o sexo. Isto foi de fundamental importância para a aplicação da técnica direta de reconstrução da população Kaiabi no período 1970-1999.

I.2.2.d. Reconstrução da população por idade, sexo e ano, por meio de uma técnica direta

Quantificados os nascimentos, óbitos e migrantes, por idade, sexo e ano de ocorrência do evento, procedeu-se a reconstrução da população para cada ano do período 1970-1999, obtendo-se a estrutura por idade e sexo da população em diferentes momentos do período e os denominadores necessários ao cálculo das estimativas de natalidade, mortalidade e migração.

A reconstrução da população foi realizada por meio de uma *técnica direta*, baseada no acompanhamento anual das gerações, por sexo, considerando a população do ano de 1970 como população inicial ou P_0 , distribuída por idades simples. À esta população foram acrescentados os nascimentos nas idades zero e extraídos os óbitos segundo a idade em que ocorreram. Com este procedimento reconstruiu-se os efetivos da população em cada ano, por idades simples e sexo, durante todo o período de análise (Tabela 1).

As idades, tanto dos sobreviventes, quanto dos nascimentos ou dos óbitos foram ajustadas para o dia primeiro de julho, sendo a população estimada para cada ano considerada a população média destes anos.

Para evitar erros relativos às estimativas dos saldos migratórios, cujos parâmetros de cálculo julgou-se relativamente frágeis visto que foram inferidos com base em critérios indiretos, optou-se por acrescentar ou deduzir os valores destes saldos por idade e sexo à população do final de cada período de cinco anos.

Por meio de uma equação aritmética relativamente simples, que considera todos os eventos demográficos registrados em cada ano ou período, esta técnica permitiu reconstruir população das aldeias Kaiabi do PIX, ano a ano, por um período de trinta anos.

I.3. O Desenho do Estudo

O registro contínuo dos eventos demográficos ocorridos nesta população ao longo do período 1970-99, possibilitou a realização dos dois tipos de modelo de análise demográfica: *transversal* ou *de período* e *longitudinal* ou *de coortes*.

A análise *transversal* trata de eventos demográficos ocorridos num determinado período de tempo, meses ou anos e considera como população de referência pessoas procedentes de gerações ou coortes diferentes, ou seja, nascidas em anos distintos. Este é o tipo de análise utilizado em estudos demográficos, quando não se dispõe de informações contínuas sobre os eventos, permitindo avaliar os componentes da dinâmica demográfica num determinado *momento do tempo*. Por considerar indivíduos procedentes de diferentes coortes de nascimento, as estimativas dos níveis reais do fenômeno demográfico analisado sob esta perspectiva podem ser afetadas por estruturas etárias diferentes ou pela variação momentânea no calendário de eventos destes fenômenos, como assinala Welti (1998, pp.19-20).

A *análise longitudinal* acompanha uma geração ou coorte durante toda a sua existência ou pelo período de tempo de duração dos fenômenos, permitindo conhecer a sua trajetória real. Neste tipo de enfoque analítico, quando se elege uma geração como coorte de estudo, ou seja, todos os indivíduos nascidos num mesmo ano ou num mesmo período de tempo, ou todos os indivíduos sujeitos a um determinado fenômeno num determinado momento de suas vidas, desaparecem os efeitos perturbadores das estimativas, como o efeito da idade, por exemplo, pois todos os indivíduos terão aproximadamente a mesma idade e estarão, teoricamente, sujeitos à mesma exposição do fenômeno analisado. A realização deste tipo de análise é possível quando se dispõe de informações sobre a trajetória real dos eventos ocorridos entre indivíduos pertencentes a uma geração ou coorte, durante o intervalo de tempo em que o fenômeno se manifesta. Isto requer o acompanhamento de uma coorte real durante todo o período de duração do fenômeno que se deseja estudar (id *ibidem*).

A construção de coortes pode ser feita pelo uso de dois tipos de observação: *contínua prospectiva* ou *retrospectiva*. A *observação contínua* supõe um registro de eventos vitais construído ao longo de um período de tempo de duração suficiente para que o evento ou fenômeno demográfico observado se realize por completo em gerações ou coortes. Este tipo de observação supõe, também, a cobertura total dos eventos relativos ao fenômeno observado. A *observação retrospectiva* pode ser realizada por

meio de pesquisas, nas quais os membros de uma coorte são questionados a respeito dos eventos a que estiveram sujeitos no passado, durante o período de duração do fenômeno estudado, ou, também, pelo uso de registros históricos dos eventos demográficos vividos pelas coortes (Pressat 1973, pp. 80-83).

A análise dos componentes da dinâmica populacional dos Kaiabi – natalidade, mortalidade e migração, segue o modelo de estudo *transversal*. A análise da fecundidade segue os dois modelos: *transversal e longitudinal*.

Para evitar oscilações muito importantes, próprias aos pequenos números, paralelamente a análise anual de alguns fenômenos, optou-se por estimativas para períodos de 5 anos (quinqüenais) na análise da natalidade, mortalidade e migrações, e de 10 (decenais) anos na análise da fecundidade.

I.3.1. Análise da mortalidade

No estudo longitudinal da mortalidade, fenômeno demográfico não renovável, o tempo médio de vida dos indivíduos de uma determinada coorte só poderá ser estimado quando todos os indivíduos de uma geração já estiverem mortos. Dado que é muito difícil acompanhar gerações desde o nascimento até sua completa extinção para se obter a intensidade da mortalidade e o tempo médio de vida das populações, recorre-se, geralmente, ao método da tábua de vida ou de mortalidade atuarial, técnica de análise transversal, que parte do suposto que uma geração hipotética está sujeita ao mesmo regime de mortalidade (calendário de óbitos ou estrutura de mortalidade) observado durante um determinado ano ou período numa dada população (Welti, 1998, p.23).

É a esta técnica indireta que se recorre neste estudo para estimar a esperança de vida dos Kaiabi, um dos mais refinados indicadores na análise do nível da mortalidade das populações (id. *ibidem*). Com base na distribuição dos óbitos por idades, observados entre 1970 e 1999 são estimadas as probabilidades de morte e as expectativas de vida a que estiveram sujeitos os Kaiabi neste período, pela utilização do Modelo Evadan de Campanário (2002), descrito no item dedicado à metodologia empregada para projetar a população.

Além das expectativas de vida, outros indicadores de mortalidade foram estimados através de cálculos transversais, como: taxas brutas de mortalidade

observadas e padronizadas, taxas de mortalidade específicas por idades e sexo, mortalidade proporcional e taxas de mortalidade infantil.

I.3.2. Análise da fecundidade

Entende-se por fecundidade o desempenho reprodutivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres durante o seu período reprodutivo. Este, por sua vez, designa-se pelo intervalo de tempo compreendido entre a idade da menarca e a idade da menopausa (Berquó 1980, p.72).

Sendo um fenômeno demográfico renovável, a fecundidade pode ser analisada através dos modelos de estudo *transversal* ou *longitudinal*. No modelo de análise *transversal*, as taxas estimadas representam a experiência reprodutiva vivida por mulheres de diferentes coortes de nascimento num determinado momento de tempo (Welti 1998, p.44). No modelo *longitudinal*, ao contrário, acompanha-se uma coorte de mulheres durante o seu período reprodutivo, o que permite conhecer a *intensidade real da fecundidade* ou a *descendência média por mulher* ao final do período reprodutivo e o seu *calendário*, ou seja, a forma como as mulheres desta coorte distribuíram o nascimento de seus filhos ao longo do período reprodutivo (id. ibidem).

A análise da fecundidade realizada no presente estudo baseia-se nos dois modelos de estudo: *o transversal* e *o longitudinal*.

Pela dificuldade de avaliar a interferência de padrões culturais de outros grupos indígenas no comportamento da fecundidade, restringiu-se o estudo da fecundidade às mulheres moradoras das aldeias Kaiabi, sejam elas Kaiabi ou não.

A *análise transversal* considerou os nascimentos e as mulheres em idade fértil de três períodos de dez anos (1970-79, 1980-89 e 1990-99) visando evitar as oscilações próprias dos pequenos números da população.

As medidas de fecundidade utilizadas na *análise transversal* são as seguintes:

1) Taxas específicas de fecundidade (${}_n f_x$) - representam o número médio de nascimentos das mulheres em cada grupo de idade do período reprodutivo. Estas taxas são obtidas mediante a seguinte fórmula:

$${}_n f_x^t = \frac{N_{x, x+n}^t}{F_{x, x+n}^t} \cdot 1000, \text{ onde:}$$

$N_{x, x+n}^t$ = número de nascimentos vivos de mulheres entre as idades x e $x+n$, no momento t

$F_{x, x+n}^t$ = número de mulheres entre as idades x e $x+n$, no momento t

2) Taxa de fecundidade total (TFT) - representa a média de filhos tidos nascidos vivos das mulheres de uma coorte hipotética que ao final do período reprodutivo experimentaram um determinado conjunto de taxas específicas de fecundidade. Segundo Berquó, a TFT está baseada nos seguintes pressupostos: 1) cada mulher passa pelo período reprodutivo sem estar sujeita à mortalidade; 2) enquanto atravessa estes anos ela reproduzirá segundo as mesmas taxas de fecundidade específicas por idades que caracterizam a distribuição de um momento de tempo determinado (Berquó 1980, p.78).

O registro contínuo de eventos vitais utilizado neste estudo constituiu-se na fonte de informações retrospectiva para a construção de coortes de nascimento de mulheres em idade reprodutiva. Com base nas informações sobre os nascimentos vivos ocorridos nos diferentes anos e as idades das mães no momento do nascimento de cada filho construiu-se 6 coortes, sendo uma constituída por mulheres com *fecundidade completa*, ou seja, de mulheres que já haviam completado o período reprodutivo, atingindo 49 anos em 1999, e 5 de mulheres com *fecundidade incompleta*, ou que ainda não tinham completado o período reprodutivo. Isto permitiu o cálculo de *taxas de fecundidade por coortes e idades*, conforme indicado em Welti (1980, p. 45).

Teoricamente, a origem de uma coorte de fecundidade se dá no momento em que as mulheres de uma mesma geração iniciam a vida reprodutiva, geralmente aos 15 anos de idade, e o seu término, quando completam 45 ou 50 anos. Para se obter a estimativa da *descendência média final* de cada mulher e o *calendário dos eventos* ou a forma como os nascimentos se produziram durante sua vida reprodutiva é necessário acompanhar a coorte por um período que pode durar entre 30 e 35 anos, em média.

Os dados utilizados mostraram que as mulheres Kaiabi têm, geralmente, seu primeiro filho depois dos 15 anos de idade e o último antes dos 45 anos, sendo de cerca de 30 anos o seu período reprodutivo. Mas, há casos de mulheres que iniciaram a vida reprodutiva antes de completar 15 anos e outros de mulheres que encerraram depois dos 45 anos, e estes casos foram contemplados nas estimativas das taxas longitudinais.

A Tabela 2 mostra a distribuição das 6 coortes de mulheres por ano de nascimento e as idades que tinham, segundo o ano de nascimento de seus filhos.

Tabela 2 – Coortes de mulheres Kaiabi do PIX em idade reprodutiva, por ano de nascimento e idade no ano de nascimento de seus filhos.

Anos de nascimento dos filhos	Coortes de Nascimento e Idades das mulheres					
	1	2	3	4	5	6
	1950-54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	1975/79
1965/69	15-19					
1970/74	20-24	15-19				
1975/79	25-29	20-24	15-19			
1980/84	30-34	25-29	20-24	15-19		
1985/89	35-39	30-34	25-29	20-24	15-19	
1990/94	40-44	35-39	30-34	25-29	20-24	15-19
1995/99	45-49	40-44	35-39	30-34	25-29	20-24

Para neutralizar o efeito perturbador da mortalidade e da migração, extraiu-se ou somou-se ao efetivo das coortes, as mulheres que faleceram, entraram ou saíram da população durante o período reprodutivo, ficando as coortes com um número constante de mulheres e o denominador dos indicadores calculados também.

As medidas de fecundidade utilizadas na análise por coortes são: as parturições médias e acumuladas; as idades médias das mães ao nascimento de todos os seus filhos e do primeiro filho. Para a coorte de *fecundidade completa*, além destas medidas, calculou-se a descendência média final (D_x).

- 1) Parturição média – representa a média de filhos vivos das mulheres de uma coorte de nascimento em determinada idade, cujo valor é obtido pela seguinte fórmula (Welti 1998, p.46):

$$F_x^{\text{coorte}-t} = \frac{N_x^{\text{coorte } t}}{M_x^{1/1/Z+1}}, \text{ onde}$$

$N_x^{\text{coorte } t}$ representa os nascimentos tidos pela coorte de mulheres nascidas no ano t , ao passar da idade x à idade $x+1$

$M_x^{1/1/Z+1}$ são as mulheres das idades $x, x+1$ ao final do ano Z ou no início do ano $Z+1$

- 2) Parturição acumulada – corresponde a média de filhos das mulheres de uma coorte até determinada idade. A curva construída com as parturições acumuladas representam o calendário da fecundidade (id. ibidem, p.48). Esta medida é obtida pela soma das paridades médias de um grupo etário a outro.
- 3) Descendência média final (D_x) – é uma estimativa do número efetivo de filhos das mulheres de uma coorte ou do tamanho de família completa, sendo representada pela somatória das parturições médias dos grupos etários das coortes e correspondendo à taxa de fecundidade total (TFT) obtida nas análises transversais (id. ibidem, p. 47-48).
- 4) Idade média das mães ao nascimento de seus filhos é a média do calendário da fecundidade na ausência de mortalidade e migração. A duração média de tempo que separa o nascimento das mães do nascimento de seus filhos, denominada intervalo entre as gerações sucessivas, também é dada pela idade média das mães ao nascimento de seus filhos (Pressat 1973, p.243).

A comparação do comportamento reprodutivo das coortes se deu a partir das parturições médias dos grupos etários e das parturições acumuladas em cada grupo etário, visto que se obteve somente uma coorte com fecundidade completa. A primeira e segunda taxas foram calculadas por períodos quinquenais de idade.

I.3.3. Crescimento populacional

O crescimento da população das aldeias Kaiabi segundo seus componentes, natalidade, mortalidade e migração, foi calculado por períodos quinquenais, mediante a equação seguinte:

$$P_{t,t+n} = N_{t,t+n} - O_{t,t+n} + I_{t,t+n} - E_{t,t+n}, \text{ onde:}$$

$P_{t,t+n}$ = crescimento total do período observado

$N_{t,t+n}$ = nascimentos do período $t,t+n$

$O_{t,t+n}$ = óbitos do período $t,t+n$

$I_{t,t+n}$ = número de imigrantes do período $t,t+n$

$E_{t,t+n}$ = número de emigrantes no período $t,t+n$.

O crescimento médio anual ou geométrico (r), que define o ritmo ou a intensidade do crescimento populacional, foi calculado depois de definidas as populações inicial (P_{t_0}) e final (P_{t_1}) e conhecido o tempo transcorrido entre estes dois momentos (t), pela equação seguinte:

$$P_{t_1} / P_{t_0} = (1+r)^t, \text{ onde :}$$

P_{t_0} = população inicial

P_{t_1} = população final

r = taxa de crescimento anual

t = intervalo de tempo transcorrido entre os dois momentos de tempo.

I.4. Metodologia Utilizada para Projetar a População e Aferir a Qualidade das Estimativas Populacionais Obtidas Através de Técnica Direta

O fenômeno estatístico dos *pequenos números* gerou grandes oscilações nas taxas calculadas para a população Kaiabi, apesar da confiabilidade da fonte de dados utilizada. Por outro lado, os Kaiabi, acuados, em vias de extinção e obrigados a emigrar de sua terra, definiram estratégias de sobrevivência, que poderiam ser mal interpretadas através dos resultados encontrados nesta investigação. Estes dois fatores suscitaram reflexões a respeito da qualidade das taxas obtidas, de sua *volatilidade* e das interpretações a que estariam conduzindo.

Para sanar dúvidas optou-se por comparar as taxas encontradas pelo uso da técnica já especificada nos itens anteriores com uma outra, que partisse de pressupostos metodológicos diferentes. A técnica previamente utilizada pode ser definida como *direta*, pois calcula taxas com os dados brutos, sem correções ou ajustes. Para aferir os resultados obtidos escolheu-se uma técnica *indireta*, desenvolvida através de um modelo demográfico, criado por Campanário (2002), denominado *Evadan*, que gera populações teóricas e que foi utilizado, também, para projetar a população Kaiabi até o ano 2020.

Este modelo trabalha com os três componentes demográficos básicos (fecundidade, mortalidade e migração), e é, por conseqüência, uma variante do denominado *Método dos Componentes Demográficos* (Santos 1980, p.133-135) utilizado amplamente por demógrafos, principalmente para fins de projeções demográficas. Tal método decompõe a população nestes três componentes, gerando uma população teórica que se aproxima da real na medida em que os componentes sejam próximos da realidade.

O modelo *Evadan* parte da constatação de que existe uma estreita relação entre a estrutura populacional por sexo e idades de uma população qualquer e os níveis e padrões dos três componentes demográficos básicos já especificados. Para exemplificar, Campanário utiliza o conceito de coorte (ou geração), e explica como a estrutura etária específica de cada população se associa com tais componentes. No exemplo que utiliza,

aplica o conceito de gerações dividindo a população em três partes: a dos filhos ou crianças e adolescentes, equivalente ao grupo etário 0-14 anos, a dos pais, do grupo 15-64 anos e a dos avós ao grupo de 65 e mais anos, mostrando que as populações onde existem mais filhos que pais e mais pais que avós, têm forma de pirâmide, porque os pais têm mais filhos que seu próprio número e os avós, que no passado tiveram também filhos, o fizeram com o mesmo comportamento reprodutivo. O autor conclui que ao examinar a distribuição de uma população por idades se pode saber qual a fecundidade das mulheres, se a fecundidade delas está ou não diminuindo e inclusive quais os níveis aproximados de mortalidade e de fluxos migratórios, pois todos estes componentes determinam, em última instância, a distribuição etária da população: *a um dado conjunto de taxas de mortalidade, de fecundidade e de saldos migratórios por grupos etários, corresponde uma e uma só estrutura etária de população* (id ibidem, pág. 2). Dessa forma, ao introduzir a estrutura por sexo e idades de determinada população no modelo, este pode gerar as taxas correspondentes a esses componentes, mesmo que não existam dados disponíveis sobre mortalidade, migrações ou número de filhos das mulheres.

No entanto, tanto o Método dos Componentes como o Modelo Evadan pressupõem o uso de taxas por sexo e idades, que podem ser oscilantes, como as encontradas para os Kaiabi. Acoplado ao modelo há, por esse motivo, modelos de estruturas ou padrões tanto de mortalidade como de fecundidade por idades. As de migração, também por idades, são geradas pelo próprio modelo por inferência.

O Modelo Evadan utiliza, para a mortalidade, uma série de Tábuas-Modelo, desenvolvidas pela Fundação Seade para o Ministério da Saúde, e que leva em conta principalmente a diminuição muito acentuada da mortalidade infantil ocorrida no país a partir dos anos 80 e que, também ocorreu entre os Kaiabi (Campanário e Godinho, 1997).

Com respeito à fecundidade, utilizou-se um modelo adaptado à população Kaiabi, no qual as mulheres começam a gerar filhos a partir dos 12 anos, o que ocorre só excepcionalmente no restante da população brasileira.

As informações introduzidas no modelo foram as seguintes:

- a) população Kaiabi por grupos quinquenais de idades, para os quinquênios do período 1970-1999, estimadas através da técnica direta e que se constitui na principal informação que o modelo exige;
- b) população teórica Kaiabi a partir de um ano remoto (1820), 150 anos antes de 1970, o ano a partir do qual os dados desta tribo começaram a ser obtidos de forma sistemática.

Com a introdução de taxas relativamente arbitrárias de fecundidade, mortalidade e de saldos migratórios, para o período 1820-1970, chegou-se a uma população aproximada à de 1970, que passou a ser o ponto de partida do modelo. A esta população teórica aplicou-se as taxas de saldos migratórios, mortalidade e fecundidade calculadas de forma direta, gerando novas populações teóricas, que puderam ser comparadas às populações obtidas através do método direto.

CAPÍTULO II

A OCUPAÇÃO DO MATO GROSSO

II.1. Contextualizando o Cenário

Este capítulo revisa a historiografia das frentes de expansão e ocupação do Mato Grosso, com o intuito de contextualizar as transformações ocorridas no território de origem dos Kaiabi e apontar para as primeiras experiências travadas entre estes índios e as frentes *civilizadoras*.

A compreensão do processo de ocupação do Mato Grosso não está desvinculada do contexto de colonização do país. Assim, relata-se, de forma breve, como se deu a ocupação do território brasileiro, para situar a expansão colonizadora para o norte e médio norte mato-grossense, onde se situavam o território e a área de influência dos índios Kaiabi.

O século XVI, o primeiro da colonização portuguesa, foi dedicado à ocupação de pontos isolados na costa leste do Brasil, às lutas pela consolidação do território, freqüentemente invadido por franceses e holandeses, e às entradas pioneiras. O século XVII foi o período das bandeiras paulistas - que percorreram trilhas no sentido Sul e Centro-Oeste - da fundação da cidade de Belém no Pará, das primeiras missões religiosas na bacia do rio Amazonas, e da fundação da Colônia do Sacramento para assegurar a fronteira natural do Prata. A primeira metade do século XVIII foi o tempo da exploração dos centros mineradores de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, das *Monções Cuiabanas e do Norte*, expedições que, por vias fluviais ligaram, respectivamente, São Paulo a Cuiabá, e Vila Bela a Belém, e das lutas pela posse dos territórios fronteiriços. Em 1750, inicia-se a decadência da produção aurífera e a diminuição da freqüência das bandeiras paulistas. Neste mesmo ano morre D. João V, sobe ao trono D. José I, tendo o Marquês de Pombal como primeiro ministro, instaurando-se a época do despotismo esclarecido em Portugal. Neste cenário é assinado

o Tratado de Madri, que fixa os novos limites territoriais, legalizando a posse das regiões situadas a ocidente da linha de Tordesilhas – o Rio Grande do Sul, o Mato Grosso e a Amazônia (Goes Filho 1999a, p. 45-62).

Diversos eram os fatores que favoreciam a ocupação da Amazônia pelos portugueses. Pelos limites do sul, em razão das trilhas dos bandeirantes e da rota das *Monções*, que levavam a Cuiabá, por meio fluvial; e depois, por terra, até o rio Guaporé, com possibilidades, já vislumbradas naquele momento, de estenderem-se as navegações pelo rio Madeira até o Amazonas. E, pelo norte, a já consolidada ocupação da foz do Amazonas, desde a fundação da cidade de Belém, em 1716. Naquela época, estando a Espanha enfraquecida por crises e guerras, o atual oeste do Brasil não lhe era muito importante, pois já possuía imensas riquezas nos Andes e não se interessava em aventurar-se nas terras baixas da Amazônia (id. ibidem, p. 45-62) .

A questão da expansão colonizadora para o Oeste e a forma como se desenvolveu foi amplamente discutida por Faoro. O autor destaca que, a interiorização foi o fruto de uma política orientada pela Coroa Portuguesa e instrumentalizada pelo bandeirismo oficial. Para assegurar a conquista da região Oeste, a administração colonial contou com as *bandeiras*, expedições sertanistas que antecederiam as missões povoadoras, algumas contratadas pelos agentes da Coroa, outras ilegais, que nas palavras de Faoro *limpavam a região de seus habitantes indígenas* (Faoro 2000, p.176-178).

Ainda, segundo Faoro, as bandeiras possuíam uma estrutura militar, cuja organização fora herdada dos regimentos portugueses que atuaram na Índia. O bandeirante era, antes de tudo, um militar, com autorização oficial para devassar os sertões e prear índios (id. ibidem, p.178-179). A seguir, transcreve-se o registro dessa idéia pelo autor:

Desde a Idade Média conhecia Portugal a bandeira, composta de trinta e seis homens, formações que, agregadas, constituíam a companhia. (...) A organização se racionalizou com o Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de cavalo e de pé, editado em 1570 por D. Sebastião, verdadeira lei básica da milícia portuguesa, adotada na Índia e no Brasil. Bandeira tomou, com fundamento nas prescrições régias, o caráter de companhia militar, passando no ultramar americano, a caracterizar a bandeira sertanista. (...) O instituto adaptou-se à colônia, com a defesa, inicialmente, e depois para a conquista, com o grosso da gente composta de indígenas. De local, a bandeira só tem o contingente humano, com o aproveitamento do espírito guerreiro do tupi (p.180).

Com respeito à definição e origem da denominação dessas expedições, encontra-se em Capistrano de Abreu (2000), por referência a Anchieta, que:

(...) bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados. Abaixo dele com certa graduação marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente. O capelão era figura obrigatória (...); os escravos serviam de carregadores. (...) Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, (...). Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; (...). Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira (p. 128-129).

Quanto ao envolvimento de guias indígenas nas expedições sertanistas e à contribuição prestada ao desenvolvimento da expansão territorial para o interior, tomou-se o testemunho de Holanda:

O fato de as bandeiras saídas de São Paulo, ora em direção ao Guairá, ora rumo ao sertão do alto São Francisco, terem já nas primeiras investidas atinado com o caminho mais apropriado mostra até onde se valeriam seus cabos da colaboração indígena. Não importa que fosse uma colaboração absolutamente involuntária e indireta, como chega a sugerir Orville Derby, ao assegurar que os sertanistas “apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo.

Da existência efetiva dessas vias já com caráter mais ou menos permanente, antes de iniciar-se a colonização, nada autoriza a duvidar. E ainda hoje, o traçado de muitas estradas de ferro parece concordar, no essencial, com os velhos caminhos de índios e bandeirantes, sinal de que sua localização não seria caprichosa (Holanda 1994, p. 25-26 e transcrição de Orville Derby 1899).

II.2. Bandeiras de Apresamento

Pela penetração de bandeiras expansionistas e preadoras de índios teve início a expansão para o Oeste e o desbravamento da região matogrossense. Antes destas investidas, as terras já haviam sido exploradas pelos espanhóis, que, buscando ampliar suas conquistas, fundam a povoação de Santiago de Xerez, em 1580, no rio Miranda, e

os jesuítas estabelecem no rio Paraná a célebre missão do Guairá. O movimento de expansão dos espanhóis teria provavelmente prosseguido, se os bandeirantes não tivessem penetrado a porção sul do Mato Grosso, onde estabeleceram ativo centro de operação contra os guarani, e se as bandeiras de Manoel Preto e Antônio Raposo Tavares não tivessem destruído, em 1629, a maioria das *reduções* indígenas daquela missão e, em 1648, as do Itatim (Franco 1989, p. 411-417; Holanda 2000 a, p. 286-287). A localização geográfica das missões de jesuítas espanhóis e os trajetos das principais bandeiras pode ser visualizado no Figura 5.

Muitas das investidas das bandeiras paulistas às missões jesuíticas espanholas se deram enquanto Portugal estava sob domínio espanhol (1581-1640), quando, teoricamente, não deveria haver fronteiras entre as Américas lusa e espanhola. Mas, na atual região Centro-Oeste do Brasil, situava-se o *sertão bravo*, habitado pelo *gentio bravo*, onde os pontos de encontro e de atrito eram as missões jesuíticas espanholas, e onde, nas palavras de Sampaio Goes Filho: (...) *ninguém tinha meios para fiscalizar, nem antes, nem durante, nem depois da União Ibérica, o cruzamento da fronteira, se é que se pode considerar como tal o fugidio meridiano de Tordesilhas* (1999b, p. 98-99).

É ainda durante a vigência da União Ibérica, que os holandeses ocupam Pernambuco e outros pontos da costa leste do Brasil (1620-1654); se apossam de feitorias portuguesas na África Ocidental, onde fundam o Forte de Nassau (1612), o que lhes garante, por um certo período, o controle do tráfico negreiro. Este evento provoca a escassez de escravos negros na Colônia e estimula os sertanistas paulistas a intensificarem suas ações de captura e comércio de mão-de-obra indígena (id. ibidem, p.99). A este respeito, Nelson Werneck Sodré (1979) avalia que:

A queda das fontes africanas de mão-de-obra escrava em poder dos holandeses traz à Colônia, nas zonas livres de dominação bastava (sic), uma crise muito grave. É essa carência no fornecimento externo que acarreta uma súbita ampliação do mercado de mão-de-obra indígena. É o momento em que as lavouras solicitam o índio, porque já não dispõem do africano, sob o risco de perecimento (p. 115).

Eliminado o domínio espanhol na região, os atuais estados de Mato Grosso e Goiás passam a ser o alvo incessante das bandeiras paulistas, que, a princípio, investem na busca de mão-de-obra para as lavouras de cana-de-açúcar, pois os “estoques” de indígenas nas proximidades do Planalto de Piratininga já estavam esgotados. Por volta de 1648, Raposo Tavares alcança o Paraná, através do vale do Paranapanema, navega o

Ivinhema, transpõe o planalto e desce o Paraguai (Holanda 2000b, p.43). Os bandeirantes estabelecem um ativo centro de operações contra os guarani em Vacarias (MT), descendo depois os pantanais em busca das tribos que ali viviam (Franco 1989, p. 432)

A expansão do território colonial, como lembra Moreira Neto (1967) *se fez pelo alargamento das fronteiras sobre as áreas ocupadas pelos indígenas, apoiadas nas guerras justas, na contaminação por epidemias e na escravização do índio* (p.176).

São as *bandeiras privadas*, destinadas ao apresamento indígena, que imprimem o caráter das primeiras incursões ao sertão mato-grossense e goiano, que eram, para os sertanistas, verdadeiros *reservatórios de índios*. Eram muitas as vantagens deste comércio, pois, além da abundância de índio nesses sertões, não se pagavam impostos a Coroa sobre a venda de escravos índios. Como afirma Holanda (2000c):

Nem a existência de minas de ouro verdadeiras, ainda de pouco haver, nem as suspeitas ou esperanças de prata e esmeraldas pareciam prometer tão bom sucesso quanto o que alcançavam as correrias dos predadores de índios (p.65).

Muitos sertanistas penetraram a região no anonimato, sem que de suas incursões ficassem registros. As primeiras notícias documentadas de penetração na região procedem das expedições dos sertanejos Manoel de Campos Bicudo, acompanhado de seu filho, ainda menino, Antônio Pires de Campos, e de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, também acompanhado de seu filho Bartolomeu Bueno da Silva. Visando a captura de índios, penetraram, o primeiro, o sertão Norte de Mato Grosso, e o segundo, o de Goiás, e descobrem as famosas Minas dos Martírios, na região dos índios Araés (Figura 6). O ano destas expedições (1673) foi estimado através de um manuscrito datado de 1749, que recolhe o depoimento de Antônio Pires de Campos sobre o roteiro das Minas dos Martírios, quando tinha cerca de 90 anos de idade (Silva, Maria B. 1999, p.149). A experiência adquirida por Antônio Pires de Campos - o Velho, em seu cruel ofício de captura, apresamento e comércio de indígenas, lhe valeram profundos conhecimentos a respeito dessas populações e dos sertões de Mato Grosso e Goiás. Estão relatadas nos Roteiros para os Martírios e na Breve Notícia, reproduzidos por Afonso d'Escragnolle Taunay (1981a), aos quais recorreremos mais de uma vez no curso deste trabalho.

II.3. Formação da Fronteira e a Mineração

No início do século XVIII, quando já eram constantes os rumores de existência de riquezas minerais no interior da Colônia, admitia-se que pudessem ser encontradas no sertão inexplorado do Oeste. Este pensamento dirige a organização de bandeiras oficiais em direção ao Mato Grosso e Goiás, que passam a ter como alvo, também, as descobertas de ouro e de pedras preciosas (Capistrano de Abreu 2000, p.135).

Segundo relatos dos cronistas matogrossenses Barbosa de Sá e Augusto Leverger, a bandeira de Antônio Pires de Campos, destinada a captura de índios, atinge, em 1718, o rio Cuiabá e chega à barra do rio Coxipó Mirim, onde faz o apresamento dos Coxiponés. Neste mesmo ano, os bandeirantes Pascoal Moreira Cabral e Fernando Dias Falcão seguem o mesmo caminho, e encontram ouro naquele rio, dando início à mineração (Barbosa de Sá 1901, p.7; Leverger 1949, p.214).

As minas de ouro de Cuiabá foram descobertas em 1722, nos arredores do arraial do Coxipó, nas proximidades de uma roça plantada por Miguel Sutil e alguns índios. A notícia se espalhou rapidamente pela Capitania de São Paulo, chegando a Portugal e a outros países europeus, atraindo mineradores e aventureiros para chamadas de *Lavras do Sutil*. Mais tarde, ali foi criado o arraial do Senhor Bom Jesus, elevado a vila em 1727, com o nome de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, hoje Cuiabá (id. ibidem, pgs.12 e 215).

A divulgação do achado incentivou aventureiros a se arriscarem na rota fluvial do sertão cuiabano, de sorte que na segunda década do século XVIII foi intensa a navegação destes rios, inclusive por numerosas expedições mal sucedidas que nunca chegaram ao seu destino. Muitas das denominadas *Monções Cuiabanas* foram destroçadas nos rios encachoeirados ou atacadas pelos índios Kaiapó, Kaingang e Guaikuru, genericamente chamados de Paiaguá, empenhados em não admitir intrusos em seus territórios (Holanda 2000b, p. 46 e 64). A fome e as doenças, também, faziam parte do percurso, mas, não só dele. Os que chegavam, concentravam-se na mineração e poucos alimentos eram produzidos (Barbosa de Sá 1901, p.16; Leverger 1949, p.217).

Para descrever o roteiro das *Monções* com destino ao sertão cuiabano, cujo percurso durava cerca de 5 meses, recorremos mais uma vez a Holanda, que a elas dedicou uma obra de beleza ímpar. Os *monçoneiros*, a princípio, seguiam pelo roteiro

dos antigos sertanistas predadores de índios. Saíam de Porto Feliz no Tietê até a sua foz; seguiam o curso do Paraná e chegavam a Vacaria (MT) pelos rios Paranapanema e Ivinhema, ambos afluentes do Paraná; subiam o rio Paraguai, o São Lourenço e chegavam a Cuiabá. Um segundo roteiro chegava a Vacaria pelos rios Pardo e Anhandu-Guaçu. Ainda, um terceiro, passava por Camapoã, onde os irmãos Leme, ex-sertanistas, haviam estabelecido uma fazenda que ficou sendo local de referência para pouso e abastecimento dos viajantes. Este roteiro subia o rio Pardo, continuava para além da barra do Anhandu-Guaçu, e pelo ribeirão Sanguessuga passava à bacia do Paraguai. Varavam as canoas por terra, alcançavam o rio Camapoã, o Coxim e o Taquari, atravessavam o Pantanal, tomavam o rio dos Porrudos ou o São Lourenço e chegavam ao rio Cuiabá (Figura 7). Esta última rota, foi utilizada por mais de um século, sendo considerada pelo autor como *a rota definitiva das monções*. (Holanda 2000b, p.57-59).

Novamente recorrendo a Holanda, a época mais propícia às viagens das *monções de povoamento* eram os meses de março a maio ou junho, época em que os rios se encontravam ainda cheios, facilitando a navegação (id.ibidem, p.250). Estas viagens ficaram sendo conhecidas por *monções*, em alusão ao sistema de ventos favoráveis sazonais alternados, que sopram, principalmente na Ásia meridional, do mar para o continente no verão, e do continente para o mar, no inverno, indicando épocas mais favoráveis à navegação. Para os portugueses, esses ventos determinavam a época de navegação mais propícia para alcançar e deixar as costas da Índia. Além da periodicidade, eram, também, traços comuns às monções cuiabanas e às monções do Oriente, a duração das viagens e os meses mais favoráveis para realizá-las (Holanda 2000a, p. 309).

Continuando com Holanda (2000b), um dos fatores positivos das *monções* era o uso das canoas de casca, ubás e pirogas de madeira inteiriça, embarcações construídas com tecnologia e matéria prima indígenas. Em suas palavras:

...recorrendo à matéria-prima indígena, os primeiros colonos e seus descendentes também mantiveram a técnica de construção naval dos naturais da terra. Não se pode afirmar que, durante a era colonial, o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já a encontrara, praticada entre o gentio. Não só no fabrico das embarcações, como na mareagem, os usos estabelecidos, antes do advento do homem branco, puderam assim, sobreviver longamente à subjugação dos antigos moradores (p. 28).

Mas, não foi apenas à tecnologia indígena que recorreram os colonizadores. A mão-de-obra nas minas e nos arraiais era também suprida pelos índios da região, principalmente os Pareci, conhecidos como - *gentio numeroso e dócil* (id. ibidem, p.56-57). Apesar da Carta Régia de 5 de julho de 1715 proibir o cativo de índios, a Provisão de 9 de março de 1718, classificada como *legislação hesitante e contraditória de Portugal em relação aos índios, principiava reconhecendo a liberdade e terminava recomendando a servidão* (Miranda e Bandeira 1992, p. 35). Era uma constante nas leis coloniais essa ambigüidade dentro de uma mesma lei e entre as muitas leis editadas. Assim, embora, em 1727, estivesse proibida a captura e venda de indígenas, bandeiras em busca de novas descobertas auríferas e de apresamento partiam com frequência de Cuiabá indo buscar, nos *sertões*, mão-de-obra para as minas (Leverger 1949, p.218).

Os habitantes do arraial das Minas de Cuiabá eram constantemente ameaçados pelos índios da região, que não aceitavam a invasão de seus territórios. Os colonos revidavam os ataques organizando incursões violentas às aldeias circunvizinhas, geralmente capitaneadas por sertanistas, profissionais nesse campo. A este respeito, merece destaque uma notícia de 1727, de Rodrigo César de Meneses, governador e capitão general da Capitânia de São Paulo, transcrita por Taunay (1981b):

71. Nestes dias teve Sua Excelência um feliz sucesso com conseqüências bem grandes não para a Corôa, mas com bastante utilidade para estas Minas: porque achando-se elas cercadas de várias nações de gentio, que nos deixaram alargar pelo centro do Sertão matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzí-los e mete-los de paz. Sua Excelencia para o que lhe mandou alguns Pombeiros contentando-os e persuadindo-os com mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas, de não pouca estimação para eles: mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens, e que só a força de armas seriam mortos ou conquistados.

72. Ouvida esta insolente resposta mandou Sua Excelencia por logo pronto com um cabo com bastante soldados sertanistas com ordem positiva, que os atacassem em qualquer parte, que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto com toda a família(...) (p.117).

Em 1728, tem início a decadência das minas de Cuiabá e o êxodo dos moradores da Vila do Bom Jesus de Cuiabá. Muitos voltam a São Paulo, outros vão para as minas de Goiás, descobertas em 1725, para onde havia sido aberto um caminho terrestre. Outros desistem de minerar e embrenham-se nos sertões em busca dos índios Pareci e

Bororo para reduzi-los ao cativo (Leverger 1949, p.218). As causas da decadência destas minas são atribuídas à opulência superficial do ouro (aluvião) e à forma primitiva de explorá-lo; ao crescimento das exigências do fisco; à escassez de alimentos; às descobertas das minas de Goiás; e, às constantes ameaças dos índios da região (Holanda 2000b, p.52-56). Os ataques dos Paiaguás às monções e aos arraiais mineradores, que nunca haviam cessado, se intensificam; e, em 1730, várias expedições de combate a estes índios são organizadas (Leverger 1949, p. 223).

Esgotadas as primeiras lavras de ouro de aluvião, as experiências mineradoras e povoadoras expandem-se, estrategicamente, para o oeste de Cuiabá. Por volta de 1730, descobre-se ouro em vários afluentes do Guaporé e investe-se, com grande dificuldade, na exploração das minas da região, também, densamente povoada por nações indígenas. O rio Guaporé é oficialmente reconhecido em 1737, e, em 1748, é criada a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que até então era uma extensão da Capitania de São Paulo. Em 1752, é fundada a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, com a missão de tornar-se sede da Capitania. Para estimular o seu povoamento, foram criados incentivos que incluíam o perdão das dívidas anteriores e a redução dos impostos sobre o ouro extraído (id. ibidem, p.223-243).

O rio Guaporé era revestido de importância estratégica para os portugueses, pois, suas águas correndo para o Amazonas, se constituiriam na fronteira natural ideal para o Oeste da Colônia. A descoberta das Minas de Mato Grosso, como ficaram conhecidas as lavras de ouro dos afluentes daquele rio, serviriam para alavancar o processo de ocupação da região (Goes Filho 1999b, p.153-154). A localização de Vila Bela firmaria o caráter de povoamento de fronteira, determinando uma estratégia de marcação do terreno, que, nas palavras do historiador português, Miguel Faria (1999):

Tratava-se, antes do mais, do lançamento de um centro urbano que por um lado centralizasse a administração, vigiando de próximo as minas, e que por outro se dispusesse estrategicamente num espaço que limitasse as tentações de expansão territorial dos castelhanos (p.167).

O processo de ocupação dessa região foi fundamental para a definição do território brasileiro, tornando-se, como afirma Faria,

(...) uma prioridade estratégica à luz do princípio jurídico do uti possidetis, determinante nas negociações dos Tratados dos Limites, que definiram as fronteiras brasileiras (ibidem, p.164).

O resultado de toda essa movimentação no Oeste matogrossense, provocada pela exploração mineradora e a expansão territorial, foi a escravização, o extermínio e o desalojamento de milhares de índios de suas terras ancestrais.

II.4. Expansão das Frentes de Colonização para o Norte e Médio-Norte Matogrossense

O Norte e o Médio-Norte do Mato Grosso, habitat de várias nações indígenas, permaneceriam até meados do século XVIII, quase intocados, sendo ocupados de forma pulverizada e efêmera. As investidas para estas regiões eram raras, pois, além de não se constituir em território espacialmente estratégico para ocupação, era habitada por tribos desconhecidas, sem nenhum contato com civilizados. Além disso, havia fatores de natureza geográfica que dificultavam a expansão das frentes colonizadoras para a região, como as serras do Planalto Setentrional, que formavam uma fronteira natural, atenuando as hostilidades entre colonos e índios. Assim, numerosas tribos puderam se manter afastadas da economia mineradora (Prado Junior 2000, p.96-97).

Até 1740, a região havia sido percorrida quase exclusivamente por sertanistas preadores de índios. Muitas destas investidas permaneceram no anonimato, sem que delas ficassem registros. As explorações no rio Arinos limitavam-se à busca de ouro, de índios, e de alternativas de rota fluvial para o Pará. O rio dos Peixes, se não era desconhecido, era considerado impenetrável pela quantidade de índios que ali viviam, conhecidos na época pela denominação genérica de Tapanhuna ou Apiaká. O atual rio Teles Pires, um dos formadores do Tapajós, continuava ignorado nas precárias cartas hidrográficas e rústicos roteiros dos sertanistas, que só conheciam suas nascentes no Paranatinga, mas não as associavam ao grande rio. Algumas tribos indígenas da região eram bem conhecidas dos sertanistas, porém, ainda não havia menção aos Kaiabi, pelo menos com esta denominação.

Nesse período, era muito escassa a documentação histórica relativa aos contatos de índios e brancos, principalmente na fase em que este contato era feito por sertanistas,

os grandes conhecedores das tribos indígenas. Até meados do século XVIII, havia extremo cuidado por parte dos colonizadores em manter secretos alguns itinerários e roteiros percorridos no sertão, pois, como registra Maria Beatriz Silva, evitava-se documentar os caminhos e os relatos existentes eram extremamente confidenciais, pois poderiam revelar rotas, ocupações ou invasões de território não pertencentes à Coroa portuguesa. É na segunda metade daquele século que tem início a redação sistemática de roteiros, algumas vezes anônima, outras vezes assinada por aqueles que recolhiam o relato da tradição oral dos sertanistas (id. Ibidem., p.149). No final do século começam a surgir também os relatórios científicos de astrônomos, geógrafos e naturalistas encarregados de pesquisar os limites, de desenhar os mapas e de descrever a população indígena, assim como a fauna e a flora. Eles se utilizavam dos conhecimentos de sertanistas e do auxílio de seus guias indígenas para percorrer o sertão e realizar o trabalho de investigação (id. ibidem)

Quando ainda eram tímidas as investidas para a região, são registradas duas descobertas de ouro, uma no Arinos, em 1745 – as Minas de Santa Izabel, e outra no alto Paraguai – as Minas de Diamantino. Estas descobertas atraem muitos mineradores e provocam êxodo nas minas do rio Guaporé. São construídos arraiais e se dá início à lavra, porém são constantes os ataques dos índios arredios da região. O ouro explorado em superfície se esgota rapidamente; os mineiros migram e os arraiais se esvaziam (Leverger 1949, p. 232).

A descrição feita pelo padre Agostinho Lourenço, em 1752, do Arraial Velho das Minas de Santa Izabel, transcrita por Leverger (1949), mostra o clima que se estabelecera neste povoado do Arinos e como eram as relações entre as frentes mineradoras e a população indígena:

Foi esta povoação ou arraial formada por parte de homens facinorosos foragidos, parte de pessoas individadas que ali se refugiavam dos credores, e parte também de outros que lhes parecia fundaram grandes conveniências na conquista injusta dos gentios daqueles contornos, ou falando mais claro: não eram outra coisa esta povoação, mais do que um covil de salteadores das vidas, honras e fazendas dos índios a quem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça.

Armavam-se 50 ou 100 homens, e, deixando guardas no arraial, se lançavam no sertão, e investindo com a primeira aldeia de índios que encontravam, matavam a todos os que pegavam nos arcos para a sua justa defesa, e os mais que não escaparam fugindo metiam em correntes e gargalheiras, destruíam ou queimavam as casas,

arrasavam as searas, matavam as criações e voltavam triunfantes para a sua Ilha Comprida, onde se repartiam os vencidos pelos vencedores e destes passavam em contrato de venda a Cuiabá e Mato Grosso. Viram-se, entretanto, entre eles, horrendas tragédias, porque como não havia juiz, que sentenciasse controvérsias, eram as armas de fogo o resumo para as decisões. Muitos índios acabaram aqui como rezes ao corte de machado, ou sendo alvo de flechas e a fogo outros, e de mau trato e enfermidades uma grande multidão. As mulheres pelo mesmo teor padeciam nas vidas e honestidade. Enfim estavam tão endurecidos os corações de alguns daqueles moradores que, colhendo-os a morte nestas ocupações, não recorreram à assistência do confessor que a Assistência Divina lhes deparara, naqueles desertos, em missionários castelhanos, pertinazmente se não confessaram e morreram impenitentes. Durou esta povoação alguns anos, até que aconteceu com seus moradores o mesmo que com os fabricantes da torre de Babel, porque se não houve a mesma confusão e divisão de línguas, se lhes confundiram e dividiram as vontades, de sorte que, não se podendo sofrer uns aos outros, se foram pouco a pouco separando, até que os últimos não podendo também sofrer insultos das onças de que abunda todo o contôrno, últimamente a deixaram de tudo deserta e despovoada (p.233).

II.5. A Exploração dos Rios e a Abertura das Vias de Comunicação com o Norte

Estabelecidas as bases do povoamento estratégico, tratava-se agora de explorar e dominar os rios que formariam as vias de navegação e ligariam a nova Capitania à região Norte da Colônia.

Em 1742, Manoel Felix de Lima, organiza uma expedição para explorar as missões espanholas de São Romão, São Miguel e Santa Rosa, localizadas nas proximidades do rio Baurés, afluente do Guaporé. Depois segue para o Pará, via o Madeira e o Amazonas, repetindo, assim, parte da viagem de reconhecimento geográfico empreendida por Raposo Tavares em 1647. Os viajantes são presos quando chegam ao Pará e dois deles são deportados para Portugal por terem infringido a disposição legal que proibia a abertura de novas vias, a partir das minas, para evitar o contrabando de ouro (Guerreiro 1999, p.25). Em 1746, o comerciante João de Sousa Azevedo chega ao Pará, pelos rios Arinos e Tapajós, voltando, em 1749, pelo Madeira, Guaporé e Sararé, com autorização oficial (Leverger 1949, p.235; Serra 1847, p.12). Seguem-se duas expedições oficiais para a exploração dos rios Madeira e Guaporé. A primeira, de Luis Fagundes e Antonio Nunes de Souza, ainda naquele ano, e a outra, comandada por Gonçalves da Fonseca, dois anos depois. Os resultados destas expedições levam o governo a concluir que o Guaporé era o mesmo rio navegado por

Francisco de Mello Palheta, em 1722, quando subiu o Madeira e afluentes até a região da Missão dos Moxos (Goes Filho 1999b,p.153).

As dificuldades enfrentadas para escoar a produção aurífera e abastecer arraiais e vilas a partir de São Paulo, através de viagens fluviais que duravam cerca de seis meses e nem sempre chegavam ao seu destino, impulsionam o estabelecimento de uma via de ligação fluvial regular de Mato Grosso e Cuiabá com Belém. Em 1750, logo após a assinatura do Tratado de Madri, o governo colonial decide reverter sua política de proibição de navegação dos rios Guaporé e Madeira, mantendo, porém, a proibição de trânsito no Arinos e no Tapajós (id. ibidem, p.157-158).

Abre-se assim, uma linha de comércio entre o Mato Grosso e a região Norte da Colônia, cuja importância é assinalada por Holanda (2000b), como segue:

O aproveitamento dos rios que procuram o Oceano, no extremo norte, prende-se, assim, ao velho caminho das Monções, que avança do sul, do planalto paulista. A função histórica dessa autêntica estrada fluvial de perto de dez mil quilômetros, que abraça quase todo o território da América portuguesa, supera a de qualquer das outras linhas de circulação natural do Brasil, sem excluir a do São Francisco, chamado, por alguns historiadores, o rio da unidade nacional (p. 65).

II.5.1. A identificação do rio Teles Pires

O curso do rio Arinos já havia sido inúmeras vezes navegado, quando surgem as primeiras notícias documentadas sobre a existência do rio Teles Pires. O já mencionado João de Sousa de Azevedo, que comerciava no arraial das Minas de Santa Izabel, descobre ouro na embocadura do Tapajós, no curso de um rio que chama de Três Barras, hoje Teles Pires ou São Manoel. Serra (1844) descreve o seu roteiro:

O celebre sertanista o sargento mór João de Sousa de Azevedo, em 1746, fez este transito, descendo o rio Cuyabá até entrar no Paraguay: e navegando este, aguas acima, entrou d'elle no Seputuba até as suas fontes, das quaes varou as canôas por terra para o rio do Sumidouro, que navegou seguindo a sua correnteza, apesar de occultar-se este rio por não pequeno espaço por baixo da terra, circunstancia de que tirou o nome, e que vencido entrou elle nos Arinos e d'este no Tapajós, rio em que achou venciveis cachoeiras inda que maiores que as do rio Madeira; achando igualmente grandes provas de ouro no Rio das 3 Barras, braço oriental do Tapajóz, 100 leguas abaixo das fontes dos Arinos (p.159-160).

Na *Breve Notícia* (1723), relato anônimo de Antônio Pires de Campos sobre as tribos indígenas matogrossenses, transcrito por Taunay (1981a), as nascentes do Paranatinga são identificadas como *vertentes do Maranhão*. Aí o preador de índios diz habitarem várias *nações de gentios*, conforme trecho transcrito a seguir:

Continuando a subir o rio do Cuiabá faz barra nele o rio Manso, habitava dele outro lote de gentio chamado Popuz, e subindo mais acima habita a nação chamada Araripoçonez; estes são dois lotes e demandam de muita gente, eles muito valentes e muito guerreiros, senhores de suas armas e muito temidos de todos, e subindo mais acima habitam os Acopocones, também são dois lotes muito grandes, e também muito guerreiros, em grande forma gentio muito vistoso.

Subindo mais acima habita outro lote que lhe chamam Tambeguiz, subindo mais acima habita outro lote chamado Itapores, este é um grande lote também de boa gente, e subindo mais acima às cabeceiras do dito rio, na chapada habita outro lote o qual anda por 600 fogos; este chama-se Itapore-mirim.

Todos estes nomeados são do mesmo viver e traje assim em armas como em tudo o mais, são de corso, e chegam com suas bandeiras a fazer mal ao gentio chamado Bacairis, que estão sobre as vertentes do Maranhão, e daí seguem várias nações de gentio, que tenho por notícia, são as aldeias infinitas e todo o gentio mui guerreiro e senhores de suas armas (p.192-193).

Outro manuscrito, baseado, também, na tradição oral de Pires de Campos, desta feita, a respeito do roteiro para as Minas dos Martírios, redigido por Antonio do Prado Siqueira, em 1769, e publicado em Taunay (1981a) assim localiza e descreve o rio Paranatinga:

Da Cachoeira da Chapada, sítio que é hoje de Martinho de Oliveira, dizia o dito Antonio Pires, que partiram, seguindo o rumo desde o norte e noroeste, levando o nascente do sol pelo lado direito, e o poente no esquerdo, fazendo marchas tão somente de metade do dia, para no mais tempo que sobrasse, buscar a vida, matando caças, e tirando mel silvestre, que era o sustento comum de todos os sertanistas; e marchando assim ao cabo de oito dias, deram com um rio, que fazia sua corrente para o norte, o qual era de cor do leite suas águas, com muitos botos do mar salgado, a que chamaram – Paranatinga, que vestido em nosso idioma vem a dizer, mar branco (p.209-210).

Em 1771, o governador da Capitania do Mato Grosso se vale do testemunho de diversos antigos sertanistas, entre eles Antonio Soares de Godoy e Francisco Leme de Moraes, ex-companheiros de Antônio Pires de Campos, para investigar a posição do Paranatinga. Os sertanistas eram bons conhecedores da região, habitada por muitas tribos arredias e valentes, e suas informações confirmam ser o Paranatinga paralelo ao Arinos e tributário do Tapajós. Leverger (1862) transcreve o relato de Antonio Soares:

(...) neste rio da Paranatinga, a parte da nascente, se mette outro rio pequeno, que não vae apontado no mappa, por ignorar se a longitude da sua fóz, como tambem a do ribeirão que corre por entre os Baccayres; aquelle tambem, todos differem sobre seu verdadeiro nome. Os sertanistas, uns o appellidam rio da Jangada, outros Paraupeba e outros, rio dos Boys: que ignora a fóz do Paranatinga por não haver concluido seu curso; porem pela sua positura e pela do Arinos, que ambos o farao no Juruena (p.348).

Para Leme, o tal gentio Baccayres domina uma e outra margem do Paranatinga, porque em ambas havia rastejado o dito gentio e, para um outro sertanista, o Paranatinga e o Arinos logo de seu nascimento correm paralelos (id. ibidem, p. 348).

Em conseqüência da necessidade de definir fronteiras, em 1780, é instituída a Comissão de Demarcação de Limites, dando início a uma série de expedições de reconhecimento geográfico em Mato Grosso. Um de seus membros, Ricardo Franco de Almeida Serra, é encarregado de pesquisar a navegação de Cuiabá para o Pará, pela rota dos rios Arinos e Tapajós e recomenda a adoção da rota (Serra 1844:162).

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), os portos da Colônia são abertos ao estrangeiro. Recomenda-se o incentivo ao uso das duas rotas de ligação com o Pará – a do Madeira e do Tapajós (Holanda 2000b, p.122). A navegação pela rota do Tapajós era perigosa e dispendiosa devido a multidão de índios que atacavam os navegadores e ao tamanho das cachoeiras que provocavam naufrágios e perdas de mercadorias (id. ibidem). A expedição de reconhecimento oficial desta rota, comandada por Manoel Gomes, em 1805, fora atacada pelos Apiaká, na foz do rio dos Peixes (Castro e França 1868, p.114).

Em 1812, Miguel de Castro e Antônio França, refazem a viagem pelo Arinos e Tapajós, explorando também o Xingu e o Tocantins, antes de chegar a Belém. Os capitães redigem um relato pormenorizado do trajeto, nomeando cachoeiras e rios, no qual mencionam os Munduruku e os Apiaká. A expedição reconhece o rio dos Peixes, que recebe o nome de São Francisco de Assis, e a embocadura do rio Teles Pires, no Tapajós, que havia sido denominada de Três Barras por João de Sousa (id. ibidem).

Outras navegações se sucedem por aquela rota, sem que se avance no sentido do rio das Três Barras. Em 1815, uma Carta Régia anuncia medidas para incentivar a navegação por esses rios, como a isenção de impostos por 10 anos de todos os produtos chegados do Pará por essa via. Nesse mesmo ano, regularizam-se as viagens por estes rios, que eram realizadas com a ajuda de guias e remeiros da nação Apiacá. Um

documento anônimo, de 1856, relata a realização de dezessete viagens por esta rota, entre os anos de 1817 e 1822, na qual o maior obstáculo a ser enfrentado era a hostilidade dos índios habitantes da região, despovoada de colonos (Anônimo 1856, p.99-118). Embora fossem instalados destacamentos militares para proteger os que faziam a navegação, seus altos custos inviabilizavam a comercialização das mercadorias transportadas.

Em 1819, quando ainda se ignora oficialmente se as águas do Paranatinga fluem para o Tapajós ou para o Xingu, é realizada uma viagem de reconhecimento daquele rio, integrada por Antônio Peixoto de Azevedo, Domingos da Costa Monteiro, Joaquim Ferreira Nandu, cerca de 50 soldados e alguns guias Munduruku. A expedição navega o rio Paranatinga, de suas nascentes até a confluência com o Tapajós, chegando, 67 dias depois, ao trecho denominado das Três Barras, que passa a ser conhecido pelo nome de São Manoel. Fica demonstrado que, apesar de ser mais curta que a do Arinos, a navegação tinha inúmeros inconvenientes, como falta de portos adequados, inúmeras corredeiras e índios hostis. O roteiro desta expedição ficou desaparecido por muito tempo, sendo publicado, apenas, em 1885. O explorador francês Francis de Castelnau obtém informações da viagem através de um de seus integrantes, que encontra em sua passagem por Cuiabá e as publica em seus roteiros de viagem à região do Brasil Central (Leverger 1862, p. 352).

O relato da viagem de Peixoto de Azevedo registra que, desde a confluência do rio Verde até a embocadura do rio São Veríssimo, hoje Peixoto de Azevedo, os Munduruku, que integravam a expedição, identificaram vestígios de índios que chamavam de Paribi-tatá. Refere-se, também, a pedaços de troncos de árvores encontrados à margem do rio, que serviam de apoio aos índios que não usavam canoas. Esta última passagem pode referir-se aos Kren-akrore, que habitavam o rio São Veríssimo e não usavam canoas (Azevedo 1885, p. 25-36).

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a difícil e dispendiosa navegação do Arinos e do Tapajós ganha importância, passando a ser conhecida por *Navegação Paranista* ou *Carreira do Pará*.

II.6. Um Balanço da Ocupação até o Início do Século XIX

No início do século XIX, estando já garantidas as fronteiras, quase esgotados os depósitos de ouro de superfície e ainda inexplorados aqueles existentes em áreas de difícil acesso - ou por razões geográficas ou por se localizarem em territórios de tribos arredias ao contato - cessam as correntes migratórias que haviam sido atraídas para o Mato Grosso durante a corrida do ouro.

Por volta de 1800, os dois maiores centros populacionais da Capitania eram Cuiabá, com 15 mil habitantes, e Mato Grosso (Vila Bela), que apesar de ser a sede, possuía apenas 6 mil habitantes. Havia também os arraiais mineradores e as guarnições que protegiam as fronteiras, instaladas nos fortes de Príncipe da Beira, Coimbra, Miranda e Albuquerque, cuja população era de cerca de 2000 pessoas. Ao longo do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás havia pequenas povoações, situadas em algumas fazendas esparsas, com pouca roça e criação de gado para abastecer os viajantes dessa rota (Leverger 1949, p.292).

A mudança da Corte Portuguesa para o Brasil inaugura uma nova fase de desenvolvimento da Colônia. A isenção de impostos para importação de ferro, a permissão do estabelecimento de fábricas e manufaturas, a criação de sociedades mineradoras - como a Companhia de Mineração de Cuiabá, a primeira a ser criada por Eschewege, em 1817, inaugurando a formação de sociedades por ação para exploração das jazidas auríferas da Capitania - abriram campo para a introdução de companhias extratoras de capitais estrangeiros, principalmente ingleses (Holanda 1995a, p. 7-10).

Segundo Prado Junior, *a indústria mineradora no Brasil nunca foi muito além de uma aventura passageira, que se instalava num ponto para logo abandoná-lo* (2000, p. 51). Por isso, apesar das riquezas que produziu, deixou poucos vestígios, além da visível destruição da natureza. O relevo acidentado das regiões mineradoras não era favorável à agricultura nem à pecuária, de forma que o abastecimento das populações mineradoras era feito em áreas distantes (id. ibidem).

Na Capitania de Mato Grosso, o abastecimento era essencialmente feito por via fluvial. O caminho terrestre, que ligava Cuiabá à Goiás e, mais tarde, estendeu-se as Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, era pouco freqüentado em virtude dos ataques dos Caiapó e das dificuldades de pouso e alimentação aos viajantes.

Como Prado Junior muito bem coloca, o tipo de povoamento que a mineração constituía, era feito em arrancos bruscos e sua continuidade dependia da capacidade de

produção das minas. Entre o ponto de partida e o de exploração dos mineradores, havia um espaço intermediário que permaneceria deserto, onde só as vias de comunicação atravessavam, formando, assim, núcleos de população pulverizados, distantes uns dos outros e disseminados por uma área relativamente grande (id. ibidem, p.47-48).

Deu-se dessa forma em Mato Grosso, onde cada descoberta aurífera provocava deslocamentos populacionais e êxodo das minas esgotadas rapidamente pela exploração de superfície. A atividade agrícola, que poderia proporcionar um povoamento mais estável, nem sempre produzia o suficiente para abastecer o povoado minerador e se esgotava quando seus habitantes migravam para outras minas.

No espaço existente entre os núcleos de mineração refugiava-se a população indígena expulsa de seus territórios, que se constituíam em verdadeiros *reservatórios de mão-de-obra*, onde os bugreiros iam buscar cativos para trabalhar nas minas. As primeiras Cartas Régias editadas por D. João VI ao chegar ao Brasil foram de guerra aos índios. A de 1811 diz ser preciso empregar a força armada contra os índios e *intimidá-los e até destruí-los, se necessário fôr, para evitar os danos que causam* (Miranda e Bandeira 1992, p. 42). A chegada de D. João VI ao Brasil caracterizou-se por uma retomada de medidas de opressão em relação aos índios.

Era esse o cenário do início do século XIX, quando são divulgados os relatos, deixados por sertanistas antigos, contendo roteiros para as Minas dos Martírios, que reascendem as esperanças e o espírito de aventura dos faiscadores de ouro.

Dois relatos deixados por Pires de Campos reconstituem o roteiro destas misteriosas minas: neles é descrita a já mencionada viagem que fez com seu pai Manoel de Campos Bicudo, quando ainda era menino, ao território dos índios Araés (Serranos), por volta dos anos 1670. Ali tinham descoberto ouro, próximo a uma serra em cujas encostas estavam gravados símbolos semelhantes aos instrumentos do martírio de Cristo e encontraram a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhanguera, também acompanhado de seu filho de dez anos . Bueno deixou, também, dois relatos: um anônimo e outro redigido por João Leme do Prado. A bandeira de Manoel de Campos chegara aos Martírios pelo Mato Grosso, a de Bartolomeu Bueno por Goiás. Os roteiros de ambos referem-se a um rio chamado pelos índios de Paraupeba ou Paraupava, e, o de Pires de Campos, menciona, também, um rio de nome Paranatinga. O Paraupeba ficava em Goiás e Paranatinga havia, um em Mato Grosso, outro em

Goiás, de forma que aqueles que se aventuravam em busca do ouro ou dos mistérios dessas minas vasculhavam as duas regiões (Taunay 1981a, p. 199-212).

Das expedições documentadas que se organizam para encontrar as referidas minas, muitas penetram a região dos Kaiabi. Seus relatos falam de índios arredios ao contato, mas não os identificam. Uma das expedições que se tornou conhecida foi a do padre sertanista Francisco Lopes de Sá, realizada em 1820. Os expedicionários partem de Cuiabá, em direção ao porto do rio Preto, descem o Arinos e entram num de seus afluentes da margem direita – o rio dos Peixes, que, segundo o roteiro, os levaria ao Paranatinga. Ai encontram cerca de 500 índios, identificados como Tapanhunus, que lhes impedem a passagem. O diálogo estabelecido entre o intérprete do Padre Lopes e os Tapayunas, citado por Grünberg (s/d), a partir de D’Alincourt (1880), teria sido o seguinte:

Nossos pais vierão para aqui deixando muitas terras, porque os brancos as querião e estão de posse dellas; e tratão de destruir tudo para abrirem nova guerra comnosco, e nos levarem escravos, e virem assentar-se neste terreno; mas nós ensinamos a nossos filhos, que não temos para onde ir, e que quando, matando os brancos, estes nos acabarem, nossos filhos, e nossas mulheres morerão todos (Grünberg s/d, p.22).

Na suposição de que a reprodução do diálogo travado entre os intérpretes do Padre Lopes e os “Tapayunas” que os ameaçavam, seja verdadeira, e que estes índios fossem os Kaiabi, é provável que a morada do rio dos Peixes já representasse mais uma etapa migratória, em busca de refúgio para resistir aos brancos predadores de índios, que há cerca de 150 anos invadiam suas terras no intento de escravizá-los.

II.7. Contribuição das Viagens e Expedições Científicas à Identificação dos Kaiabi

Além das viagens de exploração geográfica e de alguns relatos não científicos, são inexpressivas as contribuições no campo cultural nos primeiros séculos de colonização, como bem descreve Holanda (1993a). Os primeiros legados culturais, citando apenas alguns, e nas palavras deste autor, foram:

(...) os de La Condamine ao longo do rio Amazonas, os relatos de Hans Staden, as obras dos missionários franceses Thevet e Lery, de Anchieta, de Magalhães Gandavo, de Gabriel Soares de Sousa, de Ambrósio Brandão, de Fernão Cardim, de Claude d'Aubeville e Ives d'Evreux, do Frei Cristovão de Lisboa (p.161-174).

No século XVII, durante as invasões holandesas (1637-1644), há um curto período em que se desenvolvem estudos de natureza científica incentivados por Maurício de Nassau, circunscritos à região de domínio holandês. Da missão científica que chegou ao Brasil em 1637, Holanda destaca os estudos de João de Laet, Willem Pies, Geoger Marcgrav e de Piso sobre a nosologia brasileira, sobretudo a *História Naturalis Brasiliae* (1648) deste último, considerada o marco inicial do estudo científico das plantas, dos animais, da geografia e dos índios da região ocupada pelos holandeses, além de outras obras sobre observações astronômicas, cujo destino é ignorado (id. ibidem, p. 161-174).

Em fins do século XVIII, com a reforma da Universidade de Coimbra (1772), realizada no governo de Pombal, e a ida de numerosos brasileiros para cursá-la, a atmosfera cultural começa a mudar, embora vigore ainda a proibição imposta ao Brasil de possuir imprensa própria (id. ibidem).

Nesse período se dá incentivo à formação científica e realização de numerosos trabalhos, entre os quais os do baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da *Viagem Filosófica*, encarregado da Coroa de investigar as riquezas naturais da Colônia. Após longa viagem pela Amazônia, onde explora a bacia do rio Negro e do Madeira, Rodrigues chega ao Mato Grosso em 1789, sendo alvo de destaque nos relatos de Barbosa de Sá e Augusto Leverger. Participa de expedições destinadas a subsidiar os trabalhos de demarcação de fronteiras, explorando os rios Guaporé, Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Descreve minuciosamente a flora, a fauna e as populações indígenas das regiões por onde passou (id. ibidem, p.161-174). Mas, não identifica os Kaiabi, ao menos sob esta denominação.

Entre as grandes viagens e expedições científicas ao Brasil, realizadas depois da transferência da Corte Portuguesa para a Colônia e da Abertura dos Portos brasileiros, e que visitaram o Mato Grosso, apenas uma teve contato direto com os Kaiabi. Trata-se da segunda expedição do etnólogo Max Schmidt, realizada em 1927, já no período republicano, e sobre a qual voltaremos mais adiante. As demais, obtêm informações

indiretas, ou por meio de outras tribos contatadas, ou por outros meios. Dos inúmeros viajantes e cientistas que exploraram a região matogrossense, destacam-se: Naterrer (1827), Langsdorff (1827), Castelleau (1844), Chandless (1861), Barbosa Rodrigues (1875), Gonçalves Tocantins (1875), von den Steinen (1844 e 1887), Coudreau (1896), Lourenço Telles Pires (1889) e Max Schmidt (1901 e 1927).

Com o propósito de compreender como as pesquisas científicas contribuíram para o entendimento da região, para o conhecimento de seus habitantes e à identificação dos Kaiabi, procedeu-se a uma revisão das expedições científicas que percorreram a região.

Johan von Natterer visitou as cidades de Cuiabá e de Mato Grosso, em 1824. Ele integrava o grupo de naturalistas que o governo de Viena enviou ao Brasil na comitiva da arquiduquesa Leopoldina, quando do seu casamento com Dom Pedro I. Dos dezoito anos que permaneceu no Brasil (1817-35), sete foram dedicados ao Mato Grosso, e dois à Cuiabá. Além de coletar material zoobotânico, Naterrer compilou, também, sessenta vocabulários indígenas. O material coletado e seus manuscritos foram enviados ao Museu de Ciências Naturais de Viena, mas perdidos com o incêndio que destruiu o museu em 1848 (Holanda 1993b, p.455-456).

Poucos anos depois, em 1827, chega a Cuiabá a expedição científica financiada pelo imperador da Rússia, chefiada pelo seu consul no Rio de Janeiro, o austríaco Barão de Langsdorff. Além deste, compunham a expedição: o astrônomo Rubzoff, o botânico Riedel e os desenhistas Hercules Florence e Amado Taunay. Após demorada estadia naquela cidade, o grupo se separa, marcando encontro em Manaus. Taunay e Riedel seguem o rumo do Madeira via Guaporé, onde o primeiro morre afogado. Langsdorff, Florence e Rubzoff partem de Diamantino, no sentido do Tapajós. Rubzoff morre no Arinos, Langsdorff atacado por malária, enlouquece na altura do Juruena. A expedição, que deveria chegar ao Amazonas, fracassa e termina tragicamente. A narrativa feita por Florence (1848) e os diários de Langsdorff, recentemente publicados no Brasil, mencionam a passagem da expedição pelo rio Arinos, pela barra do rio dos Peixes e a acolhida que tiveram nas aldeias Apiaká (id. ibidem, p. 429).

A expedição científica chefiada pelo conde Francis Castelleau realizada entre 1843 e 1847, por ordem do governo francês, visava o estudo da bacia Amazônica e da viabilidade de navegação e de comunicação de seus rios com os da bacia do Paraguai. A

expedição chega à Cuiabá em 1844, depois de passar por Goiás, onde navega os rios Araguaia e Tocantins e estabelece contato com várias tribos da região. De Cuiabá parte para Assunção pelo rio Paraguai e volta ao Mato Grosso, passando por Vila Bela no Guaporé. A viagem continua na Bolívia e termina no Peru, onde ataques de índios causam a morte de um dos componentes (id. *ibidem*, p. 460).

Durante a permanência em Diamantino, Castelneau (1850) obtém informações indiretas acerca das tribos da região, que identificam os Kaiabi. Estas passam a ser as primeiras referências publicadas sobre estes índios, as quais transcreve-se a seguir:

Les Bacchayris, qui habitent les sources de l'Arinos, sont des moeurs très douces; ils font des jolis paniers et d'autres petits ouvrages qu'ils vendent à Diamantino; ils sont en guerre avec les Cahahis. Les Tapanhunus, tribu hostile, sont établis sur une rivière de même nom qu'eux, qui est un bras de l'Arinos; ils parlent la même langue que les précédents; ils se teignent entièrement en noir (p.306-307).

Willian Chandless, geógrafo inglês, que realizou estudos de reconhecimento geográfico de alguns afluentes meridionais do rio Amazonas, explorou os rios Arinos, Juruena e Tapajós, em 1861, e o Juruá e o Purus em 1865. No relato que faz à Real Sociedade Geográfica de Londres a respeito destes rios e das populações que habitam as terras banhadas por eles, menciona os Bakairi das cabeceiras do Arinos; os Tapayunas e Nambiquara, que habitavam a margem direita deste rio, e com frequência atacavam as embarcações que por ele passavam; os Apiaká; e ainda, um outro grupo, possivelmente os Kaiabi, que não se relaciona com brancos e vive no rio São Manoel (Holanda 1993b, p.431; Grünberg s/d, p. 25).

Por ordem do Governo Imperial, o botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues, realizou uma série de explorações na Amazônia, incluindo o rio Tapajós, a partir de 1871. Autor de um grande número de estudos sobre a flora, a arqueologia, a etnologia e a linguística nativas, foi o primeiro a proceder estudos antropométricos em índios brasileiros. Seus estudos informam sobre os Paribitatás, grupo que possui língua e pinturas corporais semelhantes às dos Apiaká, e que teriam migrado para o Alto Teles Pires. Tais observações sugerem à Grünberg que o povo descrito poderia ser, na verdade, os Kaiabi (id. *ibidem*).

Em 1875, viajando pelo alto Tapajós, o engenheiro Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, visitou as aldeias dos Munduruku no rio Cururu, fazendo um dos primeiros

estudos da cultura desta tribo. Em seus escritos, encontra-se, também menção aos Paribitá e Paribitê. Os primeiros viviam em campos na direção de Cuiabá e os últimos nas cabeceiras do São Manuel ou Teles Pires (Grünberg s/d, p. 26).

O etnólogo alemão Karl von den Steinen empreendeu duas importantes expedições etnográficas na região do Alto Xingu, em 1884 e em 1887; esta última em companhia de seu colega, Paul Ehrenreich. Nas duas expedições penetrou o Vale do rio Xingu, partindo de Cuiabá. A primeira revelou informações sobre os Manitsauá, Suiá e Bakairi orientais, entre outros, além de oferecer o levantamento cartográfico do Batovi e de parte do rio Xingu. A segunda descreveu as tribos do Coliseu: os Bakairi, Nafuká, Aweti, Trumai, Iualapiti e Kamaiurá, além dos Bororo do rio São Lourenço ou Porrudos (Steinen, 1940 e 1942). Como para inúmeros outros cientistas, foram-lhe muito úteis as descrições das tribos matogrossenses - essencialmente o minucioso relato dos Pareci - feitas por Antônio Pires de Campos, o caçador de índios.

Steinen descreve os Kaiabi como habitantes dos rios Verde e Paranatinga e auto-denominados por *Paruá*, prováveis parentes dos Kamaiurá e dos Apiaká, de filiação lingüística tupi, inimigos mortais dos Bakairi, com quem disputavam o monopólio dos machados de pedra, importante mercadoria nas trocas comerciais entre as tribos da região. Descreve também os alimentos que cultivavam, suas armas e ornamentos. Em nenhuma das duas expedições, Steinen manteve contato direto com os Kaiabi. As informações reproduzidas em seus relatos, foram obtidas junto aos Bakairi e nos arquivos da Diretoria dos Índios do Mato Grosso, sendo de maior importância os relatórios de Joaquim Alves Ferreira, responsável por esta Diretoria em 1846 (Steinen 1940, p. 500-501).

Em 1889, por ordem de D. Pedro II, os oficiais Lourenço Telles Pires e Oliveira Miranda realizam uma expedição para mensurar o rio Paranatinga. Um naufrágio acontece na Cachoeira das Sete Quedas, no Baixo São Manoel. Miranda e alguns outros tripulantes sobreviveram. O relato da viagem, escrito por Miranda, descreve admiráveis roças e ranchos de pouso de uma tribo habitante do São Manoel, que Felipe, um guia Bakairi, afirmara pertencer aos Kaiabi (Grünberg, s/d, p. 26-28)

Em 1896, o viajante e professor da Sorbonne, Henri Coudreau, no Brasil desde 1876, foi encarregado pelo governo do Pará de pesquisar o rio Tapajós até o Salto Augusto, e indicar o ponto mais adequado para se estabelecer o limite natural com o

Mato Grosso. A narrativa de sua expedição resultou na pormenorizada descrição geográfica da região, publicada em *Viagem ao Tapajós*. Coudreau (1977) relata suas observações e as que obteve de seringalistas que encontrou durante a viagem. Transcreve-se, a seguir, alguns trechos deste livro, que referem às tribos do Arinos e do Juruena, que embora contenham alguns equívocos, merecem destaque:

As tribos “bravas” e “mansas” são bastante numerosas nesta região ainda pouco povoada e mal conhecida; cito, além dos tapanhunas e nhambiquaras, os parintintins, os raipexixis ou aipoceris, os bacairis mansos e os bacairis bravos, os cajabis, os parauaretês, que ocupam a região entre o Arinos e os formadores do São Manoel.

Os tapanhunas vivem nos campos do rio dos Tapanhunas. Estes campos prolongam-se para leste na direção do Paranatinga, e para norte em direção ao São Manoel, mas não se acredita que se estendam sem interrupção até as margens desses dois rios; densas manchas de florestas virgens ocupariam, de acordo com os mundurucus, toda a região entre os campos dos tapanhunas e os do Paranatinga, e a Cachoeira das Sete Quedas.

Os tapanhunas, ao que parece, falam a língua geral, pois os apiacás afirmam que teriam compreendido perfeitamente sua linguagem nos encontros – aliás muito raros – que tiveram depois da migração dos apiacás para o norte. A tática de guerra dos tapanhunas não revela por parte desses índios um alto valor militar ou moral: consiste simplesmente no assassinato por traição. (...) Os cajabis bravos viveriam entre o Alto Tapajós e o São Manoel, e no Xingu, a norte dos bacairis bravos; portanto, entre tapanhunas e parintintins (p. 85-87).

Por volta de 1850 dois fatores tiveram importância fundamental para a expansão econômica da região matogrossense e de toda a Amazônia: a navegação a vapor que facilitou o acesso à região pelas rotas já quase abandonadas desde os tempos das *monções* e a procura pela borracha que atraiu expressivos contingentes de migrantes, principalmente nordestinos, para áreas antes inexploradas. É sobre a expansão da economia da borracha em terras matogrossenses, seu avanço para as áreas ocupadas pelos Kaiabi e o contato destes índios com seringueiros e seringalistas, que se referem as próximas páginas.

CAPÍTULO III

OS PRIMEIROS CONTATOS DOS KAIABI COM A SOCIEDADE NACIONAL

Se os Kaiabi puderam manter-se afastados da economia mineradora, o mesmo não aconteceu quando a exploração da borracha invadiu seus territórios ricos em seringueiras. A penetração das frentes extrativistas de borracha em seu território foi lenta, a princípio quase imperceptível. Mas, à medida em que avançavam, os Kaiabi resistiam, matando os seringueiros que invadiam suas terras. Até que não puderam mais resistir, tal era a força e os artifícios que usavam os seringalistas e seringueiros para capturá-los. Muitos cederam e integraram-se aos seringais, outros resistiram e foram mortos.

Em meados do século XIX, já se tem notícias da expansão da exploração da borracha, instalada no Pará, para o norte e médio-norte mato-grossense a partir dos seringais do Tapajós. Os seringalistas avançam para o baixo Teles Pires, o Arinos e o Juruena, e alcançam a Serra dos Pareci. No final do século já extraíam borracha nas nascentes do Arinos e do Paranatinga e a sobrevivência nas florestas que margeiam todo o curso do rio Teles Pires já estava ameaçada.

Supõe-se - porque não há muita documentação a este respeito - que, desde o início, as incursões dos seringalistas tenham submetido o povo Kaiabi e outras populações indígenas da região a um constante estado de alerta e de desgaste, acarretando mudanças na localização das aldeias desde o final do século XIX. No período que vai do início do século XX até 1950, quase todo o território dos Kaiabi será área de circulação de seringueiros e, as migrações, a princípio de curto alcance, serão inevitáveis. Nos primeiros anos da década de 50, pouco antes da ocorrência da primeira corrente migratória dos Kaiabi para o Xingu, a extração de borracha era feita em matas muito próximas das aldeias Kaiabi do médio Teles Pires.

III.1. A Exploração da Borracha na Amazônia: processo de produção e de comercialização

Por volta dos anos 40, alguns Kaiabi do baixo e do alto Teles Pires já estavam integrados à economia seringalista - seja como empregados dos seringais privados, onde ocupavam vários tipos de postos de trabalho, como mateiros, seringueiros e até encarregados, ou como extratores nos postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - como veremos mais adiante nos depoimentos dos próprios Kaiabi e nos relatórios dos postos desta instituição. Antes porém, para melhor avaliar o impacto devastador que a economia da borracha representou para a região Amazônica, vale a pena recapitular como se dava o processo de produção e de comercialização da borracha, e como se deu a integração dos Kaiabi e o papel desempenhado por estes índios nesse ciclo da economia.

A borracha, já velha conhecida dos índios da região Amazônica, não foi aproveitada pelos portugueses por muito tempo, mesmo depois de ter despertado o interesse de La Condamine (1735) e de ter tido suas propriedades pesquisadas por Fresnau, em 1751. É derivada de uma árvore nativa dos trópicos americanos, a *seringueira*, cujo nome científico é *hevea brasiliensis*, ou *cau-chu* para os Cambebas ou Anáguas do Solimões, do qual deriva o termo francês caoutchout. É chamada pelos ingleses de India-rubber (Calógeras 1916, p. 50-51; Hemming 1995, p. 261)

A exploração da borracha, na Amazônia, com fins comerciais, teve início no segundo decênio do século XIX, assumindo importância considerável a partir de 1880 e estendendo-se até a segunda década do século XX. A exploração das lavouras de cacau, algodão, café, arroz e canela, que florescem ao lado da coleta das “drogas do sertão”, organizada pelos jesuítas, com base na mão-de-obra indígena, entra em colapso a partir de meados daquele século, quando todos os investimentos e mão-de-obra são mobilizados para o trabalho da extração e comercialização do látex (Prado e Capelatto 1997, p. 288).

A princípio a área amazonense de maior produção de borracha está localizada nas ilhas, inclusive a de Marajó, e nos afluentes do baixo rio Amazonas, principalmente, o Tapajós e o Madeira. A partir de 1887, estende-se para os afluentes do médio e depois do alto Amazonas, chegando assim ao Acre.

A exploração era feita por processos rudimentares. Nos primeiros tempos a árvore era ferida de alto a baixo e após a extração do látex morria rapidamente. Nestes tempos, os seringueiros penetravam as florestas densas que margeavam os rios, percorrendo distâncias enormes, em busca de áreas de grande concentração de seringueiras, extraíam o látex e as árvores eram destruídas. Assim, como atividade predatória e passageira não havia interesse em se constituir propriedade fundiária. É neste primeiro momento, quando a exploração era ainda uma atividade predatória e desvinculada da propriedade da terra, que os seringueiros, explorando o Tapajós, começaram a expandir suas atividades até os seus formadores no Mato Grosso (id. *ibidem*, p. 289)

Com o aumento da procura da borracha no mercado mundial, o sistema de exploração se modifica e passa a implicar na propriedade da terra. Como as árvores distam cerca de 10 metros entre si, as áreas de extração devem ser, necessariamente, grandes. Desta forma, as áreas de maior densidade de *heveas* e de maior produtividade passam a ser muito disputadas.

O seringal é dividido em *margem* e *centro*.. Na *margem* fica o barracão central que abriga o seringalista ou o gerente, e os *aviamentos*, que são vendidos ao seringueiro com alta margem de lucro. O *centro* é o próprio seringal, onde residem e trabalham os seringueiros. As técnicas de produção se assemelham às tradicionalmente utilizadas pelos índios. Na área do seringal são abertas *estradas*, de 4 a 6 km de comprimento, com 100 a 200 árvores. A extração do látex é feita no período da seca, de maio à novembro, quando o seringueiro percorre a estrada, corta levemente o tronco das árvores e coloca a tigela que recebe o látex. O látex coletado é coagulado pelo processo de defumação. As bolas de látex coagulado são transportadas, por via fluvial, até as *casas aviadoras*. Estas abastecem o seringal e vendem o látex. Além do seringueiro, personagem central na distribuição das atividades do seringal, há os *homens de campo* que o conservam, plantam, extraem madeira, constróem e consertam as instalações; os *comboieiros*, que conduzem o látex; o *mateiro*, conhecedor da floresta, que identifica as áreas, as espécies de árvores e a qualidade do látex que produzem; e o *toqueiro* que abre as estradas (Prado e Capelato 1997, p. 294; Prado Junior 1965b, p. 244).

A borracha integra os registros de exportação da região paraense, desde 1827. A partir de 1850, passa a ser o principal produto de exportação de todo o vale amazônico. O

período de 1890 a 1912 é considerado o de maior produção e de maior preço no mercado mundial. Em 1892 o Brasil produzia 61% do que era comercializado no mundo e, em 1910 detinha ainda 50% desse mercado. A Inglaterra era a principal compradora, visto que financiava grande parte da produção e contratava a distribuição no mundo (Furtado 1961, p. 152).

Em 1900, entra no mercado mundial a borracha produzida nas colônias inglesas e holandesas da Ásia, extraída de seringais cultivados com mudas da *hevea brasiliensis*, originárias de sementes do Vale do Tapajós, que os ingleses cultivaram durante anos no Jardim Botânico de Kew, em Londres. O capital estrangeiro que financiava a produção e comercialização da borracha amazônica migra para o Oriente, onde o custo da produção é muito inferior. A produção brasileira cai continuamente, assim como os preços no mercado internacional, inflacionados pela elevada oferta do produto. O maior volume de exportação da borracha brasileira se deu em 1912. Em 1925 a borracha asiática já dominava o mercado, representando 93% da produção mundial (Prado Junior 1965b, p. 245-246; Prado e Capelatto 1997, p. 305).

Os dois primeiros ciclos da borracha duraram cerca de 70 anos. E, como diz Hemming (1995), as tribos indígenas amazonenses foram afetadas na proporção de seu envolvimento com a extração do látex, sendo os mais sérios danos causados pela penetração de seringueiros em seus territórios inexplorados e a conseqüente importação de doenças. Os Munduruku extraíram e venderam o látex dos seringais do rio Cururu durante anos, sendo esta a estratégia que encontraram para sobreviver nesse cenário, cujo preço foi a destribalização (id. ibidem, p. 300-301).

O Terceiro Ciclo foi conseqüência da Segunda Guerra Mundial, quando as forças japonesas dominaram o Pacífico Sul, invadiram a Malásia e assumiram o controle de seus seringais. Para suprir de borracha as Forças Aliadas, os seringais amazonenses são reativados. Mas, com o fim da guerra e a reorganização da produção asiática encerra-se o terceiro e rápido surto de produção de borracha na Amazônia. A borracha natural foi sendo substituída pela sintética, passando, também, a produção asiática a ocupar um plano secundário na economia mundial (Furtado 1961, p. 152).

III.2. A Exploração da Borracha em Mato Grosso: os primeiros contatos dos Kaiabi com a sociedade nacional

Desde 1861, Chandless já observara as primeiras explorações de borracha em Mato Grosso na região do baixo Juruena (Chandless 1862 apud Grunberg s/d, p. 31). Entre 1870 e 1900 a extração de látex se estende aos seringais dos rios Preto, Novo e Claro, afluentes do Alto Arinos, localizados nas proximidades de Diamantino e Rosário do Oeste (Grunberg s/d, p. 31-33).

Quando o explorador francês Henri Coudreau foi enviado, pelo governo do Pará, ao alto Tapajós para pesquisar e indicar o limite natural mais adequado para constituir a divisa do estado com o Mato Grosso (1896), o volume de produção de borracha deste estado já era expressivo, a ponto de requerer a instalação de uma coletoria de impostos. Esta havia sido criada em 1894, na confluência dos rios Teles Pires e Tapajós, local de passagem obrigatória da produção mato-grossense em direção às *casas aviadoras* de Belém. A cada quilo de borracha transportada eram cobrados 500 réis de taxa. Alguns meses após a instalação da Coletoria, o funcionário responsável adoece e decide voltar à Cuiabá. Na viagem de retorno, ele e seus guias Apiaká são atacados pelos Tapanhuna, na barra do Arinos. Neste episódio morreram um velho Apiaká que servia de guia e o coletor de impostos (Coudreau 1977, p. 53-55).

Coudreau (1977) obtém, dos seringalistas do alto Tapajós, informações a respeito dos rios Arinos e Juruena, os quais nunca navegou e, assim os descreve:

Apesar dos tapanhunas e dos nhambiquaras, o Arinos, via de comunicação direta e há muito tempo utilizada entre o Tapajós e as cidades do Mato Grosso, já é hoje perfeitamente conhecido. Já existem pessoas de Mato Grosso que aí exploram seringais e também criam gado nos campos. (...) percorre uma região plana, distante das montanhas, seria, ao que se diz, extremamente rico em seringais. O mesmo se diz do Juruena, onde alguns seringueiros mato-grossenses se instalaram recentemente, entretanto o curso deste é ainda pouco conhecido, de vez que o medo dos índios bravos detém os exploradores de borracha (p. 85).

Por volta de 1902, um outro coletor de impostos do Mato Grosso e seu irmão são mortos no baixo Teles Pires por terem roubado mulheres Apiaká. Em represália, o substituto do coletor e cerca de 100 seringueiros matam quase todos os moradores de uma aldeia Apiaká, inclusive mulheres e crianças (Grünberg s/d, p. 33)

Outros relatos de disputas por territórios e de ataques em represália contra a violência instituída por seringueiros nessa região mencionam com frequência os Tapayuna e os Apiaká. Os Kaiabi, ainda, não são identificados como autores de ataques a civilizados, ou continuam sendo confundidos com outros índios.

No final do século XIX, começam a ser registradas tentativas de exploração dos seringais do Alto Paranatinga e do rio Verde. Muitas expedições guiadas por índios Bakairi integrados à economia seringalista, são organizadas sob os auspícios de empresários de Cuiabá interessados na exploração dos seringais da região. Os Kaiabi resistem à invasão de seu território, amedrontam os invasores, matam e levam as cabeças para suas aldeias, e são identificados por seus inimigos Bakairi (Grünberg s/d, p. 34).

Um desses episódios é relatado por Hermann Meyer, por ocasião de uma palestra sobre sua expedição ao Xingu, quando clama pela pacificação dos Kaiabi, acusados de serem os protagonistas de um novo flagelo na região, como o foram os Bororo anteriormente: “(...) os Kayabi haviam irrompido de suas florestas no Paranatinga, realizando tropelias em diversos povoados da Serra do Trombador, matando vários moradores” (Meyer 1900 apud Grünberg s/d, p.34).

Em resposta a este alarme organiza-se, em 1900, uma expedição destinada a pacificar os Kaiabi, financiada por comerciantes de Cuiabá interessados na exploração dos seringais do rio Verde. A expedição era integrada por Dom Balzola, salesiano italiano que se destacara como missionário entre os Bororo e por um indivíduo de nome Bodstein, contratado pela empresa seringalista Orlando Bruno e Cia. Durante vários dias os expedicionários depositam presentes às margens do rio, que os Kaiabi recolhem, para depois se refugiarem na mata, de onde os vigiam. Após alguns dias, um grupo de Kaiabi embarcados os segue de longe e, por diversas vezes, atira flechas em sinal de advertência para que não se aproximassem. Os expedicionários desistem e voltaram à Cuiabá, sem ter obtido êxito (Cojazzi 1932 apud Grünberg s/d p. 34)

O etnólogo Max Schimdt relata que, em 1901, quando se preparava para visitar os Bakairi do Xingu, o comércio de Cuiabá ocupava-se em preparar a segunda expedição de Bodstein ao rio Verde, que visava penetrar a região dos Kaiabi e rendê-los para explorar os seringais. Veja-se, nas palavras de Schmidt (1942 a), como se deu esta preparação:

Infelizmente, ao mesmo tempo em que eu me preparava, uma casa comercial também fazia os seus aprestos para uma grande expedição ao rio Verde e rio Arinos, tendo em vista penetrar na região dos caiabís, sob a chefia de um alemão de nome Bodstein. Pretendiam explorar o terreno para obter borracha. Para isso teriam de tomar a aldeia principal dos índios da Barranca do Rio Verde e obrigá-los a se renderem. Já no ano passado uma idêntica tentativa de Bodstein fora mal sucedida, por isso procurava-se desta vez arranjar tudo da melhor maneira possível para o pleno êxito da empresa visada. Assim mais de vinte homens tomariam parte na expedição e receberiam 125\$000 por mês, o que era remuneração alta para as minhas posses, além do que constituíam a grande parte dos que, em Cuiabá, se dispunham a participar dessas viagens (p. 18).

Por volta dos anos 1900, a Amazônia vivia o auge do *boom* da borracha, sendo, ainda, o fornecedor quase exclusivo do consumo mundial. Nesta época, Antônio, o chefe da aldeia Bakairi do Paranatinga, que havia prestado serviços às duas expedições de von den Steinen ao Xingu, trabalhava para um seringalista da região. Ele relatou a Schmidt, que com a ajuda de outros Bakairi, também a serviço do seringalista, investiram com armas de fogo contra os Kaiabi, nas florestas do Paranatinga, nas proximidades do Córrego Fundo, ocasião em que um Kaiabi foi morto e a força de Antônio considerou-se vitoriosa (id. *ibidem* p.30).

Diversos outros incidentes que terminam com a morte ou de índios Kaiabi ou de seringueiros são noticiados nesta época, como o relatado por Nimuendaju sobre a morte do gerente de um seringal e o revide dos seringueiros que terminou com a morte de muitos Kaiabi e o rapto de algumas crianças (Nimuendaju 1948, p.310).

Os Kaiabi constituíam o maior obstáculo à expansão seringalista para o médio Teles Pires, sua aldeia principal, estrategicamente localizada na confluência dos rios Verde e Paranatinga, bloqueava o avanço para o norte. Esta resistência retardou por algum tempo o ingresso dos seringalistas neste rio, intensificando as atividades no rio Novo e nas cabeceiras do Paranatinga.

Ainda no final do século XIX, com o advento da República, foi criada a Comissão Estratégica das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Com a construção de linhas de telégrafo, o projeto visava incorporar o Centro Oeste e a Amazônia à economia brasileira, incentivando a migração e a “nacionalização” dos povos indígenas para garantir a defesa das fronteiras, cuja vulnerabilidade os conflitos do Paraguai já haviam demonstrado. Previa, também, a construção de estradas e a

identificação dos recursos naturais. Tudo isso carecia da “colaboração” dos povos indígenas, que deveriam ser incorporados à sociedade brasileira, garantindo a mão-de-obra necessária para cumprir essas metas.

Até a Constituição de 1891, que definiu a separação entre Igreja e Estado, a assistência aos índios era ação quase exclusiva da Igreja Católica. O debate travado durante a sua elaboração, colocava, de um lado, os defensores da continuidade da ação da Igreja, e, de outro, os que advogavam pela incorporação dessas ações pelo Estado. A autonomia dos índios e sua organização em Estados, sob a proteção do governo federal era defendida pelos positivistas, seguidores de Augusto Comte, que acreditavam ser a sociedade humana dividida em três estágios evolutivos: *o teológico ou fetichista, o metafísico ou abstrato e o científico ou positivo*; e que os índios estariam vivendo a etapa *fetichista* (Bigio 2000, p.31; Ribeiro 1977, p.135; Gomes 1991, p.82-83).

Marcado pela influência positivista, o engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon defende que, libertos da opressão, instruídos em artes e indústria, e sob o comando governamental, os índios evoluiriam, transformando-se em trabalhadores. Rondon destacou-se como ajudante de chefia da Comissão durante dezessete anos, tornando-se seu chefe em 1907 (Bigio 2000, p.33). Arriscando incessantemente a própria vida, penetrou o território desconhecido do Oeste, explorou rios e florestas, entrou em contato com tribos hostis, pacificou algumas, sempre usando o lema: *Morrer, se preciso for, matar, nunca* (Ribeiro 1977, p. 116). Além de construir quase três mil quilômetros de linhas telegráficas, realizou um estudo científico da região que percorreu, levantando informações geográficas de trinta e cinco mil quilômetros de terras, reconhecendo quinze rios e corrigindo o traçado de outros na cartografia do Mato Grosso. Além disso, levantou informações sobre a geologia, a fauna, a flora e, o mais importante, as populações indígenas. Como afirma Darcy Ribeiro (1977), de quem tomamos essas informações, sob a direção de Rondon, a Comissão das Linhas Telegráficas (...) *tornou-se um dos maiores empreendimentos científicos e humanísticos jamais tentados* (p.112).

Em 1915, por ocasião da expedição de Pyrineus de Sousa, membro da referida Comissão, a empresa Orlando Bruno e Cia. dominava os seringais do rio Novo e dos ribeirões Beija-Flor e Morocó; o primeiro afluente das nascentes do Arinos e os dois últimos do Paranatinga. Os expedicionários tiveram contato com os Bakairi, já “semi-

civilizados” e com os Kaiabi. O primeiro encontro com os Kaiabi se deu a 636 quilômetros das cabeceiras do Paranatinga e o último a 770 quilômetros, identificando 134 quilômetros de rio dominados por estes índios, em ambas as margens (Magalhães apud Rondon 1944, p.37). Ao avistarem a expedição, os Kaiabi fugiram, pedindo por machados e facões. Logo após reapareceram perseguindo as embarcações e aceitando alguns presentes. Nos próximos dias Pyrineus de Sousa avistou novamente outro grupo Kaiabi, desta feita de cerca de 100 índios, com quem trocaram presentes. Nos dias consecutivos encontraram novamente, por duas vezes, grupos de cerca de 100 a 200 Kaiabi e como não haviam previsto tantos presentes decidiram se afastar. Os índios, desconfiados, atiraram flechas em direção aos expedicionários em sinal de hostilidade e os perseguiram por vários dias. Este contato durou cerca de 10 dias. Na ocasião, Pyrineus de Sousa estimou a população Kaiabi em cerca de 1000 índios, moradores de 19 malocas (Sousa 1916).

Com a decadência da exploração da borracha, a economia regional voltou à pequena produção agropecuária, à extração de produtos nativos, ao incipiente comércio e à outras atividades de serviços restritos à Cuiabá e a Diamantino.

Dos povos indígenas habitantes da região, alguns já eram conhecidos desde a época das explorações auríferas, das navegações para o Pará, das expedições científicas do século XIX, dos relatórios da Comissão das Linhas Telegráficas e das viagens de aventureiros e comerciantes interessados em explorar suas terras. Os Apiaká haviam servido de guias, práticos e remeiros para as navegações do Arinos e do Tapajós em direção ao Pará, além de terem se integrado ao trabalho dos seringais. Os Pareci, colaboraram nos trabalhos de infra-estrutura da Comissão das Linhas Telegráficas e, depois na manutenção da estação de telégrafo. Os Bakairi trabalhavam nos seringais. Os Kaiabi, ainda, mantinham-se afastados e temidos.

Em 1942, assiste-se ao ressurgimento da exploração dos seringais em toda a região Amazônica. No alto Arinos instala-se uma feitoria na Cachoeira do Pau, há 100 km de Diamantino, que rapidamente se expande para áreas de extensões maiores. Entre 1946 e 1953, a extração da borracha penetra o rio Sumidouro, no médio Arinos, atinge a embocadura e depois o médio curso do rio dos Peixes. Em 1957 os seringueiros estavam instalados no curso superior deste rio, onde construíram um barracão e alguns Kaiabi,

cujas aldeias situavam-se nas cabeceiras do rio, já trabalhavam para eles (Dornstauder 1983, p.6).

Por outro lado, a região do alto Teles Pires era explorada, nesta época, pela empresa Rio Novo Ltda. (ERION), de Mário e Renato Spinelli, que os Kaiabi, que migraram para o Parque Indígena do Xingu, mencionam com frequência em seus relatos sobre o trabalho nos seringais. As áreas de extração dessa empresa estendiam-se entre as nascentes do Arinos e do Paranatinga, onde, em 1951, possuía 180 feitorias, seis barracões e empregava cerca de 300 pessoas (Grünberg s/d, p. 39).

Durante o trabalho de campo, realizado em maio do ano 2000, entrevistei Camintai, cacique Kaiabi da aldeia Cururu no PIX. Ele me contou, que antes de ir para o Xingu, na companhia de outros Kaiabi, inclusive algumas mulheres, extraíam borracha para a firma de Mário e Renato Spinelli. Os seringais localizavam-se há dois dias de viagem da aldeia em que viviam, no alto Teles Pires. Camintai relatou também, que os homens eram *pagos* pelo trabalho que realizavam, as mulheres recebiam apenas alimentos e tecidos.

Grünberg (s/d) coloca que: *os Caiabis mantiveram sua atitude de resistência ativa pelo menos até 1927, o que teve por consequência sua dizimação, mas preservou a tribo como um todo fechado* (p. 36).

A análise dos relatórios do SPI, empreendida a seguir, mostra que os Kaiabi resistiram até o início dos anos 40, quando se viram acudados em seu território, constantemente ameaçado pelo avanço dos seringais, e sem alternativa espacial. Ao norte, os Munduruku, tradicionais inimigos, estavam parcialmente integrados aos seringais; ao sul, os Bakairi, totalmente integrados, com exceção do grupo xinguano. Neste momento o clima tenso no Baixo Teles Pires, provocado por disputas entre os Kaiabi e seringueiros da região, seguidas de mortes e rapto de crianças, levaram o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a criar um novo posto de atração nessa região, além do que existia nas proximidades do rio Verde, como se verá a seguir.

III.3. O Serviço de Proteção aos Índios e o Relacionamento dos Kaiabi com os Postos Indígenas

Em 1910, é criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), transformado em 1918, em Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Sua criação visava cumprir objetivos mais imediatos como: “garantir aos índios a posse das terras por eles ocupadas; controlar suas relações com civilizados, a fim de impedir que fossem oprimidos ou explorados, e promover a punição dos crimes cometidos contra os índios” (Ribeiro 1977, p.137-138). Rondon, convidado para chefiá-lo, aceitou com a condição de imprimir ao órgão os princípios positivistas. Para atingir os objetivos propostos foram criados *postos indígenas de proteção* e de *pacificação ou atração*. Os primeiros eram destinados a garantir a propriedade das terras ocupadas pelos índios e, também, uma produção agrícola e pecuária com fins sociais e comerciais; os outros deveriam aproximar tribos hostis dos núcleos de civilização (Bigio 2000, p.36).

Em 1914, o estado de Mato Grosso possuía, além da Inspetoria, localizada em Cuiabá, três postos indígenas de proteção. Em 1922, foi criado um posto de pacificação dos Kaiabi, o Pedro Dantas, localizado no rio Verde, afluente do Teles Pires, 40 léguas ao norte do Posto Simões Lopes.

A incorporação de trabalhadores indígenas aos seringais intensificou-se a partir da segunda década do século XX, quando a crise da borracha desencadeou o êxodo de seringueiros não-índios em direção aos centros urbanos. Os índios se incorporaram à economia seringalista, onde desempenhavam atividades essenciais inerentes às diversas etapas de produção da borracha, além de trabalharem em obras de infra-estrutura. Neste trabalho eram submetidos ao mesmo regime de semi-escavidão e de exploração dos seringueiros não-índios, como a obrigação de abastecerem-se de artigos industrializados no barracão, onde vendiam a preço irrisório a borracha produzida. A documentação dos antigos postos do SPI é farta de exemplos da exploração a que eram submetidos os índios pelos seringalistas, que chegavam a trocar cerca de 10 quilos de borracha por duas garrafas de cachaça (SPI, Filme 204).

Na tentativa de reconstruir a história dos Kaiabi na primeira metade do século XX e o cenário que antecede a migração para o Parque Indígena do Xingu, nos valem

da documentação dos postos do SPI que atenderam estes índios, no Alto Teles Pires ou Paranatinga: onde o Posto de Atração Pedro Dantas se transformou em posto de proteção e tomou a denominação de José Bezerra (1922-1955) e, no Baixo Teles Pires ou São Manoel, com o Posto Indígena Teles Pires, mais tarde denominado Posto Caiabi. Foram, também, de grande valia para o esforço de reconstrução deste cenário, o testemunho dos próprios Kaiabi, narrados a diversos estudiosos deste povo, os relatos dos irmãos Villas Boas à frente da Expedição Roncador –Xingu, além da documentação do Padre Donrstauder da Missão Anchieta, cuja sede localizava-se em Diamantino (MT) e que manteve estreito contato com os Kaiabi a partir da década de 50.

III.3.1. Os postos de proteção dos Kaiabi no alto Teles Pires

Na região do alto Teles Pires ou Paranatinga a guerra desigual entre seringueiros e Bakairi aldeados, por um lado, e Kaiabi por outro, há muito tempo estava deflagrada, sendo freqüentemente noticiada pela imprensa de Mato Grosso, mesmo antes da criação do SPI em 1910. Em 1918, a Inspeção Regional deste órgão em Cuiabá mobilizou-se para empreender a atração e pacificação dos Kaiabi do rio Verde e do Paranatinga, que vinham sendo mortos em ataques à bala pelos seringueiros e pelos Bakairi que trabalhavam para eles. Para isso criou o Posto da Mulateira, localizado a dez dias de canoa das aldeias, que passou a ser assiduamente freqüentado por estes índios para receberem brindes. Em pouco tempo de atividade o Posto precisou ser abandonado, pois Manoel Velho, seu encarregado, foi morto à bordunadas por um Kaiabi, que levou sua cabeça como troféu para a aldeia (Villas Boas 1989, p.14).

Os irmãos Villas Boas contam que, habituados a receber presentes de civilizados, e na ausência do Posto, os Kaiabi se aproximaram de um barracão seringalista instalado no médio curso do rio Verde, onde à primeira visita foram presenteados. Passaram então a visitar o barracão com freqüência, onde recebiam algum agrado e eram logo convidados pelo encarregado Chico Lucas a se retirarem. Com o passar do tempo não recebiam mais presentes, mas insistiam em solicitá-los, até que Chico Lucas, irritado, mandou atirar contra os índios. A morte de três Kaiabi neste episódio provocou uma série de revides e os seringueiros não tiveram mais sossego. Num ataque os Kaiabi mataram três deles, levando as cabeças para a aldeia. Os ataques

se tornaram freqüentes até que o seringal foi abandonado e o território ficou livre outra vez. Não demorou muito e os seringueiros começaram a extrair borracha no Córrego Grande, afluente do Paranatinga, e os Kaiabi voltaram a atacar (Villas Boas 1989, p. 15-16).

Este era o clima na região, quando, em 1922, a expedição destinada a escolher o local para a instalação de outro posto de atração destes índios é atacada por eles. O Posto Pedro Dantas, ligado à 6ª Inspeção Regional do SPI no Mato Grosso, foi criado neste ano, na confluência dos rios Paranatinga e Verde.

Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos funcionários do PI Pedro Dantas para fazer a aproximação dos Kaiabi, inclusive pelo seu despreparo para o desempenho desta função. No princípio os Kaiabi mantinham-se afastados e hostis às iniciativas da instituição. Estavam divididos, alguns aceitavam freqüentar o Posto, outros resistiam, o que provocava cisões internas ao grupo. Quando se aproximavam do rancho que servia de sede para o Posto, para fazer trocas e não havia retribuição, ameaçavam os funcionários com flechas e bordunas (SPI, Filme 379, fotogramas 1456-96). Além disso, havia, também, disputas com os empregados do SPI por causa de mulheres, a que os Kaiabi respondiam com ataques ao Posto.

Em 1924, o Posto é destruído pelos índios, ocasião em que dois funcionários são mortos. É reconstruído em 1925, na margem esquerda do Paranatinga, 200km acima da desembocadura do rio Verde, nas proximidades do Porto da Mulateira (SPI, filme 206, fotograma 520). Mais tarde o Posto muda novamente de lugar, restabelecendo-se mais ao sul, com o nome de José Bezerra. Em meados da década de 1950 este Posto também é suprimido, e os poucos Kaiabi que ainda nele moravam são transferidos para os postos Simões Lopes e Fraternidade Indígena. (SPI, Filme 1A, fotogramas 1653-79).

Mal redigidos e com trechos quase ininteligíveis, os relatórios dos postos contêm informações sobre o seu funcionamento e sobre os “índios localizados e visitantes”, que revelam a forma como os Kaiabi se organizaram nestes postos e o papel que desempenharam junto aos membros do grupo arredios ao contato, chamados por *Kaiabi bravos*.

Pequenos grupos familiares fixaram-se ao Posto Pedro Dantas, tendo a incumbência de manter a produção de alimentos para o seu funcionamento e de

intermediar as relações com os *Kaiabi bravos* que resistiam à atração. Estes últimos visitavam o Posto em busca de proteção, bens industrializados e assistência médica.

No final da década de 1920, cerca de 80 Kaiabi, entre homens, mulheres e crianças, visitavam o Posto Pedro Dantas todos os meses. Após a sua reconstrução, por volta de 1929, o Posto chegou a receber, num só ano, 1366 visitas dos Kaiabi, sendo, em uma única ocasião, 275 de uma só vez (SPI, filme 204, fotograma 1352). Porém, em meados dos anos quarenta, quando a exploração da borracha se reascendeu na região e muitos Kaiabi se integraram ao trabalho nos seringais, eram constantes os registros de visitas ao Posto, com a finalidade, quase exclusiva, de receber alimentos.

As idas dos Kaiabi ao Posto em busca de alimentos aponta para a desorganização do grupo já naquele momento, pois esses laboriosos Tupi possuem notáveis roças que se destacam pela quantidade e variedade de produtos agrícolas, superando a de muitas tribos da região. Convém lembrar que a ocupação da região por seringueiros restringiu também as áreas de caça e pesca dos Kaiabi.

Em 1927, quando o etnólogo Max Schmidt visitou o Posto Pedro Dantas para conhecer os *temíveis Kaiabi*, de quem tanto ouvira falar pelos Bakairi e por seu mestre Steinen, encontrou o clima tenso e os Kaiabi bastante desconfiados. Em razão de um ataque de malária e da agressividade dos Kaiabi, permaneceu pouco tempo no Posto, colhendo, no entanto, preciosas informações sobre as pinturas corporais, a arte da cestaria e dos demais objetos que viu (Schmidt 1942b, p.12-14).

Em novembro de 1927, poucos meses depois da partida de Max Schmidt, os Kaiabi atacaram a tropa de abastecimento do Posto, matando quatro pessoas, levando as cabeças de três homens para a aldeia e deixando a da mulher. Os corpos decapitados foram encontrados na “Lagoa”, local onde, segundo os Bakairi revelaram a Max Schmidt, começava o território Kaiabi. Segundo um ofício do encarregado deste Posto, datado de 30/11/1927, dirigido à Inspeção do SPI em Mato Grosso, em parte transcrito a seguir, o ataque teria sido ocasionado pela suspeita de estarem contaminadas por doenças, as mercadorias transportadas :

“Manifesto-vos que chegou o Senr. João Climaco chegou neste Posto dia 29 com 7 homens para reconhecer si havia novidade. Emcomtrou todos em paes so soffreu os que vieram no mez amterior que vinha com os calgeiros. Eu só tive noticias dipoes que veios portador que mandei no Rio Novo comprar sal que já não timhamos uma só pedras e emcomtrou os cadaveres na Lagôa, dia 12 de Novembro que foi agrididos

pelos índios, passou por aqui, e deu informações que tivecê feito fracatura pela roupa que elles comdusia, e mesmo chegou dos boes da tropa áqui. Pesso vos mandar 100\$000 res para dar ao peçol quando sahir para viagem que sehospedem. Saude e Fraternidade. Antonio Borges da Cruz. Encarregado do Posto Pedro Dantas” (SPI, filme 206).

O depoimento que o capitão Sabino Kaiabi, no Parque Indígena do Xingu, fez sobre sua vida à Mariana Ferreira (1994) relata esse evento com maior clareza. Ele contou que nasceu na aldeia Öwapat, no rio Teles Pires e que ao completar quatro anos de idade (1922) mudou-se para o PI Pedro Dantas com sua mãe. Quando tinha quase dez anos de idade (1927-1928), Inario, funcionário do Posto, foi buscar mercadorias no PI Simões Lopes (Bakairi), que ao serem distribuídas entre os Kaiabi, os contaminaram por sarampo. Neste momento, segundo conta Sabino, moravam no Posto “oito brancos casados que tinham filhos e 8 solteiros. Nenhum deles pegou sarampo”. Em duas semanas, morreram 198 índios Kaiabi, inclusive a mãe de Sabino, e apenas quarenta sobreviveram. Destes, vinte ficaram no Posto e os outros voltaram para as aldeias. Os Kaiabi queriam se vingar e ameaçaram matar o empregado do Posto, que foi acusado de aplicar injeções que provocavam a morte instantânea dos índios contaminados por sarampo. Por causa do sarampo, o capitão da aldeia Kaiabi do Posto foi embora, e Júlio Yopopinin, irmão mais velho de Sabino, tornou-se líder dos Kaiabi que sobreviveram. O capitão Júlio chefiou a aldeia por cinco anos, morrendo, vitimado por sarampo, sendo substituído por Sabino (Ferreira 1994, p.85-88).

Em 1930, quando o SPI já mantinha 97 postos de proteção distribuídos pelo país, Rondon se recusa a participar da revolução que levou Vargas ao poder e pede a reforma do exército (Ribeiro 1977, p.144). A política indigenista é adaptada ao projeto político de Vargas, os postos indígenas assumem o caráter de empresas capitalistas modernas, onde os funcionários do SPI comparam-se a capatazes de fazenda e os índios a trabalhadores rurais assalariados (Rocha 1997, apud Bigio 2000, p.51). As dotações orçamentárias destinadas ao órgão diminuem expressivamente.

Na década de 1940 o SPI volta a receber incentivo do Governo Vargas, reorganiza seus quadros e retoma as atividades de pacificação e proteção. Há o ingresso de novos funcionários, muitos despreparados e sem comprometimento com a causa indígena (Ribeiro 1977, p.147).

Os relatórios da década de 1940 do Posto José Bezerra fornecem uma vaga idéia da localização de algumas aldeias. Neles são mencionadas, com maior frequência, visitas de Kaiabi das malocas do Ribeirão do Ouro, dos córregos Enunumy e Euiquerces (escrita ilegível), afluentes do alto Paranatinga, do rio Verde e do Arinos (SPI, filme 204).

Em 1943, PI José Bezerra, recebeu ordens, através de uma Portaria do SPI, para preparar-se para extrair borracha, com a “ajuda” dos índios, mas, diferentemente do que ocorreu no PI Caiabi ao sul do Pará, esse Posto não se envolveu com a extração de borracha. No entanto, mantinha estreitas relações com a principal empresa seringalista da região, a Erion de Renato e Mário Spinelli, que sucedendo a Orlando e Irmãos, instalara um barracão a 200 metros do Posto, fornecia o transporte e as instalações para receber o correio e o abastecimento do Posto vindos de Rosário do Oeste e de Cuiabá (SPI, filme 204).

Nesse mesmo ano, o Posto José Bezerra recebeu a visita de um grupo Kaiabi que aí já havia residido entre 1929 e 1934. Traziam consigo um menino civilizado, de aproximadamente 12 anos, que há cerca de 3 anos havia sido aprisionado em luta contra seringueiros do baixo Teles Pires (SPI, Filme 204). Os documentos do PI Teles Pires, no sul do Pará, registram um ataque dos Kaiabi em resposta aos insultos que lhes eram feitos por seringueiros, como relatado mais adiante.

Em 1947, os Kaiabi são acusados de matar um funcionário do PI José Bezerra. Uma inspeção realizada após este evento encontrou o Posto em estado de abandono. Além dos 20 ou 30 moradores índios que possuía, “ seria muito difícil um índio arredio procurar o Posto”, escreve o inspetor. No ano seguinte, o funcionário do SPI responsável pelo Posto por mais de 20 anos é substituído. As irregularidades encontradas no Posto e a acusação contra seu filho de assédio à uma índia Kaiabi, provocaram sua saída. Ao deixar o Posto, este último convidou a índia para ir com ele para Rosário do Oeste. O convite foi recusado e a índia o denunciou por tê-la contaminado por sífilis.

Nesse mesmo ano, um ofício do SPI informa sobre um grupo de “cajabi bravo” que freqüentava o povoado do rio Novo e estava sendo acusado da morte do seringalista Propício Loureiro. (SPI, filme 204, fotograma 1227).

O clima no Posto era de opressão em 1949. Os índios eram proibidos de sair e, quando o faziam eram perseguidos e trazidos de volta. Inúmeros são os casos, registrados em memorandos e ofícios, de fugas de índios durante a noite, de assédio às índias, e de roubo de alimentos estocados. A este respeito referem-se os irmãos Villas Boas (1989):

Os índios pacificados, com a melhor das intenções, eram persuadidos a abandonar suas aldeias para virem residir na sede civilizada, onde, automaticamente, perdiam toda a autonomia, os estímulos para as recreações e a plena disponibilidade do tempo para a obtenção dos tradicionais recursos da sua subsistência (p.18).

Os Kaiabi já estavam relativamente dispersos, e, habituados aos bens de consumo dos “civilizados”, eram atraídos para o trabalho nos seringais. Muitos grupos são vistos rondando os barracões do rio Verde ou circulando pelo povoado de Rio Novo, onde era predominante a presença dos Bakairi.

As denúncias de abuso de mulheres Kaiabi por seringueiros e também por funcionários do PI José Bezerra se intensificam no final da década de quarenta. O encarregado do Posto chega a solicitar ao SPI, o envio de uma enfermeira de Cuiabá, para cuidar de índios e índias Kaiabi, infectados por sífilis. Uma correspondência informa sobre o desaparecimento de um auxiliar do Posto, suspeitando-se de sua morte; outra, vinda de Cuiabá, registra o desaparecimento do Kaiabi Laurentino Ipepory, que há muitos anos trabalhava no Posto (SPI, filme 204).

Funcionários da empresa seringalista Erion, que já havia alcançado Porto Atlântico, no médio Teles Pires, em 1953, informam o Posto que as malocas Kaiabi da região estavam quase todas despovoadas e, que muitos dos moradores remanescentes trabalhavam nos seringais. Temendo a presença dos Kaiabi, os seringalistas pedem ao SPI que os atraia. Os Kaiabi, que, já há alguns anos, não confiavam mais na “proteção” do SPI, se negam a voltar ao Posto, de onde são impedidos de sair.

Em 1953, o capitão Sabino, que chefiava a aldeia Kaiabi do PI José Bezerra, desde a morte de seu irmão, Julio Yopopinin, foi encarregado de visitar as aldeias do rio dos Peixes para atrair os Kaiabi isolados, pois a área já estava sendo invadida por projetos agrícolas e de colonização (SPI, filme 204, fotogramas 1981-82). Durante o período em que chefiou a aldeia, Sabino testemunhou as articulações existentes entre o SPI e as frentes colonizadoras do Brasil Central (Ferreira 1954).

Um carta de Darcy Ribeiro, então chefe da Seção de Estudos do SPI, dirigida a um diretor da instituição, denuncia o reduzido número de índios residentes no PI José Bezerra – quarenta e um índios entre Kaiabi e Bakairi - e a falta de atendimento à população das aldeias ainda existentes. Sugere a divisão da região matogrossense em áreas de atuação, onde os Postos prestariam assistência a toda população indígena, abandonando as ações assistencialistas dirigidas ao “número ridículo de índios que vivem nos Postos”(Travassos, 1986)

Em 1954, o capitão Sabino acompanha o padre João Evangelista Dornstauder, missionário jesuíta da Prelazia de Diamantino, numa viagem de reconhecimento da localização e estado das aldeias Kaiabi do Teles Pires e do rio dos Peixes. Dornstauder oferece ajuda ao SPI para salvar os Kaiabi. Em carta dirigida a Chefia da Inspetoria Regional do SPI em Mato Grosso, ressalta que este é um momento decisivo para garantir aos Kaiabi a ajuda que necessitam para defenderem-se das entidades empresariais e colonizadoras que estão se expandindo na região (SPI, Filme 204, fotogramas 2052 e 2053).

Os Kaiabi são transferidos para o Posto Simões Lopes, que atendia os Bakairi, localizado nas proximidades do rio Novo (1955). O Padre Dornstauder faz novas visitas às aldeias Kaiabi em companhia dos índios Djawaricatu, Paulino Toaracin e Capitão Luiz França, este último morador do Baixo Teles Pires, onde havia trabalhado em seringais do Pará (Filme 204, fotograma 2096). Nesta ocasião, Dornstauder realiza uma contagem da população dessas aldeias, que será referida proximamente.

O sertanista alemão, Fritz Tolksdorf, denuncia, em 1958, a preparação de um massacre aos índios aldeados na região do Arinos, por seringalistas da região. Por outro lado, notícias de assassinatos de índios por seringueiros, grileiros e funcionários de empresas de colonização, na região dos rios Juruena, Arinos e Teles Pires, chegam a diretoria do SPI do Rio de Janeiro.(Filme 204, fotograma 2098).

Sabino, em 1957, insatisfeito com o SPI, e coagido pelo seringalista Renato Spinelli, aceita proposta para trabalhar como vigilante nos seringais da Erion, levando consigo os poucos Kaiabi remanescentes no Posto. Neste momento, acredita que a integração dos Kaiabi ao trabalho nos seringais é inexorável e, que sob sua guarda, estariam protegidos. Assume a tarefa de proteger os Kaiabi que trabalhavam nos

seringais, o que realiza durante cerca de três anos com obstinação, até o momento em que Prepori o convence a migrar para o Xingu.

III.3.2. O posto de proteção dos Kaiabi no baixo Teles Pires

No início da década de 40, o clima entre seringueiros e índios Kaiabi era muito tenso na região do baixo Teles Pires, os índios perambulavam de um seringal a outro, onde alguns já estavam integrados. O SPI decide criar outro posto para pacificação dos Kaiabi que habitavam a região. O posto que levava o nome do rio e que, depois, passou a ser chamado de Posto Caiabi, foi instalado em 1941, nas proximidades da cachoeira São José. Em 1942 já havia um grupo de Kaiabi morando nas vizinhanças do Posto, que, a esta época, atendia, também, os índios Apiaká e Tapayuna.

Em 1941, os relatórios do Posto Teles Pires registram notícias de um ataque de cerca de 40 Kaiabi a um barracão seringalista, no alto Tapajós, onde trabalhavam estes índios. O ataque resultou de insultos dirigidos aos Kaiabi, que foram chamados de ladrões e vagabundos por terem levado algumas colheres da barraca dos seringueiros. Na ocasião, sete civilizados foram mortos e três crianças levadas para as malocas dos índios. Após entrarem em acordo com o gerente do barracão seringalista, os Kaiabi devolveram as crianças, com a promessa de que uma das meninas se casaria com o Kaiabi Tahitu, quando atingisse a idade para tal. Contrariando este acordo, o seringueiro que guardava as crianças casou-se com a menina prometida, gerando novos desentendimentos (Travassos, 1986).

Novos conflitos gerados por desrespeito à mulheres Kaiabi, da parte de seringueiros deste mesmo barracão, terminaram com a morte de dois homens, uma mulher, um adolescente e o rapto de outras 3 crianças. Como era seu costume, os Kaiabi levaram as cabeças de todos os mortos para dançar, com exceção da cabeça da mulher. Outro caso de morte, de um seringueiro que morava com um casal de índios, ocorreu no mesmo ano, desta feita no rio Cururu, afluente do baixo Teles Pires, onde os seringais eram explorados por um seringalista peruano. Muitas notícias dão conta de bandos de índios Kaiabi, que queimavam casas de seringueiros e matavam seus moradores em represália ao desrespeito à suas mulheres (id. ibidem).

Em 1943, o SPI incentivava os postos a explorar a produção de borracha. Neste ano, vinte e sete Kaiabi moravam no PI Caiabi. Trabalhavam em serviços variados, constando inclusive das folhas de pagamento e de débito; durante o verão, colhiam látex e preparavam a borracha, que o SPI vendia a uma missão católica alemã e a outras instituições (id. *ibidem*).

O tempo que duravam as viagens dos índios, entre suas malocas e o Posto, de 22 a 26 dias, era marcado em paus, nos quais cada entalhe correspondia a um pouso noturno. Grunberg teve a oportunidade de manusear um desses paus por ocasião de sua pesquisa entre os Kaiabi do rio dos Peixes, em 1966. Max Schmidt também os encontrou entre os Bakairi do Posto Simões Lopes, supondo que seria um objeto introduzido entre estes índios pelos Kaiabi (Schmidt 1942b; Grunberg s/d, p.107)

A partir de 1946, o Posto começa a receber, também, visitas dos Kaiabi “da zona do Arinos”, moradores do rio dos Peixes. Nas relações nominais destas visitas encontra-se Temeonin, cacique das malocas do rio dos Peixes (Tatuy).

Cresce muito a demanda pelo Posto, na medida em que os seringais avançam pelas terras de domínio dos Kaiabi. A sistematização das informações sobre a frequência de “índios localizados e assistidos” do PI Caiabi, de 1941 a 1950, expressa na tabela a seguir, construída com dados coletados por Travassos, mostra o aumento crescente de índios localizados até 1948, o grande número de índios assistidos entre dezembro de 1947 e janeiro de 1950 e sua abrupta redução após esta data. O ano de 1950 marca o encontro dos Kaiabi com os irmãos Villas Boas no rio Telles Pires (outubro de 1949), com a permanência dos sertanistas na região e o convite para se mudarem para o Xingu. Estes números podem estar refletindo as mudanças de planos dos Kaiabi e o prenúncio do deslocamento populacional, que de fato ocorreu pouco tempo depois.

Tabela 3 - Frequência de índios Kaiabi "localizados e assistidos" no Posto Caiabi, Baixo Teles Pires, 1941 - 1950

Anos	Meses	Homens	Mulheres	Crianças Até 12 anos	Localizados	Assistidos
1941		7			7	
1942						
1943		16	11		27	
1944		19	11		30	
1944	Jun/jul/ag.	10	4	3	17	
1944	nov/dez	17	9	4	30	
1945	jan/abr	11			11	
1945	Setembro	27	18	13	59	
1946	Março	28	22	16	66	
1946	Agosto	35	22	16	73	
1947	Dezembro	34	28	20	82	500
1948	Março	38	29	25	90	500
1948	Junho				92	530
1948	Setembro				145	500
1948	Outubro				154	500
1948	Dezembro				159	520
1950	Janeiro				131	500
1950	Fevereiro				129	70
1950	Março				129	19
1950	Abril				129	22
1950	Maio				130	20

Fonte original de dados: Travassos, Elizabeth 1986. Resumo de documentos dos postos do SPI

A instalação dos postos do SPI se não apresentou soluções para os problemas enfrentados entre os Kaiabi e os seringueiros que avançavam em direção de suas terras, ao menos impediu que o grupo continuasse a ser alvo das campanhas de extermínio que haviam se tornado muito frequentes. Mas, dada a extensão do território dos Kaiabi, a dispersão das aldeias e a distância que as separava, tanto do PI José Bezerra, quanto do PI Caiabi, a atuação dos postos não foi eficiente no sentido de preservar o patrimônio desses índios. Além disso, as ações dos postos estavam limitadas à capacidade e interesse de seus encarregados, na maioria das vezes mal preparados para desempenhar suas funções. O PI José Bezerra, dirigido durante mais de vinte anos pelo mesmo encarregado, era administrado com atitudes paternalistas, além de ter sido transformado numa fracassada empresa agropecuária. O PI Caiabi dedicara-se a extrair borracha,

transformando-se em concorrente das empresas seringalistas, com mão-de-obra exclusiva e área de reserva, afastando-se assim de seus objetivos. A situação de repressão nos dois postos fez com que muitos Kaiabi preferissem o trabalho nos seringais, tendo os postos servido como agentes formadores de mão-de-obra para seringalistas e fazendeiros.

III.4. As Políticas de Colonização ao Norte e Médio-Norte Matogrossense

O projeto de integração nacional gestado na República Velha ganhou força durante o regime nacionalista do Estado Novo (1937-1945), quando foi marcado pela centralização do poder e pela intervenção estatal na economia e na sociedade. Neste período, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos índios, que continham as verdadeiras raízes do país. Prometeu distribuir terras para índios e caboclos do Brasil Central e convertê-los em cidadãos produtivos e integrados. No âmbito desta proposta se inscreve o projeto da Marcha para o Oeste criado em 1938, com o objetivo de ocupar e desenvolver o interior do país, principalmente as regiões Norte e Centro-Oeste, ainda pouco povoadas de não índios. Deveria criar redes de transportes, saúde pública e educação, além de colônias agrícolas, onde futuramente, índios se integrariam aos não índios, tarefa que, juntamente com a demarcação das terras indígenas, caberia ao SPI como previa a Constituição de 1937 (Garfield 2000).

Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, para atuar em terras de Goiás e Mato Grosso, promovendo expedições, abrindo estradas e fundando cidades. A ação deste projeto incentiva a implementação de projetos de colonização (Gomes 1995, p. 83).

No final dos anos 40, após o declínio do Terceiro Ciclo da borracha, o governo de Mato Grosso, com o apoio do Governo Federal, começou a dar incentivo à colonização das regiões Norte e Médio-Norte do estado. Para isto criou políticas que foram implementadas com a justificativa de tirar as regiões do isolamento em que se encontravam devido às dificuldades de acesso, e integrá-las à economia do estado pelo desenvolvimento de atividades agro-extrativistas.

Nesse período, a região foi alvo de políticas de colonização de ordem oficial e privada. As primeiras previam a implantação de comunidades agrícolas formadas por

lotes pequenos, reservados a antigos seringueiros, garimpeiros e pequenos produtores agrícolas. As políticas privadas visavam a venda ou concessão de terras para pequenos, médios e grandes agricultores para a formação de novos núcleos populacionais e agrícolas por parte da iniciativa privada. Mais tarde, a abertura de novas estradas e a expansão da fronteira agrícola para a região Centro-Oeste do país propiciam a especulação destas terras por parte de empresas imobiliárias.

Até 1936, as terras indígenas eram regularizadas por meio de doações de terras estaduais ao Serviço de Proteção aos Índios. A partir desta data, segundo registra Menezes (2000):

(...) aparece a categoria “terra dos índios” e que assim foram consideradas: 1) aquela que presentemente vivem e já primariamente habitavam; 2) aquelas em que habitam e são necessárias ao meio de vida compatível com seu estado social; 3) as que já lhe tenham sido ou venham a ser reservadas para seu uso ou reconhecidas como de sua propriedade a título qualquer. (...) não havia clareza quanto à propriedade das terras habitadas por indígenas, sendo nebulosa, inclusive, a compreensão quanto ao regime: se posse ou propriedade; e quanto ao status jurídico: se terras públicas, devolutas, da União ou de particular (p.115)

Ainda segundo esta autora, os contratos de colonização de áreas reservadas por decreto foram autorizados por lei em 1951 e sendo o objetivo do governo do Mato Grosso povoar as regiões do estado mais afastadas dos centros urbanos, aproveitou a recente experiência adquirida por empresas paranaenses na colonização de terras ao norte do Paraná e adotou o mesmo modelo de colonização (id ibidem, p.153).

Os rumores da existência de recursos minerais ainda inexplorados em áreas de difícil acesso despertaram o interesse de empresas imobiliárias, cujas sedes estavam localizadas no Sul do país. Os *grileiros* estavam atentos ao abandono das terras pelos índios e prontos para provar que eram terras não ocupadas. Estas, quando não mensuradas durante um certo limite de tempo revertiam ao governo, tornando-se *terras devolutas*, sendo vendidas em leilões públicos. Os negócios eram feitos a distância e alguns grileiros vendiam terras ainda ocupadas pelos índios. Quando o comprador era um especulador, aguardava a construção de infra estrutura para auferir maiores lucros com a revenda das terras.

A conclusão do traçado da BR 164, ligando Cuiabá a Porto Velho, facilitou a ação de grupos de especuladores imobiliários sulistas, com experiência já adquirida em

projetos de colonização em suas regiões de origem ou por grupos financeiros voltados para a agropecuária, a indústria agrícola e a extração de madeiras (Oliveira 1982). Na maior parte dos casos, a chegada destes grupos e a aquisição de grandes áreas de terras antecederam a chegada dos pequenos agricultores, em outros, pequenos empresários se beneficiaram da especulação de terras e as dividiram depois, vendendo-as aos colonos e formando projetos de porte médio. Grande parte das terras eram títulos de posse ou terras devolutas, entendendo-se por isso, terras indígenas, que foram adquiridas em leilões públicos ou de empresas seringalistas insolventes (id. ibidem).

III.4.1. O impacto da política de colonização em terras Kaiabi

A extensa região em que viviam, plantavam, caçavam, pescavam ou circulavam os índios Kaiabi - que se estendia por quase todo o curso do Alto e Médio Teles Pires, do rio Verde ao rio Peixoto de Azevedo e por grande parte da bacia do rio dos Peixes, afluente do Arinos – cuja área foi estimada em 3 milhões de hectares (Silva e col 1999), tornou-se o alvo desses projetos de colonização .

As empresas colonizadoras começaram a instalar-se na região do Arinos a partir da década de 1950. O primeiro projeto agrícola implantado na área foi o Gleba Arinos, localizado à margem direita do Arinos, nas imediações do arroio Mestre Falcão, dando origem, mais tarde, à formação do município de Porto dos Gaúchos. Idealizado e implementado pela Companhia Colonizadora Noroeste Mato-grossense Ltda – CONOMALI, dirigida pelos empresários gaúchos Guilherme Meyer e Alfredo Leandro Carlson, o projeto atraiu colonos gaúchos, que chegaram à área em 1956, onde desenvolveram culturas de café, arroz, mandioca e mais tarde de seringueiras cultivadas (Município de Porto dos Gaúchos, 2000).

Segundo Dornstauder (1983) o ano de 1950 pode ser considerado “o ano da catástrofe” para o povo Kaiabi. É quando têm início as medições e o loteamento das terras do rio dos Peixes, desde suas nascentes, na altura da Pensão da Baiana, até cerca de 300 km de seu curso, em pleno território Kaiabi, sem que estes percebessem o significado do que estava acontecendo. O autor afirma que, *apesar das garantias constitucionais, logo as terras foram loteadas e vendidas pelo governo do estado* (p.7).

Esta pode ser considerada a “primeira ocupação estável” dos territórios Kaiabi, Apiaká e Beijo-de-Pau e que abre caminho para o assentamento de novos colonos e para a criação de novas cidades nessas terras, segundo afirmou Meliá (1982, p. 500).

Os Kaiabi costumavam fazer visitas aos colonos da Gleba Arinos para trocar seus produtos por utensílios de sua necessidade, como facas, machados, tesouras e anzóis. Segundo relato de Grünberg (s/d), uma das primeiras visitas dos Kaiabi à Gleba Arinos teria ocorrido em 1956. Os contatos dos Kaiabi com os colonos foram sempre pacíficos, embora não houvesse integração, como ocorreu com os Apiaká, que serviram de mão-de-obra para os colonos desse projeto (Grünberg s/d, p.38).

Pensão da Baiana é hoje o nome de uma localidade, situada dentro dos limites de Porto dos Gaúchos, na antiga picada aberta no meio da mata pelos índios Kaiabi, ligando as malocas do rio dos Peixes às do rio Verde, e, atualmente, conhecida como “Estrada da Baiana”. A instalação da “baiana” com sua família, na região de uma das nascentes do rio dos Peixes, antes de 1950, incomodou os Kaiabi que já se sentiam ameaçados por seringueiros e garimpeiros. Segundo Dornstauder (1983) os Kaiabi atacaram a baiana diversas vezes, a flecharam, depois a curaram e passaram a tolerar sua presença na região (p.6).

Atualmente, além de Porto dos Gaúchos, quatro outros municípios estão localizados na região outrora ocupada pelo grupo Kaiabi do rio dos Peixes: Tapurah, Juara, Tabaporá e Nova Horizonte do Norte.

O município de Juara foi criado em 1981, e resultou do projeto de colonização da Gleba Taquaral, implantado pela Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – SIBAL, sob a direção de José Pedro Dias, empresário do Sul, conhecido ainda hoje na região por “Zé Paraná”. A área, inicialmente formada por 36 mil hectares de terras adquiridas em 1971, foi acrescida por outros 102 lotes no rio dos Peixes e outra área próxima a este rio, em Itapaiúnas, beneficiada por projeto fundiário financiado pelo Banco do Brasil, estas últimas adquiridas em 1974 e 1975. Grande parte destas terras haviam sido anteriormente arrendadas a seringueiros que exploraram as matas do Arinos, por ocasião do Segundo Ciclo da borracha, e as abandonaram, voltando a explorá-las durante os anos quarenta. No início da década de 1950 foram reincorporadas ao patrimônio público, divididas em lotes e começaram a ser vendidas para empreendimentos de colonização (Município de Juara, 2000).

O antigo território dos Kaiabi no rio dos Peixes, sempre foi muito disputado entre estes, os Tapanhuna e os Apiaká. Além da qualidade do solo e da excelência do clima, o grande atrativo para os índios era a sua riqueza em taquara e pedra sílex, matéria prima para a confecção de suas flechas, lanças e machados.

O Município de Novo Horizonte do Norte foi criado em 1976, a partir de uma especulação de terras por parte de uma empresa paranaense, com escritório de vendas em Maringá, que adquiriu do Governo do Estado uma extensa área entre os rios Água Boa e Mestre Falcão, dividiu-a em lotes e os revendeu a pequenos agricultores do Sul do país, que não receberam nenhum apoio de infraestrutura para produzir e escoar sua produção (Município de Novo Horizonte do Norte, 2000).

Para as nascentes do rio dos Peixes estenderam-se as terras do projeto de colonização da SIBAL e a partir de seus núcleos urbanos foi criado o município de Tabaporá. E, o município de Tapurah, localiza-se na antiga área de passagem dos Kaiabi do rio dos Peixes para as malocas do rio Verde, sendo banhado em toda sua extensão leste por este rio.

Até os anos de 1950, toda a circulação na região do Teles Pires era feita através dos rios. Grande parte das terras, que estavam sendo vendidas pelo Governo do Estado a pequenos e médios proprietários e, ainda se conservavam inexploradas, foram revendidas, a partir de 1970, à empresas do Sul do país. O governo federal, grande empreendedor da colonização na Amazônia, tratou de regularizar estas terras, de

financiar projetos agropecuários e extrativistas, através de créditos subsidiados e de incentivos fiscais, abrir estradas e gerar energia. Tudo isso pôde ser viabilizado com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco da Amazônia (BASA). Para regularizar a ocupação que desalojava as populações indígenas e promovia o contágio por doenças, foi criada, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o compromisso de demarcar as terras indígenas.

Em 1970, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP, dirigida pelo empresário Ênio Pipino, paulista de Penápolis, que já havia implantado 18 projetos de colonização ao Norte do Paraná, deu início ao reconhecimento de uma área, de cerca de 650 mil hectares, localizada à margem direita do rio Teles Pires, para a implantação do Projeto Gleba Celeste. A área era formada por 214 lotes ainda inexplorados, adquiridos de pequenos proprietários que os haviam comprado do Governo do Estado na década de 1950.

Nos primeiros anos da década de 1970 a Sociedade SINOP implantou as cidades de Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia. A empresa dividiu as áreas em lotes rurais e os revendeu a colonos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O projeto foi beneficiado pela construção da BR-163, ligando Cuiabá à Santarém, em cujas margens situa-se a maior parte destas cidades e muitas outras criadas nos anos subsequentes. A conclusão desta rodovia, em 1976, viabilizou a circulação da produção local e incentivou a criação de novos projetos de colonização e de núcleos urbanos (Município de SINOP 2000).

Por ordem cronológica, na região habitada pelos Kaiabi do Teles Pires foram criadas as seguintes cidades: Colider (1975) e Nova Canaã do Norte (1976) pela Colonizadora Lider de Raimundo Costa Filho; Sorriso (1976) pela Colonizadora Feliz de Claudino Francio; Alta Floresta (1976) pela Colonizadora Indeco de Ariosto da Riva; Itaúba (1977) pelos irmãos Bedin e Carlinda (1982) Projeto de Assentamento Conjunto – PAC, do INCRA. Destas cidades, apenas três não estão localizadas às margens da BR-163: Colider, Alta Floresta e Nova Canaã do Norte.

Em 1978, a rodovia MT-220 e o seu cruzamento com a BR-163 ligou a região do Teles Pires, na altura da embocadura do rio Verde, ao Arinos, integrando o conjunto da região.

Ao lado dos grandes projetos agropecuários surgiram problemas causados pela devastação das matas para a extração de madeiras e pela poluição dos rios com o mercúrio utilizado no garimpo do ouro. Além da destruição das matas, colocou-se em risco, mais uma vez, o patrimônio cultural representado pelas populações indígenas.

As empresas de colonização, que obtiveram concessões governamentais ou adquiriram terras de terceiros, esforçaram-se para expulsar os índios das áreas de interesse. Os atritos causados por essas disputas não encontraram o amparo das autoridades locais, nem federais.

O resultado desta política foi a invasão das terras indígenas, a destruição das florestas, castanhais e seringais, e a sua transformação em grandes plantações e pastagens. Os Kaiabi e diversos outros grupos indígenas perderam suas terras, foram submetidos ao risco de contaminação por epidemias e sofreram outras experiências negativas no contato com a sociedade nacional.

III.5. O Relacionamento dos Kaiabi com a Missão Católica

Em 1929 foi criada a Prelazia Diamantina, subordinada ao Arcebispado de Cuiabá e administrada pelos jesuítas. Sediada no distrito de Diamantino, ao norte de Cuiabá, possuía um território de 354 mil quilômetros quadrados, com limites ao norte, nas fronteiras do Amazonas e do Pará; a oeste com o rio Juruena; à leste, com os rios Xingu e Culuene; e ao sul, com os formadores e afluentes do rio Paraguai, a Serra do Tombador, os rios Cuiabá e Paranatinga (Dornsntauder 1975). A Figura 8 permite visualizar a dimensão desse território.

No princípio as ações da Prelazia se restringiam a contatos com os sertanejos dispersos em seu enorme território. Em 1935, com o auxílio das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, foi fundado o primeiro posto missionário no Juruena, nas proximidades da Estação Telegráfica, visando catequizar os Nambiquara, Pareci e Iranche (Arruda 1992, p.33). Em 1946, em pleno Terceiro Ciclo da Borracha, quando a região foi invadida de forma mais sistemática pelos seringueiros, esse posto foi transferido para as proximidades da Cachoeira Utiariti, a cerca de 500km de Cuiabá, onde havia um posto telegráfico instalado pela Comissão Rondon e as instalações da missão protestante norte-americana, Inland South American Missionary Union

(ISAMU), com a qual estabeleceram rivalidades. Esta mudança visava ampliar a catequese a outros grupos indígenas (Silva, Joana 1999, p. 3; Arruda 1992, p. 83)

Como a política de catequese das escolas das Missões (Ribeiro 1977, p.506), o trabalho da Missão em Utiariti era dirigido, principalmente, para as crianças, que eram consideradas mais susceptíveis à pregação doutrinária. Estas eram separadas de suas famílias e mantidas em regime de internato, onde eram uniformizadas para perderem suas identidades culturais, proibidas de falar a língua nativa e obrigadas a obedecer horários, regras e comportamentos desconhecidos. Sempre houve muita resistência das famílias assistidas em entregar suas crianças aos cuidados da Missão (Silva, Joana 1999, p. 5).

Além da catequese, e da assistência médica, ambulatorial e hospitalar, Utiariti preparava as tribos para a integração ao sistema de trabalho dos civilizados. Isto era desenvolvido através do ensino da língua portuguesa e de outras áreas de conhecimento dos civilizados, além do ensino técnico em trabalhos manuais, agricultura e indústria. A missão possuía uma produção organizada em bases capitalistas com o uso intensivo da mão-de-obra indígena. Os índios desempenhavam as funções de práticos, remeiros e guias das missões volantes e, de agricultores, seringueiros e artesãos, além de mestres dos recém-chegados. A renda auferida na comercialização da produção no mercado regional era voltada para a expansão da própria Missão (Arruda 1992, p.109-110).

Em 1956, a Prelazia criou a Missão Anchieta (MIA), uma sociedade civil com fins sociais e filantrópicos, que visava ampliar o trabalho junto às populações indígenas e facilitar seus assuntos financeiros. Como afirma Arruda (1992), que estudou os Rikbatksa, a MIA era:

(...) intermediadora entre as empresas seringalistas, agro-pecuárias, mineradoras, o Estado e os índios: as expedições de pacificação foram financiadas pela maior empresa seringalista com interesses na região (CONOMALI), pelo seringalista Benedito Bruno, pelo Banco da Amazônia e, posteriormente, a partir de 1968, a MIA passou a representar a FUNAI na execução da transferência dos índios para as reservas criadas nesse ano, delimitando áreas para os Iranche, Kaiabi, Apiacá e Rikbatksa e liberando o restante de suas terras para empresas agro-pecuárias e mineradoras (p.118).

O ressurgimento da demanda mundial de borracha a partir de 1942 mobilizou o seringalista Benedito Bruno a expandir rapidamente suas atividades extrativas na região do Arinos, alcançando a embocadura do rio dos Peixes em 1951 e seu curso superior em

1953. Na região do Teles Pires, os seringais da Erion também expandiam-se do Alto Paranatinga para o norte, visando alcançar o médio curso do Teles Pires. Os Kaiabi cansados de resistir desciam o rio, deslocando suas aldeias para o norte, enquanto alguns se integravam aos seringais. O cenário era este, quando o missionário jesuíta João Evangelista Dornstauder contata os Kaiabi no intento de garantir a ocupação pacífica da região e a sua integração aos nacionais. Entre 1954 e 1955, ele fez duas viagens de reconhecimento das aldeias Kaiabi, além de visitar também a região do Xingu. Na primeira, visitou as aldeias do rio dos Peixes guiado pelo Capitão Sabino Kaiabi e, na segunda, acompanhado pelo Capitão Luiz França, cacique de uma das aldeias do médio Teles Pires e por outros dois índios Kaiabi, percorreu as aldeias deste rio. Diante da omissão do SPI frente ao risco que corriam estes índios, Dornstauder ofereceu ajuda para tutelá-los, conforme se observa na transcrição de sua carta dirigida ao Chefe da Inspetoria do SPI em Cuiabá, em 15/07/1954:

Chegando a esse Posto encontrei de partida o cap. Sabino às malocas. Expondo a minha situação à que me referi em carta passada, o Sr. Agente achou nada obstar para que me agregasse à comitiva.

Pelo que observei até agora parece ser o momento decisivo para garantir a esses índios a tutela que a lei lhes outorga. Opino, com vênua de V. Excia, que as entidades empresariais e colonizadoras que manobram em toda essa região, em seu esforço de civilização, não se subtraíam a uma colaboração concreta e eficiente para que essa notável tribo tenha seu território reservado e reais possibilidades de se integrar ordenadamente ao convívio com os nacionais.

Peço a V. Sria., aceitar o protesto de nossa colaboração franca, também fóra da esfera espiritual, no possível e quanto convém, pois, ainda que indignos irmãos de Anchieta tenho a certeza que nesse caso dos Cajabis-Tupis estamos continuando, e com o favor de Deus, concluindo a obra do mesmo Apóstolo do Brasil. Si não me engano há entre esses índios longinquos écos dos tempos da primeira colonização.

Resta, para o momento apenas uma expressão de reconhecimento pela atenção prestativa e devotado de que fui alvo nos breves momentos da minha passagem.

O comportamento dos próprios índios é tal que o desejo de uma assistência mais eficiente parece justiça e agradável obrigação.

Que Deus guarde a V.S.

Com sentimentos de eleva estima

Padre João Ev. Dornstauder S.J. (SPI, filme204, fotogramas 2052 e 2053).

Em 1958, por ocasião da “pacificação” dos Rikbaktsá, Dornstauder instalou um posto missionário num antigo barracão seringalista abandonado no Arinos, abaixo da barra do rio dos Peixes, o qual recebeu o nome de Santa Rosa. Ai conviveram índios

Kaiabi e Rikbaktsá até que desavenças entre eles levaram à criação de outro posto, em 1960, desta feita no rio dos Peixes – o Posto Tatuy. Ameaçados e cercados por todos os lados pela presença, agora, de garimpeiros, seringueiros e colonizadores, alguns Kaiabi do rio dos Peixes aceitam a proteção da Missão Anchieta e permitem que suas crianças sejam levadas para o Colégio em Utiariti. Neste momento, os Kaiabi do Teles Pires já haviam iniciado o processo migratório para o Xingu e, ao grupo do Tatuy, que não aceitava a idéia de abandonar o território ancestral, restou a alternativa da tutela da Missão Anchieta.

O contato dos Kaiabi do Tatuy com colonos e seringueiros, a partir dos anos 50, propiciou o contágio por doenças infecto-contagiosas, resultando em muitas mortes neste grupo, até então relativamente protegido.

III. 6. O contato dos Kaiabi com a Expedição Roncador-Xingu

A Expedição Roncador-Xingu, inicialmente denominada de Expedição dos Martírios, foi criada pelo Governo Federal com o objetivo de desbravar as terras do Brasil Central e da Amazônia para fins de colonização. O responsável pelo projeto foi o ministro João Alberto de Barros, cabendo ao Coronel Flaviano Matos Vanique chefiá-la. Para sustentar administrativamente o projeto o governo criou a Fundação Brasil Central (FBC).

A Expedição partiu de São Paulo, e alcançou o rio das Mortes em 1945, onde foi construído um campo de pouso e instalado seu primeiro acampamento. Os irmãos Villas Boas, Leonardo, Cláudio e Orlando integraram-se à Expedição em 1946.

Os primeiros índios contatados foram os Xavánte, os Kalapalo e os Kamaiurá. Nas proximidades da aldeia destes últimos foi construído, em 1947, o Posto Jacaré, que tornou-se a retaguarda da Expedição. No Alto Xingu, os irmãos Villas Boas tiveram contato também com os Yaualapiti, Meinako, Waurá, Trumai e Aweti.

No fim do ano de 1949 exploraram o rio Manitsauá-Missu e abriram uma picada na mata que ligou este rio ao Teles Pires, onde tiveram o primeiro contato com os Kaiabi (Figura 9). Os Villas Boas (1989) relatam que neste primeiro contato foi muito importante a intermediação de Prepori, índio Kaiabi que encontraram quando descia o

rio com sua mulher e filho, fugindo do Posto José Bezerra, onde havia matado um funcionário (p.16).

O ponto de chegada da Expedição Roncador-Xingu ao rio Teles Pires, em outubro de 1949, foi a foz do ribeirão Renato (Figura 9). O “picadão” aberto do rio Manitsauá-Missu até o Teles Pires propiciou a chegada a este rio e mais tarde tornou-se a rota de passagem da imigração dos Kaiabi para o Xingu. Acamparam a doze quilômetros da margem do rio e poucos dias depois tiveram o primeiro contato com os Kaiabi, de quem já vinham tendo sinais desde a abertura da picada. Estes se aproximaram sem grandes dificuldades, e alguns dias depois das primeiras trocas de presentes, outros vieram, cerca de cinquenta. Passaram a freqüentar o acampamento trazendo suas famílias e a grande fartura de alimentos a que estavam habituados, como amendoim, milho, batata, palmitos, cabaças, peixes e caça. Apesar disso, nos primeiros meses mantiveram-se reservados, afastados e um pouco desconfiados (id. ibidem, p. 20).

A descrição que fazem os irmãos Villas Boas do aspecto físico dos Kaibi no momento do encontro é a seguinte: possuem estatura mediana, todos usavam cabelos compridos, repartidos ao meio; os adultos de ambos os sexos possuíam riscos contínuos ou pontilhados no corpo, tingidos com genipapo e usavam um pequeno quadrado de pano cobrindo a genitália; os homens, que haviam morto algum inimigo, tinham os lábios tingidos de preto; as mulheres tinham três riscos paralelos no rosto, ligando o canto da boca às extremidades das orelhas; os adolescentes usavam nas orelhas adornos em forma de cálice feitos de penas amarelas e vermelhas de tucano-real e na cintura colares de contas de tucum (id. ibidem, p. 20-21).

Ainda segundo os Villas Boas, *Os Kayabi como os demais índios são criaturas alegres. Estão sempre rindo. Bem nutridos, embora não exibam musculatura, são ágeis, resistentes ao trabalho e dispostos a tudo, inclusive para a guerra* (id. ibidem, p. 40). Possuem inúmeras habilidades, além de bons agricultores, são grandes caçadores e excelentes pescadores. São também bons rumeiros, remeiros e zongadores, sabendo dominar as difíceis correntes do Teles Pires e suas cachoeiras (id. ibidem, p. 22)

Os Villas Boas abriram um campo de pouso no acampamento do Teles Pires, sendo sempre seguidos por centenas de Kaiabi, que estavam sempre dispostos a ajudar (id. ibidem, p.24). Com o propósito de atrair seus parentes isolados, os irmãos

empreenderam uma expedição ao rio dos Peixes (Tatuy). Nesta viagem foram guiados por alguns Kaiabi, entre eles Prepori, sua mulher e filho, e um velho Kaiabi que insistiu em acompanhá-los numa parte do difícil trajeto, que durou quatorze dias, sem manifestar em momento algum cansaço ou contrariedade. Em trinta e dois dias de viagem a expedição chegou ao Córrego Bonito, nas proximidades das aldeias do Tatuy, onde puderam contatar os Kaiabi isolados (id. ibidem).

A partir destes primeiros contatos os irmãos Villas Boas não deixaram mais de contar com a colaboração dos Kaiabi nas expedições de exploração, contato e atração de outras tribos arredias. Em 1951 abriram um campo de aviação na Serra do Cachimbo; em 1953 fizeram contato com os valentes Menkrangnoti nas proximidades da cachoeira Von Martius (Hemming 2000, s/n).

Em 1954 o Governo do Mato Grosso começou a vender terras no Alto Xingu e os irmãos Villas Boas reagiram fazendo protestos que repercutiram nos jornais dos grandes centros urbanos. Em 1955 o Governo Federal concedeu uma área para a criação de uma reserva indígena. Em 1957 a região do Diauarum já era habitada pelos Txucarramãe, Juruna e alguns Kaiabi, aos quais se juntaram, em 1959, os Suiá recém contatados (id. ibidem, s/n). Com o apoio de intelectuais e políticos de expressão nacional, os irmãos participaram da luta pela criação do Parque Nacional do Xingu, criado por decreto do presidente Janio Quadros, em 1961 (Bisilliat, 1995).

A criação do Parque visava cumprir dois objetivos:

Constituir uma reserva natural onde a fauna e a flora intocadas guardassem, para o futuro, um testemunho do Brasil do Descobrimento; e, sobretudo, fazer chegar diretamente às tribos da região sua ação protetora, prestando-lhes assistência e defendendo-as de contatos prematuros e nocivos com as frentes de ocupação da sociedade nacional (id. ibidem, p.33).

O Parque localiza-se ao Norte do Mato Grosso na zona de transição entre o Planalto Central e a Amazônia, uma região plana onde predominam matas entremeadas por campos, serrados e várzeas. A área é cortada pelos formadores do rio Xingu e seus primeiros afluentes (id. ibidem, p.35). Na região distinguem-se duas estações climáticas, inverno ou época das chuvas – de dezembro a abril – e verão – de maio a novembro.

Os irmãos Villas Boas não se preocuparam em transformar os índios em civilizados, mas sim em conservar sua cultura até quando fosse possível. Logo após sua

criação o Parque se viu cercado por fazendas e os irmãos Villas Boas julgaram ser melhor equipar os índios com os mesmos recursos dessas fazendas para que não se sentissem atraídos em migrar para elas. Os índios também foram preparados para se defenderem contra os possíveis invasores de suas terras (id. ibidem, 66).

III.7. O Cenário da Mudança para o Xingu

A economia da borracha e a especulação de terras foram as grandes destruidoras da nação Kaiabi, sendo responsáveis pela sua depopulação e mudança para o Xingu. Apreendendo a se defender dos ataques e falsas promessas de amizade dos brancos, os Kaiabi resistiram durante muito tempo, mas a resistência não ultrapassou os anos quarenta.

O avanço dos seringais para o norte do rio Teles Pires fez os Kaiabi do rio Verde e do alto Paranatinga recuarem. Segundo o padre Dornstauder (1983), que conhecia bem a região, a empresa seringalista Erion, que dominava todo o alto Teles Pires, expandiu-se da barra do rio Verde até o rio Peixoto de Azevedo, no médio Teles Pires, em apenas cinco anos. A cronologia da expansão desta empresa realizada por Dornstauder, sugere que, em 1950, a exploração dos seringais chega à barra do rio Verde; em 1951 a Porto Atlântico, em 1952 ao rio Pardo, em 1953 ao rio Peixoto de Azevedo, em 1954 ultrapassa o córrego Jaguaru e, em 1955 a barra do rio Peixoto de Azevedo.(id. ibidem, p.6)

As aldeias Kaiabi do rio Verde e do ribeirão do Ouro, afluente do alto Teles Pires, foram abandonadas no final da década de 1940. Os Kaiabi foram migrando para o norte, descendo o Teles Pires.

Em 1953 o Capitão Sabino foi encarregado pelo SPI de visitar as aldeias Kaiabi do Alto e Médio Teles Pires para tentar aproximar novamente estes índios, que, além de estarem ameaçados pelo avanço dos seringueiros, agora sofriam ameaças dos especuladores de terras e das empresas colonizadoras. A história desta viagem está registrada num depoimento sobre sua vida, já mencionado anteriormente. Sabino relata sua passagem por quinze aldeias Kaiabi. Partindo do PI José Bezerra, a primeira aldeia já estava abandonada, localizava-se no Córrego Eiru'wö, afluente do rio Verde, a três dias de viagem de canoa do Posto. Era chefiada pelo cacique Öwafuá, que já havia

deslocado a aldeia para o Médio Teles Pires, e depois, desistindo de mudá-la novamente, migrou para o Xingu com sua família, inclusive seu filho Mairawê, atualmente uma expressiva liderança da nação Kaiabi no Xingu. Mais 10 dias de viagem chegam ao rio dos Peixes, onde visitam 8 aldeias: Siwa'i chefiada por Öpo'fet, Öwau'pap, Tupa'wen, Taöpa'wuku, Taitö, Yaöpewi, Yöwakö'a e A'öpenun do cacique Temeoni. Retornando em direção ao Médio Teles Pires pelo córrego Yanarö (Jaguaru), visitaram mais seis aldeias. A primeira não foi nomeada, a segunda em construção, também não, nem a terceira, onde ficaram cerca de 10 dias pela ocorrência do nascimento de seu filho. A quarta era a aldeia Äwatö'i, a quinta, localizava-se nas proximidades do campo de aviação da Companhia Tupi. A sexta e última, ficava a cerca de quatro dias de viagem de canoa do PI José Bezerra, e chamava-se Owo'toropö (Sabino Kaiabi in Ferreira 1994, p. 91-97). As últimas seis aldeias deslocaram-se do Alto Teles Pires em razão do avanço dos seringalistas.

Em 1954 o Pe. Dornstauder viu algumas destas aldeias abandonadas. Em 1955, verificou a existência de 10 aldeias Kaiabi: quatro no Teles Pires, uma no córrego Jaguaru e cinco no rio dos Peixes (Tatuy). Alguns Kaiabi ainda moravam nos postos do SPI, o José Bezerra que transferiu suas instalações para o Posto Simões Lopes, no Alto Teles Pires, e para o Posto Caiabi, no baixo curso deste rio. Cerca de 40 Kaiabi já haviam mudado para o Xingu e estavam morando no PI Capitão Vasconcelos, atual Posto Leonardo Villas Boas. A população registrada aponta para 103 pessoas nas aldeias do Teles Pires, 108 nas do rio dos Peixes, 45 no PI José Bezerra, igual número no PI Caiabi e 40 no Xingu, totalizando 341 pessoas (Melia 1982, p. 489).

CAPÍTULO IV

A MUDANÇA DOS KAIABI PARA O XINGU

Os Kaiabi começaram a se deslocar em pequenos grupos para a região do Xingu a partir do início da década de cinquenta, instalando-se a princípio na confluência dos rios Arraias e Manitsaua-Missu, próximo à área habitada pelos índios Juruna (Yudjá), e mais tarde, nas proximidades do Posto Diauarum, no rio Xingu.

A história desse processo migratório não pode se desvincular do estímulo que os Kaiabi receberam dos irmãos Villas Boas, responsáveis por alertá-los do perigo que corriam se permanecessem em suas terras, nem da liderança incansável de Prepori, que, em companhia de alguns companheiros, executou a tarefa de guiar os Kaiabi do território de origem até a região do Xingu, em viagens que não duravam menos de dois meses.

Entre 1950 e meados da década de 1960 registraram-se deslocamentos de muitas famílias moradoras do rio Teles Pires para a região do Xingu. Em 1966, se deu a transferência de uma parte do grupo do rio dos Peixes. O processo migratório durou até o início dos anos setenta, quando chegou ao Parque um grupo Kaiabi procedente do rio Cururuzinho, afluente do Baixo Teles Pires, ao Sul do Pará.

Com base em histórias contadas pelos Kaiabi, relatos dos irmãos Villas Boas, registros de etnólogos e de integrantes do programa de saúde da UNIFESP-EPM no Xingu, buscou-se reconstituir a história do deslocamento desse povo para o Xingu, estabelecendo-se a cronologia a seguir, e a composição das diversas levas migratórias que se sucederam desde 1952.

Cronologia da mudança

1ª leva : Família de Prepori e outros (viajaram sós em 1952);

2ª leva: Família de Monã e seu genro Tawapã Cainã (viajaram sós, antes de 1955);

3ª leva: Família de Ewafuá (guiados por Prepori antes de 1955);

4ª leva: Família de Mearupã (guiados por Prepori entre 1955 e 1960);

5ª leva: Família de Sabino (guiados por Prepori antes de 1963);

6ª leva: Famílias do Alto Teles Pires: Uracatu, Camintai, Yuperevi, Matsi'á, Cueca, Temeanin, Moiwê, Tumacan (guiados por Prepori entre 1963 e 1966);

7ª leva: Famílias do rio dos Peixes e algumas do Teles Pires (Transferência oficial - Operação Caiabi realizada em 1966);

8ª leva: Famílias do rio Cururuzinho, Baixo Teles Pires: Capitão Joaquim Kavaivi e Cupecani (entre 1969 e 1973).

O primeiro grupo a emigrar foi o de Prepori, falecido em abril de 2001, que se tornou pajé e líder dos Kaiabi do Xingu. Filho de Jywapypinimi e Moreiuvi, Prepori nasceu nos anos vinte, numa aldeia localizada no rio Teles Pires. Era ainda pequeno quando seus pais se separaram e foi levado por Júlio Yopopinini, juntamente com sua mãe para o Posto José Bezerra, onde viveu muitos anos trabalhando para o SPI, sendo batizado e registrado com o nome de Laurentino Oliveira dos Santos. Em 1949, acusado da morte de um funcionário deste Posto, fugiu com sua mulher Keriüp Carolina e o filho mais velho Arupaiup, de 8 anos – o único que lhe restara dos mais de dez que tivera.

Na fuga, Prepori desceu o Teles Pires; pretendia dirigir-se ao Pará, para aonde alguns Kaiabi se deslocaram a partir de 1930, inclusive seu sogro. Na altura do rio Renato, um feliz acaso levou a família a encontrar os irmãos Villas Boas, que, no comando da Expedição Roncador-Xingu, tentavam fazer contato com os Kaiabi. A ajuda de Prepori, conhecedor da língua portuguesa, foi fundamental para que este contato se concretizasse. Durante a convivência que tiveram, os irmãos o convenceram a não continuar a viagem em direção ao Baixo Teles Pires. Permanecendo no acampamento da Expedição, Prepori, Pionim e outros Kaiabi acompanharam os irmãos enquanto estiveram na região. Quando estes partiram, Prepori abriu uma roça num local, que, segundo seu filho mais novo Tuiaraiup/Tuiat, chamava-se *Iatutá*, que quer dizer caramujo. Depois de algum tempo, deixou Antonio/ Moápe tomando conta da roça e foi procurar o “picadão” aberto pelos Villas Boas, o que muitos Kaiabi já haviam tentado, sem ter sucesso (Depoimento de Tuiaraiup Kaiabi 2001).

Decidido a chegar onde se encontravam os irmãos Villas Boas, Prepori gastou algum tempo procurando o caminho, já coberto por mato, sendo preciso reabri-lo. A caminhada teve início em 1951 e durou, aproximadamente, três meses até o rio Manitsauá, onde fizeram canoas para descê-lo, gastando mais um mês até o Arraias. Aí

encontraram os Juruna e quase foram atacados, sendo confundidos com os Tchukarramãe-Kaiapó. Só não morreram, porque foram reconhecidos por Daá, um índio Juruna que acompanhara os irmãos Villas Boas na exploração do Teles Pires. Foram acolhidos por estes índios, permanecendo em sua aldeia o tempo necessário para que se recuperassem do cansaço da viagem. Subiram o rio Xingu. Na região do atual Posto Diauarum, trabalhadores que mensuravam terras para colonização comunicaram-se por rádio com os irmãos Villas Boas, estes enviaram um avião com alimentos para que pudessem continuar a viagem até o Barranco Alto, nas proximidades do atual Posto Pavuru, onde foram encontrá-los. Daí seguiram em barco a motor até o Posto Jacaré, onde permaneceram alguns meses, tendo inclusive visitado as aldeias Kamaiurá e Trumai (Depoimento de Tuiaraiup Kaiabi, 2001).

Voltaram ao Teles Pires levando as novidades aos Kaiabi que aí permaneceram e decididos a mudar definitivamente para o Xingu. Plantaram uma roça nova para garantir alimentos e sementes para a viagem de mudança. Enquanto aguardavam a colheita, Prepori tratou de avisar seus companheiros que estava de mudança, conclamando-os a acompanhá-lo.

Segundo Sirawan, filho de Arupaiup e neto de Prepori, este primeiro grupo constituía-se de onze Kaiabi: Prepori, mulher e filho, Kupeyogou (Kupê) e sua mulher Kupe'i, Pionin Ywyasing, Tuim (Toim), Tuiuk e sua mulher Kujãun (pais de Maracaiá), Kuamariwá e Siowy (Depoimento de Sirawan Kaiabi 2001).

Depois deste grupo, algumas famílias viajaram sozinhas pela rota que lhes haviam ensinado, como a de Monã Moawê, viúvo, acompanhado de suas filhas Kuassi, Moareté e Cunha-up, seus genros, e de Pacú Tawapã (Cainã/ Canei), Cavei Antonio Moápe. Este último havia ficado tomando conta da roça da família de Prepori no Teles Pires.

Nesta época os irmãos Villas Boas viviam no Posto Capitão Vasconcelos, instalado, em 1946, no rio Tuatuari, e mais tarde denominado Leonardo Villas Boas. Já habituados ao trabalho nos postos do SPI, os Kaiabi incorporaram-se, sem dificuldades, às atividades do Posto.

Em 1954, uma epidemia de sarampo, que tem início no Posto Jacaré, antigo Posto da Fundação Brasil Central, no rio Culuene, próximo do Posto Indígena Capitão Vasconcelos, causou 114 óbitos numa população de 600 índios (Leão da Mota 1954).

Em meio aos doentes havia quinze Kaiabi, que trabalhavam e moravam temporariamente neste posto, muitos deles recém chegados de uma expedição ao rio Liberdade. Um relatório do general médico, Lourival Seroa da Mota, encaminhado à presidência da Fundação Brasil Central, em 1954, a respeito desta epidemia, relaciona nominalmente os índios atingidos pela doença, permitindo confirmar a presença, no Xingu, de: Prepori, sua mulher Carolina e o filho do casal, de cerca de oito anos; Moápe Antonio, sua mulher Moareté e três meninos da família: Iuatú, Aucovit e Toroau; Paiávi Kupeyogou e sua mulher Kupe'í; Taiu ou Auvit, casada com Tuiuk e sua filha Aracy; Tauá ou Toim e Evuassin, filho de Pionin, que estava sendo criado pelos irmãos Villas Boas (Seroa da Mota 1954, SPI, filme 380, fotogramas 254-272).

Dois irmãos, Kuapirom Cirilo (Coá) e Acuchi Coronel haviam sido encaminhados ao Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, para o diagnóstico de uma doença de pele que apresentavam, de aspecto crônico, conhecida como “Lepra dos Caiabi”. Esta doença foi reconhecida por Machado (1966) e Baruzzi e col. (1967) como sendo a Lobomycose ou Jorge Lobo descrita, pela primeira vez por Jorge Lobo, em 1931, em paciente procedente da Amazônia.

Depois de 1954, Prepori e sua família construíram uma aldeia no rio Arraias, próximo aos Juruna, onde plantaram muitas roças na intenção de trazer os Kaiabi que ainda permaneciam no Teles Pires. Estocados os alimentos, Prepori foi buscar a família de Ewafuá, cacique da aldeia Oja-Ãgou ou Öjanha-un, no córrego Eiru'wö, afluente do rio Verde que, desde 1953, Sabino constatara ter sido abandonada.

Mairawê Kaiabi (1981), filho de Ewafuá, nesta época ainda menino e hoje importante liderança entre os Kaiabi do Xingu, relatou que o grupo de seu pai era grande e veio para o Xingu guiado por Prepori, que já conhecia o caminho. O trajeto a ser feito a pé era longo e cansativo, sendo necessário carregar as crianças e seus pertences, que incluíam alimentos, mudas e sementes. Quando a comida terminou, prosseguiram comendo o que coletavam, caçavam e pescavam. Ao chegarem às margens do rio Manitsauá-Missu, enquanto construíam canoas para descê-lo, muitos desistiram de continuar a viagem e retornaram. O grupo, como fizera o de Prepori, também plantou roça e construiu aldeia no Arraias, os Juruna ajudaram com alimentos e sementes enquanto as roças não produziam. Ai permaneceram alguns anos, mudando-se para a aldeia de Mearupã, irmão de Ewafuá, nas proximidades do Diauarum, por

ocasião da morte deste último, talvez no início dos anos sessenta (Mairawê Kaiabi 1981).

Segundo o que foi possível apurar, este grupo era composto do cacique Ewafuá, sua mulher Poan, seus filhos Tapiocap, Cami Uawaru e Marawê, a filha Cunha-etê, Tauaxin (Tauaxi) e Conaxin (Conin), Koaí e suas famílias.

Com a ajuda de Tapiocap e de outros Kaiabi, Prepori foi buscar a família do irmão de Ewafuá, trazendo cerca de quinze pessoas: Mearupã, sua mulher Recatô e o filho Chiravé; Iarawê, sua mulher Coarman, o filho Cupiá, a filha Iruá/Djuruá, o genro Cuiabano; Aucussin e a mulher, Cuat; Cianvu e a mulher, Tamé; Ipó, casado com Ruiupit, filha de Cuiabano e de mãe falecida; e Tuairi/Tacap Mocaiaí.

Em 1955, os Kaiabi estavam ainda muito dispersos. Conforme estimativa do padre Dornstauder, a população Kaiabi naquele ano era de 341 pessoas, distribuídas entre as aldeias dos rios Teles Pires, dos Peixes e Xingu, e os postos José Bezerra e Caiabi do SPI. Havia alguns Kaiabi no Posto Indígena Fraternidade, em Barra dos Bugres, e muitos dispersos em seringais, não incluídos nesta contagem, conforme tabela a seguir.

Tabela 4 - População Kaiabi em 1955

Localização	Número
Postos Índigenas - SPI	90
Posto Indígena Caiabi	45
Posto Indígena José Bezerra	45
Aldeias no Teles Pires	103
Puruta'i	47
Sabá	12
Mõauô Cuiabano	12
Capitão Luiz França Tarari	20
Purukatu	12
Aldeias Rio dos Peixes	108
Temeoni	33
Kwasiari	31
Yuruna'i	19

Yurupanyé	14
Mya'co	11
Xingu	40
TOTAL	341

Fonte: Dornstauder, apud Meliá, 1982

Prepori disse a seu filho Tuiaraiup que no Xingu havia muito trabalho e por isso decidiu ir buscar Sabino para ajudar. Este, depois de abandonar o Posto José Bezerra, estava morando no Teles Pires, nas proximidades do rio Renato, e trabalhava para a empresa seringalista de Renato Spinelli como vigilante e transportador de seringas para o barracão. Segundo depoimento do próprio Sabino, à Mariana Kawall (1994), foi o padre Dornstauder quem forneceu o seu paradeiro a Prepori e aos irmãos Villas Boas, durante uma visita que fez ao Xingu. Prepori, Ipó e outros companheiros foram buscá-lo, sendo preciso muito tempo para convencê-lo. A viagem até a barra do rio Arraias, onde Prepori morava, durou aproximadamente dois meses. Durante o percurso, Sabino desistiu várias vezes de prosseguir a viagem. E, se não fosse a astúcia e perseverança de Prepori, que chegou a confiscar sua rede, adiantando-se em sua canoa, e os conselhos de sua mulher para que o seguissem, a mudança não teria se concretizado.

A aldeia de Prepori, no Arraias, era o ponto de chegada dos migrantes Kaiabi à região, tendo servido durante muito tempo como “hospedaria dos índios”. Nela, os Kaiabi que chegavam à região permaneciam o tempo necessário para se recuperarem do cansaço da viagem e aguardarem um barco à motor que os levaria ao Diauarum, onde eram recebidos e acomodados pelos Kaiabi, com a ajuda dos irmãos Villas Boas.

Ao chegar, Sabino se decepcionou com o que viu, julgou ter sido iludido por Prepori e arrependeu-se da decisão. Mas, aos poucos, foi se acostumando a viver no Xingu. Contribuiu, como muitos outros Kaiabi, para que os irmãos Villas Boas pudessem concretizar seus projetos e administrar o Parque, participando de diversas atividades, como: abertura de um campo de pouso nas imediações da aldeia dos Txucarramãe, construção de instalações do Posto Leonardo e preparo de roça para abastecê-lo. Com outros Kaiabi, integrou frentes de atração, como a dos índios Arara, no Pará, quando grassava uma epidemia de sarampo entre estes índios, e dos Kre-

Akrore, dispersos no rio Peixoto de Azevedo, cujo contato tornara-se premente com o início da abertura da BR-80, que iria cortar o território tribal.

Os Kaiabi foram, paulatinamente, se mudando para a região do Posto Diauarum, criado, oficialmente, em 1960. Mário Simões, etnólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, pesquisou estes índios, durante sua permanência no Parque do Xingu em 1963, identificando-os, juntamente com os Txicão do rio Batovi, os Juruna e os Suiá, como “grupos marginais à área cultural do Alto Xingu” (Simões 1966). Na ocasião, Simões identificou quatro famílias extensas Kaiabi, residindo em pequenas aldeias na região do Posto Diauarum, descrevendo-as como segue:

- 1- Aldeia Ilha Grande, ou Ypó-oum, da família de Sabino, localizada bem próximo ao Posto Diauarum, na margem esquerda do rio Xingu, beirando uma lagoa, onde outrora existia uma aldeia Suiá;
- 2- Aldeia da Lagoa, ou Yá-kaim, da família de Monã, também próxima a uma lagoa, na margem esquerda do rio Xingu, a 45 minutos de barco a motor a partir do Posto Diauarum e mais 15 minutos de caminhada;
- 3- Aldeia do Pau Grosso, ou Yong-wet, localizada à beira de outra lagoa, situada a cerca de uma hora de caminhada a partir da margem esquerda do rio Xingu, em frente ao Posto Diauarum, onde morava a família de Mearupã;
- 4- Aldeia Lagoa Grande, ou Ipiaú, de Prepori, também situada próximo à uma lagoa, distando cerca de uma hora do Posto Diauarum, em barco a motor, descendo o rio Xingu e mais meia hora de caminhada (id ibidem, p.20)

Como todos os visitantes das aldeias Kaiabi são unânimes em afirmar, Simões também encontrou entre estes índios, roças fartas, que incluíam, além dos tradicionais produtos por eles cultivados, uma produção incorporada da cultura nacional, como arroz e algumas frutas antes não cultivadas por eles (id. ibidem p. 22).

Além dos moradores destas 4 aldeias, havia outros Kaiabi, que viviam e trabalhavam nos postos Diauarum e Leonardo, totalizando 126 pessoas (id. ibidem). Simões observou que estes primeiros grupos do Teles Pires já mantinham intenso contato com a sociedade nacional, possuindo certo domínio da língua portuguesa, principalmente os homens jovens e adultos, e alguns hábitos civilizados. Por isso, desde sua chegada, foram hábeis colaboradores dos irmãos Villas Boas na administração do

Parque (id. ibidem). Em 1965, a administração do Posto Leonardo contava com Pionim, que cuidava da comida, das máquinas e do rádio, e de Cirilo, que coordenava a limpeza, construção de ranchos e roça (Gonçalves 1996, p. 283-284).

Os Kaiabi que ainda viviam no Teles Pires foram sendo pressionados pela expansão dos seringalistas e mudando suas aldeias para o médio curso deste rio. Porém, quanto mais recuavam, maior era o avanço dos seringalistas. Grande parte deles trabalhava como mateiro ou na extração da borracha, que já era feita “dentro da aldeia”, como afirmou Camintai, hoje chefe da aldeia Cururu no Xingu. Na região do Teles Pires, nas proximidades da morada de Camintai, havia quatro aldeias, onde quase todos os moradores morreram atingidos por uma epidemia de sarampo (Depoimento de Camintai Kaiabi 2000).

Prepori contou a Edilson Martins, em entrevista publicada no jornal O Pasquim, em 1978, que os irmãos Villas Boas lhe pediram para reunir seu povo e planejar uma fuga da escravidão a que estavam submetidos por seringueiros, gateiros e forasteiros, alertando-o para o perigo que representava o relacionamento dos índios com os seringueiros. Prepori confiava nos Villas Boas, mas julgava ser grande a responsabilidade de pedir a seu povo que seguisse um civilizado, pois, em suas palavras: “E se fosse trapaça? Civilizado vive fazendo trapaça” (Martins 1982, p.257). Além disso, os irmãos não ofereciam roupas, sal, açúcar, fumo e cachaça, como os demais civilizados. A tarefa a ser enfrentada era difícil, mas, Prepori, tentou convencer a todos os Kaiabi; muitos discordavam dele, não vendo os seringueiros como inimigos (id. ibidem.)

Percorrendo as aldeias do Teles Pires para conversar com cada “capitão” e apontar para os perigos que corriam, Prepori e seus companheiros, Tavo e Porao, sofreram ameaças de seringueiros armados que dominavam os Kaiabi e tentavam impedir que viajassem sem pagar suas “dívidas” no barracão. A transcrição de uma passagem da mencionada entrevista de Prepori a Martins (1978) ilustra a situação em que estavam envolvidos os Kaiabi e o clima tenso de suas relações com os seringueiros:

Todo povo Caiabi trabalhava na seringa, prá seringalista e seringueiro. E não recebia dinheiro. Apenas roupa e bebida. Depois, quando índio bebia, usavam mulher, filha de índio. Índio depois acordava triste, sabendo de tudo, e fazendo que não sabia. Não valia a pena lutar contra eles. Índio já estava desmoralizado, desunido. Quem resistia, morria. Então não valia a pena (p. 257).

Entre os Kaiabi que Prepori conduziu para o Xingu havia, também, velhos, mulheres e crianças que “*nunca poderiam ter sido deixados nas mãos de seringueiros, porque Caiabi gosta muito da família*” (id. ibidem). Os irmãos Villas Boas, acompanhados do fotógrafo Gezco von Putkamer e de alguns Kaiabi, os aguardavam no Manitsawá-Missu. A marcha foi difícil, durou cerca de dois meses. Era inverno, chovia muito. Embora fossem muitos, precisavam andar muito depressa e sem deixar sinal para não serem alcançados pelos jagunços dos seringalistas. Conseguiram levar 68 Kaiabi para o Xingu, embora Prepori lamentasse os irmãos que ficaram, que, em suas palavras, “*tão mais escravo ainda*” depois da fuga do grupo (id. ibidem). Esta leva compunha-se das famílias de Uracato, Yuperevi, Matsi’á, Cueca, Temeanin, Camintai, Moiwê, Tumacan, entre muitos outros.

Os Kaiabi do rio dos Peixes também não foram poupados dos contatos com colonos, seringueiros e garimpeiros interessados em suas terras, do contágio por doenças infecciosas e do desrespeito às suas mulheres. Em 1960, quando quase todos os Kaiabi do alto e médio Teles Pires já haviam mudado para o Xingu, aos Kaiabi do rio dos Peixes restava a alternativa de serem tutelados pela Missão Anchieta. Neste ano, o padre Dornstauder instalou o Posto Tatuê na cabeceira deste rio, onde alguns Kaiabi foram catequizados e alfabetizados e outros enviados a Utiariti, o colégio da Missão.

Em 1966, os Kaiabi pediram ajuda aos irmãos Villas Boas para levar seus parentes do rio dos Peixes para o Xingu, a fim de salvá-los do avanço da sociedade nacional. A expedição oficial de resgate, denominada *Operação Caiabi*, foi comandada por Cláudio Villas Boas e integrada por sete Kaiabi que conheciam bem a área: Prepori, Ipó, Coá, Tapiocap, Meaui (Cuiabano), Iput e Toim; por onze paraquedistas da Força Aérea Brasileira (FAB), que na época caracterizavam-se como tropa de elite especializada em salvamentos e dois jornalistas Carlos Azevedo e Luigi Mamprin, da revista Realidade (Azevedo e Mamprin, 1966).

Um avião da FAB partiu do Posto Diauarum, em setembro deste ano, para localizar o campo de pouso aberto pelos irmãos Villas Boas com a ajuda dos Kaiabi, em 1949, a 350 Km a oeste do Parque, por ocasião da exploração da região do rio Teles Pires. Os paraquedistas da FAB saltaram para reabrir este campo e prepará-lo para a descida do avião, que voltou duas semanas depois com os integrantes da expedição (id. ibidem).

A primeira aldeia, a do capitão Temeoni/Pitai, ficava a 40 km do campo de pouso, distância que a expedição levou quatro dias para percorrer. Durante o trajeto, os índios abriram caminho em meio à densa floresta, construíram jangadas para enfrentar as águas do rio dos Peixes, caçaram, pescaram, coletaram mel e frutos que ajudaram a alimentar a expedição (id ibidem) Nesta aldeia moravam 19 pessoas: o velho chefe Temeoni/Pitai e sua jovem mulher Moi; Cupeap, filho viúvo de Pitai, com sua filha de 3 anos e um filho mais velho; Moreirum, o pajé Tamacai e 3 crianças; Tabá, mulher e dois filhos, mais algumas crianças e o jovem órfão Inavé/Balduino, que, ainda pequeno, foi levado para Utiariti, onde permaneceu 7 anos, aprendeu o português e esqueceu sua língua (id. ibidem).

Guiados por Inavé, Ipó, um paraquedista e um dos jornalistas que cobriram a expedição, viajaram para a segunda aldeia a fim de convidar seus moradores a se mudarem para o Xingu. O trajeto, a pé e de canoa, demorou treze dias para ser percorrido. Durante o percurso encontraram alguns Kaiabi que procuravam mudas de mandioca, entre eles Canísio, que mais tarde se juntou ao grupo que foi transferido para o Xingu (Kaiabi Canisio 1994, p.76).

Ao chegar à aldeia, situada junto ao Posto Tatuy, foram recebidos por George Grünberg, etnólogo austríaco, autor de célebre monografia sobre os Kaiabi, que realizava trabalho de campo. Ele relatou aos jornalistas que havia 11 rapazes e moças estudando em Utiariti, onde também viviam algumas famílias Kaiabi; três moças haviam fugido com seringueiros e dois homens haviam se mudado com suas famílias para a região do rio Juruena para trabalhar na extração da borracha (Azevedo e Mamprin 1966).

Grunberg decidiu acompanhar a expedição e, em seis de outubro, quando chegou à aldeia de Temeoni em companhia de alguns Kaiabi, todos os seus moradores já haviam seguido para a pista de pouso para aguardar o avião que os levaria ao Xingu. O etnólogo caminhou sozinho durante três dias para encontrar o grupo, chegando a tempo de embarcar num dos vôos que levou os Kaiabi para o Xingu. Permaneceu aproximadamente três semanas no Parque, dedicando-se a visitar as aldeias Kaiabi e os postos Diauarum e Leonardo e a recensear seus moradores (Grunberg s/d, p.4-5).

Nessa operação 44 Kaiabi foram transferidos para o Xingu, sendo 31 moradores do rio dos Peixes e 13 do Teles Pires. Segundo Grünberg, 20 Kaiabi permaneceram no

Posto Tatuë para salvaguardar as sepulturas dos parentes e garantir a posse de suas terras, que já estavam sendo mensuradas para projetos de colonização. Da aldeia do capitão Temeoni todos (19) foram para o Xingu (Grunberg, s/d, p.5). Tradicionalmente bons anfitriões, para recepcionar seus parentes do rio dos Peixes, os Kaiabi do Xingu estocaram alimentos durante meses, prepararam comida, arrumaram as casas e os receberam com festa no Posto Diauarum – a cerimônia do Jawaci, que em outros tempos era organizada para comemorar as conquistas contra tribos inimigas e contra os brancos.

Segundo Grünberg (s/d), a mudança de Temeoni e seu grupo para o Xingu legitimou a mudança dos Kaiabi para a região. A este respeito, o etnólogo afirma:

Exclusivamente em consideração a ele (Temeoni), Ipepuri tomou todas iniciativas possíveis no Xingu, a fim de transferir o grupo de Temeoni do rio dos Peixes para o Parque Nacional, pois a presença de Temeoni e o seu prestígio legalizavam a migração, já realizada de fato, da maioria dos Kaiabi para esta nova área (p.6).

Ainda segundo este autor, diversos fatores provocaram a mudança dos Kaiabi para o Parque do Xingu:

- 1) *A forte pressão étnica no seu próprio habitat, exercida por seringueiros e que apenas se efetivou dada a falta – ou o não funcionamento – das instituições de proteção aos índios;*
- 2) *A disposição cultural predeterminada dos Kayabí, de mudar-se para uma nova área;*
- 3) *A personalidade de Ipepori do lado dos Kayabí, que uniu a tribo como um chefe carismático, e principalmente a de Cláudio Villas Boas do lado brasileiro, que estabeleceu as bases organizatórias para a migração dentro da ordem jurídica e social brasileira (id. ibidem, p.53).*

Ainda hoje, os Kaiabi do rio dos Peixes lamentam com frequência ter precisado abandonar suas terras, seus mortos, a matéria prima apropriada para o trançado de suas magníficas cestarias, a madeira para a confecção de seus arcos e flechas, as espécies animais e vegetais que não encontram na natureza xinguana (Kaiabi Canisio 1994, p.72-83). Fizeram inúmeras vezes projetos de retorno ao território ancestral. Alguns chegaram a concretizá-los, mas poucos o fizeram definitivamente. Se consolam ao verem suas famílias crescendo e garantidas as terras em que vivem.

A região do Xingu localiza-se em região de transição ecológica, onde o clima é mais seco, a floresta é mais pobre em elementos de importância econômica, comparada à região dos rios Teles Pires, Arinos e dos Peixes (ISA 2000). A mudança dos Kaiabi para esta região acarretou a perda de acesso a importantes recursos vegetais não presentes no Xingu, como o cacau (*Theobroma cacao*), o açaí (*Bertholletia excelsa*), o patauá (*Oenocarpus bataua*), a castanha-do-Pará (*Euterpe precatoria*), que se destacavam na alimentação e na confecção de objetos rotineiros dos Kaiabi (id. ibidem, p.32-35). Outros vegetais como a siriva (*Bacytis macana*), madeira resistente e flexível com a qual confeccionavam seus arcos, bordunas e fusos para fiar algodão; o arumã (*Ischnosiphon spp*) ou *aruyp*, em língua Kaiabi, utilizado na confecção das peneiras, empunhaduras das bordunas, do jamaxin (cesto de viagem), e de outros artefatos da arte da cestaria, cujos desenhos são tão variados e apreciados; o taquari ou taboca (*Gradua sp*) empregado na confecção de flechas de caça (id. ibidem).

Entre 1969 e 1973 chegaram novas famílias Kaiabi ao Xingu, que a partir de 1930 haviam emigrado para o Baixo Teles Pires e se estabelecido no rio Cururuzinho, ao sul do Pará. As famílias de Xupé, Kaipá e Piauí integravam o grupo de aproximadamente 20 pessoas, que chega ao Xingu em 1969, assim como a do Capitão Joaquim Kawaiwi, que pouco depois retorna à aldeia do Cururuzinho. Em 1973 chega o grupo de Cupekani, Maracaiá e Meawô Pará, completando assim, um processo migratório de cerca de vinte anos de duração. Em realidade, as idas e vindas dos Kaiabi do Teles Pires e rio dos Peixes para o Xingu e vice-versa nunca cessaram. Nos trinta anos que se seguiram, os Kaiabi continuaram se deslocando em pequenos grupos para visitar os parentes, como outrora o faziam no imenso território em que habitavam. As visitas ao Xingu também são frequentes.

A evolução do processo migratório dos Kaiabi para o Parque do Xingu, pode ser acompanhada na Tabela 5, na qual estão agrupadas estimativas do padre Dornstauder, Mário Simões e Georg Grünberg. Estes dados mostram que o período 1955/1963, em comparação aos demais, foi marcado por uma maior intensidade migratória, resultando num acréscimo líquido de 86 pessoas, considerando-se os nascimentos e óbitos, além da chegada de imigrantes, ocorridos durante estes 8 anos. No período 1963/1966, antes da chegada ao Xingu dos Kaiabi transferidos dos rios dos Peixes e Teles Pires, o aumento

líquido foi de 9 pessoas, que somadas às 44 transferidas em 1966, resultam numa população de 179 Kaiabi.

Tabela 5 - Estimativas da população Kaiabi no Xingu entre 1955 e 1966

Anos/ Autores		População
1955	João Evangelista Dornstauder	40
1963	Mário Simões	126
1966	Georg Grünberg Antes da transferência dos Kaiabi do rio dos Peixes	135
1966	Georg Grünberg Depois da transferência dos Kaiabi do rio dos Peixes	179

Fontes: Grünberg s/d e Simões 1963

Por ocasião da visita de Grünberg ao Xingu, em 1966, os 135 Kaiabi moradores da região estavam distribuídos em 7 aldeamentos de famílias extensas, próximos ao Posto Diauarum, havendo alguns índios no Posto Leonardo e dois com os Juruna. Aos chegarem seus companheiros do Tatuy e do Teles Pires, a população somava 179 pessoas, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Recenseamento dos Kaiabi no Parque Indígena do Xingu em 1966

Localidades	Masculino	Feminino	Crianças	TOTAL
Ipepori	6	6	10	22
Aukupiat	4	3	4	11
Uirakato	4	4	8	16
Moavi	2	3	2	7
Minan	4	2	8	14
Cupê	5	4	6	15
Moarupã	7	7	14	28
P.Diauarum	3	0	0	3
P. Leonardo	11	1	5	17
Morando com os Juruna	2	0	0	2
Total	48	30	57	135
Imigrantes do Teles Pires	4	4	5	13
Imigrantes do Tatuë	10	5	16	31

Total	14	9	21	44
Total Geral	62	39	78	179

Fonte: Grünberg, G. 1966, Relatório à 6ª Inspeção do SPI, Cuiabá.

O próximo capítulo, dedicado à análise da dinâmica demográfica dos Kaiabi do Xingu, entre 1970 e 1999, fará novamente referências às migrações dos Kaiabi, enfatizando os movimentos internos entre suas aldeias e as de outros povos moradores do Parque.

CAPÍTULO V

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS KAIABI DO XINGU ENTRE 1970 E 1999

O presente capítulo tem por finalidade analisar o comportamento demográfico dos Kaiabi moradores do Parque Indígena do Xingu, entre os anos de 1970 e 1999. Nele estão consolidados os principais resultados de um esforço de pesquisa empírica voltado para a reconstrução numérica da população em todos os anos deste período, visando estimar seus parâmetros demográficos, e de reflexão analítica para compreender os nexos da dinâmica populacional em si e a sua relação com o processo histórico e cultural dessa população. As análises desenvolvidas refletem, também, as dificuldades e dúvidas inerentes ao tratamento dos dados e à construção de indicadores demográficos para populações pequenas, tais como as populações indígenas.

Considerando o exposto, o capítulo se desenvolve em dois planos. No primeiro realiza-se uma análise demográfica *stritu sensu*, apoiada nos principais parâmetros demográficos, identificando-se as tendências e padrões de crescimento e os efeitos que resultam da interação das variáveis componentes da dinâmica demográfica sobre a estrutura etária. Esta análise inclui o comportamento, tanto das variáveis responsáveis pela reprodução biológica da população – mortalidade e fecundidade, como dos fluxos migratórios internos e externos ao Parque do Xingu, visto que as modificações no tamanho e na estrutura das populações resultam da interação do comportamento de todas estas variáveis. Sendo a dinâmica demográfica definida pela interação de variáveis demográficas e culturais, o segundo plano de análise busca compreender e interpretar o significado das tendências e padrões demográficos encontrados à luz de informações sobre a organização social e o processo histórico vivido pelo povo Kaiabi. As interpretações apoiam-se, também, em estudos demográficos de outras populações indígenas, existentes na literatura já comentada no capítulo introdutório desta investigação.

As populações indígenas têm, em geral, um número restrito de indivíduos e as estimativas de seus indicadores são caracterizadas por flutuações causadas pelo efeito de pequenas variações absolutas, que se convencionou chamar de *volatilidade demográfica* (Early e Peters 1990). Para contornar estas flutuações, evitou-se, quando possível, estimar indicadores anuais, dando preferência a períodos de tempo mais longos, como quinquênios e decênios, utilizando-se a frequência dos eventos acumulados nos períodos considerados.

Estão excluídos das estimativas dos indicadores demográficos, os Kaiabi casados com índios de outras tribos moradoras do Parque e integrados às famílias de seus cônjuges. Este critério foi definido em razão das dificuldades que advêm da necessidade de controlar variáveis explicativas dos padrões demográficos e que implicam no conhecimento de padrões culturais das sociedades indígenas às quais estão integrados.

V.1. Tendências de Crescimento da População

Os Kaiabi organizam-se em *famílias extensas*, definidas como *famílias nucleares* ou como a reunião de pais e filhos, ampliadas pelo casamento dos filhos. Em 1970, os Kaiabi do PIX eram 204: 117 homens e 87 mulheres, distribuídos conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – População Kaiabi do PIX, por sexo, segundo grupo local de Moradia em 1970.

Grupos Familiares e Postos Indígenas	Masculino	Feminino	Total
Pitai/Temeoni, Cainã, Cupiá	25	23	48
Prepori	19	8	27
Uracato, Xupé, Massiá, Iuperevi	17	14	31
Cuiabano, Aucussin, Iaravé	11	8	19
Mearupã, Cupé, Chiravé	10	7	17
Cainã, Tawapã, Iupori, Camintai	6	5	11
Moela e Mona	9	9	18
População das aldeias	97	74	171
Posto Indígena Leonardo (Sabino)	3	3	6
Posto Indígena Diauarum (Ipó, Piauí, Tumacan e Mairawe)	17	10	27
TOTAL	117	87	204

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

Em 1970, nove Kaiabi já viviam integrados às famílias de suas esposas não-Kaiabi. Neste ano, ainda não havia mulheres casadas com homens de outras tribos do Parque. Estes índios estavam entre os pioneiros da imigração no Xingu e participaram ativamente das atividades de administração do Parque e de expedições de pacificação de outros povos organizadas pelos irmãos Villas Boas, tendo sido repetidas vezes mencionados na presente investigação. São eles: Pionin, que se casara com uma mulher Trumai; Cirilo, unido à uma Aweti; Meao/Siquito e Tumassagué, casados com índias Txicão (Ikpeng); Conin, Tavo e Tauaxi, casados com mulheres Juruna (Yudjá); Antônio e Inavé, casados com mulheres Suyá. Estes Kaiabi juntamente com suas mulheres e filhos totalizavam, nesse ano, cerca de 30 pessoas, que estão excluídas da contagem da análise demográfica.

Em 1999, os Kaiabi viviam em onze aldeias e nos postos de vigilância Tuiuí e Rio Preto e no Posto Indígena Diauarum. Reunidos, somavam 758 indivíduos. Tuiararé, a aldeia que leva o nome do criador dos Kaiabi, era a mais populosa em 1999, reunindo 186 indivíduos e sendo seguida da aldeia Capivara com 110 habitantes. Por ordem de magnitude, à estas se seguiam as aldeias Cururu, Maracá, Sobradinho e Guarujá, onde viviam de 50 a 90 pessoas; Ilha Grande e Itai, com 24 e 32 habitantes, respectivamente; e, Arraia, Barranco Alto e Piraçu, localidades que possuíam apenas habitações de famílias nucleares. A Tabela 8 mostra a distribuição da população Kaiabi nesse ano, segundo grupo local de moradia e chefes de famílias extensas ou aldeias.

Tabela 8 – População Kaiabi do PIX, por sexo, segundo aldeia de moradia em 1999.

Aldeias e Postos	Chefes/famílias Kaiabi	M	F	Total
Arraia	Kave/Romário	3	4	7
Barranco Alto	Kuatirá	4	10	14
Capivara	Kopenhanin/Iefuká	56	54	110
Cururu	Kamintai	43	47	90
Guarujá	Prepori/Tuiaraiup	26	30	56
Ilha Grande	Piauí	13	11	24
Itaí	Takapenhanin	13	19	32
Maracá	Cuiabano/Eeut	38	40	78
Piaraçu	André	4	1	5
Sobradinho	Chiravé/Djuami	26	33	59
Tuiararé	Passiuba/Muatari	90	96	186
PIV Rio Preto e Tuiuiu	Djawariu (filho de Sabino) e outros	12	14	26
Posto Indígena Diauarum	Mairawe, Mocaiaí, Tapaiê, Atô, Oropti Toim, Macupá e Maiaratá	41	30	71
TOTAL		369	389	758

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

Integrados aos Juruna, Suiá, Txicão, Trumai e Txucarramãe, havia, em 1999, 14 homens e 2 mulheres Kaiabi, que, com seus filhos, totalizavam 95 pessoas. Somados aos 758 moradores das aldeias Kaiabi totalizavam 853 indivíduos. Esta população não moradora de aldeias Kaiabi, foi excluída da análise demográfica, como já afirmado.

V.1.1. Componentes do crescimento populacional

Em trinta anos, a população Kaiabi do PIX cresceu de 204 para 758 habitantes, sendo o crescimento médio anual do período de 4,5% ao ano. Contribuíram para este importante crescimento populacional, o elevado número de nascimentos e o reduzido número de mortes, sendo a migração fator irrelevante ao longo do período 1970-99, quando os movimentos de entradas e saídas do Parque e entre as aldeias Kaiabi e as de outros povos moradores do Xingu foram constantes, mas, insignificantes numericamente.

A tabela 9 apresenta o movimento da população Kaiabi, por sexo, segundo eventos demográficos durante esse período. Os nascimentos (640) e os óbitos (98) registrados entre 1970 e 1999, no conjunto da população, resultaram num saldo

vegetativo absoluto de 542 pessoas, sendo responsável por 96,3% do crescimento populacional.

O número de imigrantes (40) superou o de emigrantes (19), resultando num saldo migratório positivo de 21 pessoas, entre 1970 e 1999, que contribuiu com apenas 3,7% do crescimento populacional.

O conjunto do movimento de entradas e saídas da população por nascimentos, óbitos e migração, entre 1970 e 1999, resultou num crescimento líquido de 563 pessoas, ou 2,7 vezes a população inicial.

Neste período nasceram mais crianças do sexo feminino (328) do que do masculino (312), como se observa nos dados das tabelas 4 e 5. Mas, no conjunto da população, morreram mais homens (61) do que mulheres (37). Estas diferenças ao nascer e ao morrer, por sexo, resultaram num saldo vegetativo maior para o sexo feminino (291) do que para o masculino (251). A análise da mortalidade, da natalidade e da composição por sexo da população contemplará a avaliação destas diferenças.

O saldo migratório foi positivo, mas irrelevante para ambos os sexos, embora tenha sido maior no sexo feminino (18) do que no masculino (3), podendo ser quase que exclusivamente relacionado às uniões matrimoniais.

Tabela 9 - Movimento da População Kaiabi do PIX, segundo eventos demográficos, 1970-1999.

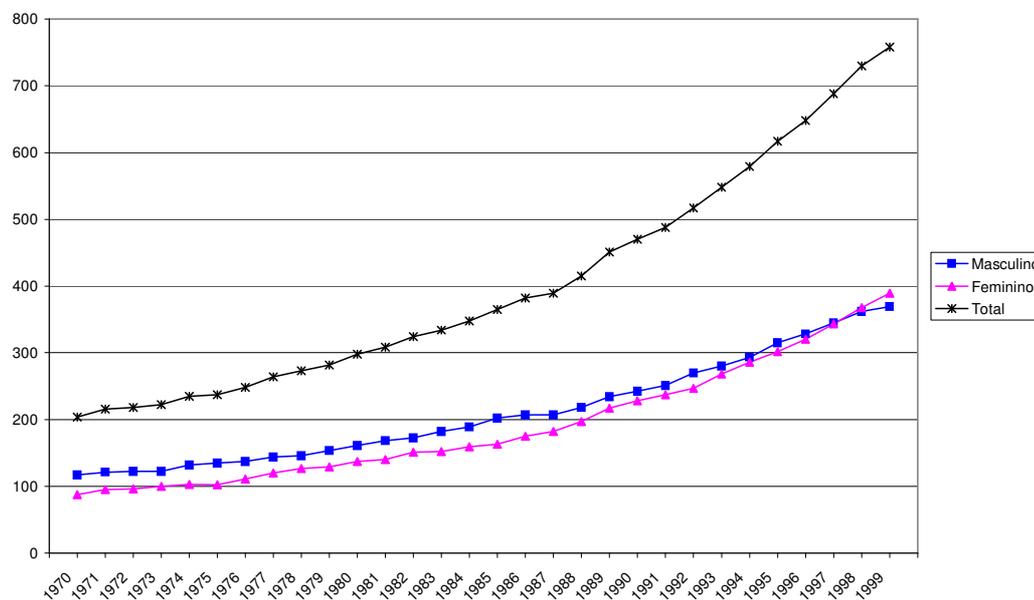
Eventos Demográficos	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	TOTAL
Ambos os sexos							
População do início do período	195*	235	282	348	451	579	
Nascimentos do período (+)	43	68	82	109	141	197	640
Óbitos do período (-)	14	19	15	20	18	12	98
Saldo Vegetativo	29	49	67	89	123	185	542
Imigrantes (+)	13	0	0	15	9	3	40
Emigrantes (-)	-2	-2	-1	-1	-4	-9	-19
Saldo Migratório	11	-2	-1	14	5	-6	21
Crescimento Absoluto	40	47	66	103	128	179	563
População do final do período	235	282	348	451	579	758	
Sexo Masculino							
População do início do período	115	132	153	189	234	293	
Nascimentos do período (+)	21	37	45	50	71	88	312
Óbitos do período (-)	9	14	8	11	12	7	61
Saldo Vegetativo	12	23	37	39	59	81	251
Imigrantes (+)	5	0	0	6	2	0	13
Emigrantes (-)	0	-2	-1	0	-2	-5	-10
Saldo Migratório	5	-2	-1	6	0	-5	3
Crescimento Absoluto	17	21	36	45	59	76	254
População do final do período	132	153	189	234	293	369	
Sexo Feminino							
População do início do período	80	103	129	159	217	286	
Nascimentos do período (+)	22	31	37	59	70	109	328
Óbitos do período (-)	5	5	7	9	6	5	37
Saldo Vegetativo	17	26	30	50	64	104	291
Imigrantes (+)	8	0	0	9	7	3	27
Emigrantes (-)	-2	0	0	-1	-2	-4	-9
Saldo Migratório	6	0	0	8	5	-1	18
Crescimento Absoluto	23	26	30	58	69	103	309
População do final do período	103	129	159	217	286	389	

Fonte de dados brutos: USMA – UNIFESP/EPM

Como resultado desta conjugação de variáveis, o crescimento líquido da população feminina (309) representou 3,5 vezes o seu efetivo inicial e o da população masculina (254) 2,2 vezes a população inicial deste sexo.

A Figura 10 mostra a evolução do tamanho desta população entre os anos 1970-1999.

Figura 10 - População Kaiabi do PIX por sexo e ano, 1970-1999



A Tabela 10 mostra a população Kaiabi entre 1970-1999 e as taxas de crescimento médio anual por períodos de cinco, dez e trinta anos. Estes dados mostram que o crescimento da população foi progressivo, sendo mais acelerado na década de 1990.

Tabela 10 - População Kaiabi do PIX e taxas médias de crescimento anual.

Anos	População	Taxas Médias de Crescimento (%)		
		5 anos	10 anos	Total
1970	204			
1974	235	2,87	3,29	
1979	282	3,71		
1984	348	4,30	4,81	4,47
1989	451	5,32		
1994	579	5,12	5,33	
1999	758	5,54		

Fonte de dados brutos: USMA - UNIFESP/EPM

O ritmo de crescimento da população e o peso relativo de seus componentes vegetativo e migratório determinaram a velocidade das transformações da estrutura etária, que será analisada a seguir.

V. 2. Estrutura da População

A composição por idade e sexo de uma população representa a estrutura adquirida ao longo de seu processo de reprodução, o qual determina a manutenção ou substituição de seus membros. O rejuvenescimento, o envelhecimento ou a manutenção de uma estrutura populacional resultam da intensidade e do padrão de reprodução demográfica experimentados pela população durante um longo período de tempo.

Ao tomar-se como ponto de partida desta análise a estrutura da população em 1970, considerou-se que ela reflete uma população em situação de “excepcionalidade” (Howell 1986). Como nem todos os Kaiabi que viviam nas aldeias dos rios dos Peixes e Teles Pires migraram para a região do Xingu e, como os níveis de mortalidade no período de contato foram, sem dúvida, muito elevados, a população presente no Xingu em 1970 resulta da absorção das gerações que sobreviveram aos contatos travados desde o início do século XX com as frentes de expansão.

Desde o início da imigração dos Kaiabi para o Xingu, até 1970, quase duas décadas se passaram e pouco se conhece sobre o seu comportamento reprodutivo e suas condições de saúde e de sobrevivência neste período. Como ocorreu com outros povos indígenas em situação de mudança de território, os Kaiabi passaram por um período de adaptação ao novo ambiente. Além disso, os casamentos limitados por fatores demográficos, como o pequeno número de parceiros prescritos na população e o respeito às regras de parentesco podem ter inviabilizado uniões e comprometido os níveis de fecundidade. Todas essas questões, colocadas aqui como ressalvas, serão retomadas oportunamente.

A análise da composição por idade e sexo desta população e de suas tendências no período estudado contempla os seguintes indicadores: proporções de população por grandes grupos de idade, definidos em função da composição jovem das populações indígenas, como, de 0 a 14, de 15 a 49 e de 50 anos e mais; medidas de tendência central - a média de idade e a idade mediana, por sexo; distribuição relativa da

população por grupos de idade e sexo, que definiu a construção de pirâmides etárias para quatro momentos diferentes; e razões de sexo.

V.2.1. Composição por idades

As estruturas etárias da população Kaiabi, detalhadas em grupos quinquenais de idades e representadas em forma de pirâmides para os anos de 1970, 1979, 1989 e 1999, estão presentes na figura 11. Embora bastante irregular, o contorno destas pirâmides ilustra o processo de transição de um regime demográfico de altos níveis de mortalidade e de natalidade, e portanto de estabilidade ou descenso populacional, para um estágio em que a mortalidade declina e a natalidade aumenta mais e se mantém elevada, configurando uma etapa de elevado crescimento e de rejuvenescimento da população.

As irregularidades da pirâmide de 1970 refletem, como já apontado anteriormente, as altas taxas de mortalidade experimentadas no passado, representando o retrato dos fragmentos de gerações que se uniram com o propósito de emigrar em busca de território mais seguro. O resultado desse conjunto de fatores formou uma estrutura díspar com grandes lacunas em alguns grupos etários. Mas, não deve se perder de vista o fato que, sendo uma população pequena, o impacto das pequenas mudanças absolutas em algum grupo etário pode acarretar grandes modificações na proporção deste grupo com relação ao total da população.

A evolução da estrutura desta população ao longo do período 1970-1999 aponta para significativas mudanças demográficas que modificam os contornos das pirâmides. As principais modificações dizem respeito: 1) alargamento da base; 2) estreitamento dos retângulos que representam as idades adultas; 3) alargamento da cúspide; 4) aquisição de uma maior regularidade da estrutura da população.

É notório o alargamento progressivo da base da pirâmide, que se inicia nos primeiros grupos etários, e, que, em 1999, repercute nos retângulos que representam a população masculina e feminina até os 15 anos, sendo mais pronunciado para a população feminina. Isto reflete a combinação do aumento da natalidade à diminuição da mortalidade, que resulta no aumento da sobrevivência das crianças.

O estreitamento dos retângulos que representam os grupos etários em idade adulta se deve, principalmente, ao aumento do peso relativo da população infantil e jovem, e, também, a alta mortalidade passada.

O alargamento da cúspide, antes fragmentada do lado masculino e atingindo apenas os 54 anos para o sexo feminino, também reflete a redução dos níveis de mortalidade, a melhoria das condições de saúde e o conseqüente aumento da longevidade do conjunto da população.

Em resumo, em 1999, a estrutura dessa população está mais rejuvenescida e começa a adquirir contornos mais regulares e compatíveis com o de estruturas populacionais jovens, refletindo o conjunto de mudanças demográficas dos últimos trinta anos e mostrando claramente o desencadeamento de um processo de recuperação populacional.

Os efeitos deste novo padrão demográfico, caracterizado pela queda da mortalidade e elevação das taxas de natalidade e sua estabilização em níveis elevados, que teve como conseqüência o rejuvenescimento da população, confirma-se pelo exame da distribuição proporcional da população por grandes grupos etários e sexo. Os dados da Tabela 11 mostram que, entre 1970 e 1999, o peso relativo da população de 0 a 14 anos aumentou de 45,6% para 56,2%, enquanto o da população de 15 a 49 anos diminuiu de 48,5% para 36,4%.

Estudos realizados nos últimos anos têm apontado para o aumento da proporção de população menor de 15 anos entre povos indígenas da Amazônia que retomaram altos níveis de fecundidade e estão em fase de recuperação populacional. Para tomar alguns exemplos cita-se os Mucajai Yanomama (Early e Peters 1990), Xavante de Pimentel Barbosa e de Sangradouro Volta Grande (Flowers 1994; Souza e Santos 2001), os Waurá do Alto Xingu (Pagliaro, Baruzzi e Mendãna 2001), os Panará durante sua permanência no Parque do Xingu (Baruzzi e col 1994), os Tenetehara do Maranhão (Gomes 2002).

Apesar do aumento da proporção de crianças e adolescentes, a estrutura desta população já esboça sinais de envelhecimento. A proporção de população de 50 anos e mais passou de 5,9% para 7,5%, tendo contribuído para tal aumento a maior sobrevivência, principalmente de mulheres. A proporção de mulheres com 50 anos ou mais cresceu de 1,1% para 7,7%, enquanto a de homens, nestas mesmas idades,

diminuiu de 9,4% para 7,3% (Tabela 11). Vale ressaltar, que estes dados são somente indicativos de tendências gerais e que as excessivas variações, como já afirmado diversas vezes, são próprias dos pequenos números.

Tabela 11 - População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grandes grupos de idade, 1970-1999(%).

Grupos Etários	1970			1979			1989			1999		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
	N=117	N=87	N=204	N=153	N=129	N=282	N=234	N=217	N=451	N=369	N=389	N=758
0 a 14	45,3	46,0	45,6	49,7	46,5	48,2	52,1	53,9	53,0	52,6	59,6	56,2
15 a 49	45,3	52,9	48,5	42,5	51,2	46,5	41,5	38,7	40,1	40,1	32,7	36,3
50 e +	9,4	1,1	5,9	7,8	2,3	5,3	6,4	7,4	6,9	7,3	7,7	7,5
Total	100,0											

Fonte de dados brutos: USMA-DMP/UNIFESP/EPM

A distribuição etária da população Kaiabi, em números absolutos, presente na tabela 12, explicita bem esta condição. Em 1970, apenas uma mulher havia atingido a idade de 50 anos e, em 1999, havia 30 mulheres neste grupo etário. Quanto aos homens, 11 tinham mais de 50 anos em 1970 e, em 1999.

Tabela 12 - População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grupos de idade, 1970-1999.

Grupos Etários	MASCULINO				FEMININO				TOTAL			
	1970	1979	1989	1999	1970	1979	1989	1999	1970	1979	1989	1999
0 a 4	21	34	47	83	14	28	59	107	35	62	106	190
5 a 9	21	19	43	67	15	23	28	67	36	42	71	134
10 a 14	11	23	32	44	11	9	30	58	22	32	62	102
15 a 19	9	18	20	41	11	15	23	27	20	33	43	68
20 a 24	15	8	21	33	5	10	9	33	20	18	30	66
25 a 29	8	11	15	20	11	10	16	25	19	21	31	45
30 a 34	6	13	9	18	7	10	11	9	13	23	20	27
35 a 39	4	8	12	15	6	9	8	15	10	17	20	30
40 a 44	6	4	12	9	4	7	9	10	10	11	21	19
45 a 49	5	3	8	12	2	5	8	8	7	8	16	20
50 a 54	7	5	3	11	1	2	8	9	8	7	11	20
55 a 59	2		3	7		1	5	8	2	1	8	15
60 a 64		6	4	3			2	8		6	6	11
65 a 69	2			1			1	3	2		1	4
70 e +		1	5	5				2		1	5	7
Total	117	153	234	369	87	129	217	389	204	282	451	758

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

valores negritados = acompanhamento da geração nascida entre 1961 e 1965

As médias de idade e as idades medianas, contidas na Tabela 13, confirmam o rejuvenescimento da população Kaiabi nestes trinta anos. Entre 1970 e 1999, a média de

idade dos homens diminuiu 2,6 anos, variando de 21,5 anos, em 1970, para 18,9 anos, em 1999. A média de idade das mulheres declinou 1,8 anos, passando de 19,1 anos para 17,3 anos, no mesmo período. Estes dados também estão mostrando que, em 1970, a população masculina era 2,4 anos mais velha do que a feminina. Em 1999, esta diferença se reduz para 1,6 anos, indicando que, em média, os homens ainda são mais velhos do que as mulheres, mas, não tanto quanto antes.

A análise das idades medianas reforça o que foi dito anteriormente. Localizadas aos 17,5 anos para os homens e aos 15,5 anos para as mulheres, em 1970, diminuíram para 13 anos e 11 anos, em 1999, respectivamente. Confirmando a tendência apontada pelas médias de idade, a idade mediana declinou em 4,5 anos, para homens e mulheres, mantendo-se 2 anos mais baixa para as mulheres (Tabela 13).

Tabela 13 – Médias de idade e idades medianas dos Kaiabi do PIX por sexo, 1970-1999.

Anos	Médias de Idade		Idades Medianas	
	M	F	M	F
1970	21,5	19,1	17,5	15,5
1979	20,0	18,4	14,0	15,0
1989	19,9	18,9	13,5	12,5
1999	18,9	17,3	13,0	11,0

Fonte de dados brutos: USMA-DMP/UNIFESP/EPM

A razão de sexos dos Kaiabi, no ano de 1970, indicava haver, em média, 134,5 homens para cada cem mulheres, como se observa na Tabela 14. Esta superioridade numérica da população masculina se confirma em todos os grupos etários e se mantém até o final da década de 1980, embora em menor intensidade, pois os valores das razões de sexo declinam progressivamente. Em 1999, já há mais mulheres do que homens no conjunto da população, sendo a razão de sexo 94,9. Esta inversão está associada ao maior número de nascimentos do sexo feminino nos últimos anos. Nas idades entre 15 a 49 anos, quando o equilíbrio entre os sexos é de fundamental importância para determinar os padrões das uniões conjugais e da procriação, ainda há mais homens do que mulheres, ou seja, 116,5 a cada cem mulheres.

Tabela 14 - População Kaiabi do PIX por sexo, segundo grandes grupos etários e razões de sexo, 1970-1999.

Grupos Etários	1970			1979			1989			1999		
	M	F	RS	M	F	RS	M	F	RS	M	F	RS
0 a 14	53	40	132,5	76	60	126,7	122	117	104,3	194	232	83,6
15 a 49	53	46	115,2	65	66	98,5	97	84	115,5	148	127	116,5
50 e +	11	1	1100,0	12	3	400,0	15	16	93,8	27	30	90,0
Total	117	87	134,5	153	129	118,6	234	217	107,8	369	389	94,9

Fonte de dados brutos: USMA-DMP/UNIFESP/EPM

Como se verá mais adiante na análise da nupcialidade, a superioridade numérica da população masculina no grupo etário 15-49 anos, pode estar influenciando os padrões de casamento desta população.

V.3. Mortalidade

Para conhecer o significado da morte entre os Tupi é necessário, como afirma Laraia (1986) *conhecer a sua concepção do mundo sobrenatural* (p.167). A morte significa para estes índios *a passagem da sociedade visível dos vivos à sociedade invisível dos ancestrais* (Hertz 1970, citado por Laraia p.168). O ingresso nesta nova sociedade depende do esforço dos parentes vivos, que com alguns procedimentos estariam zelando pela passagem do morto para o plano dos espíritos (id ibidem).

Quando morre um Kaiabi, seu corpo é pintado com urucum e amarrado com os braços cruzados sobre o peito, sendo deitado em sua rede e enterrado numa cova dentro de sua casa com seus adornos e objetos. Se for casado (a), a viúva (o) também se pinta com urucum e corta os cabelos. Por diversos dias os Kaiabi choram e entoam canções para lamentar a morte (Grünberg s/d, p.138). Os Kaiabi acreditam que parte da alma da pessoa que faleceu fica ligada aos parentes vivos, que se sentem física e mentalmente ligados a ela por longo período após a morte. Recolhem-se às suas próprias casas, falam somente o necessário e em tom baixo. À noite as mulheres choram e entoam canções no local em que o corpo foi enterrado (Oakdale 1996, Cap.4, p.23).

Para analisar a mortalidade dos Kaiabi utilizou-se os seguintes indicadores: taxas brutas de mortalidade geral, taxas específicas por idade e sexo, mortalidade proporcional, taxas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer.

V.3.1. Mortalidade geral

Entre 1970 e 1999 foram registrados 98 óbitos na população Kaiabi do PIX. Com base no número de óbitos e na população para cada ano, estimou-se as taxas brutas de mortalidade (TBM) para todos os anos do período 1970-1999. Esta série de estimativas anuais, apresentada na tabela 15, mostra flutuações próprias do número excessivamente restrito da população (denominador) e dos óbitos (numerador), evidenciando as dificuldades de análise da tendência no tempo dos níveis de mortalidade, com base na informação anual.

Tabela 15 – População, óbitos gerais e taxas brutas de mortalidade dos Kaiabi do PIX, 1970 – 1999.

Anos	População	Óbitos Gerais	TBM Por mil
1970	204	1	4,9
1971	216	2	9,3
1972	218	2	9,2
1973	222	3	13,5
1974	235	6	25,5
1975	237	7	29,5
1976	248	9	36,3
1977	264	0	0,0
1978	273	1	3,7
1979	282	2	7,1
1980	298	2	6,7
1981	308	4	13,0
1982	324	3	9,3
1983	334	4	12,0
1984	348	2	5,7
1985	365	4	11,0
1986	382	4	10,5
1987	389	8	20,6
1988	415	0	0,0
1989	451	4	8,9
1990	470	4	8,5
1991	488	6	12,3
1992	517	1	1,9
1993	548	4	7,3
1994	579	3	5,2
1995	617	6	9,7
1996	648	0	0,0
1997	688	1	1,5
1998	730	0	0,0
1999	758	5	6,6
Total	12056	98	8,1

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

Para contornar estas flutuações, estimou-se taxas médias para os seis períodos de 5 anos compreendidos entre 1970 e 1999, usando-se a população e os óbitos acumulados em cada período (Tabela 16). Mesmo com este artifício as taxas observadas oscilaram muito entre os períodos 1970-74 e 1985-89, variando de 9,3 a 14,6 óbitos por mil habitantes. É apenas a partir de 1990 que os níveis de mortalidade geral definem uma tendência de declínio, quando a TBM diminui de 6,9 óbitos por mil habitantes, entre 1990-94, para 3,5, entre 1995-99, sendo a TBM média deste último período foi particularmente influenciada pela ausência de óbitos em 1996 e 1998. Para os Xavante

de Volta Grande, Souza e Santos (2001) estimaram em 9,1 por mil o nível de mortalidade geral, em 1995.

As taxas de mortalidade geral foram mais elevadas para o sexo masculino em quase todo o período analisado, com exceção do quinquênio 1980-84.

Tabela 16 - Taxas brutas e específicas de mortalidade dos Kaiabi do PIX por sexo, segundo a idade, 1970-1999 (por mil).

Grupos Etários	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	Total
Total							
0 a 14 anos	3,8	18,8	11,4	13,6	6,5	2,6	8,1
15 a 49 anos	19,3	5,1	7,0	5,9	4,9	0,8	5,8
50 e + anos	36,4	51,3	9,6	20,0	19,9	23,3	23,6
TBM observadas	12,8	14,6	9,3	11,9	6,9	3,5	8,3
TBM Padronizadas*	12,0	12,8	9,6	11,2	6,9		
Masculino							
0 a 14 anos		25,0	12,0	10,8	7,2	3,3	8,6
15 a 49 anos	26,3	3,4	5,2	4,6	7,3		6,1
50 e + anos	40,0	63,5	14,3	38,0	33,0	35,4	36,5
TBM observadas	14,7	19,6	9,2	10,3	9,0	4,1	9,6
TBM padronizadas*	13,0	18,9	9,4	10,1	8,9		
Feminino							
0 a 14 anos	8,9	14,4	10,7	16,8	5,9	2,0	8,0
15 a 49 anos	11,9	6,7	9,1	2,6	2,1	1,8	4,8
50 e + anos					9,1	13,8	7,9
TBM observadas	10,4	10,2	9,5	9,6	4,7	2,4	6,5
TBM padronizadas*	9,1	10,6	9,2	10,7	4,9		

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

* segundo a estrutura etária da população de 1995-99

A tendência de declínio dos níveis de mortalidade observada durante esses trinta anos não surpreende, sendo relacionada à melhoria das condições de saúde desta população. No entanto, sabe-se que as taxas brutas de mortalidade são fortemente influenciadas pela estrutura etária da população. Para neutralizar o efeito do rejuvenescimento da estrutura desta população, padronizou-se as taxas brutas médias de cada período de 5 anos, usando-se a estrutura da população do período 1995-99 como padrão, ou seja, considerou-se que a estrutura da população se manteve constante durante os trinta anos. Mas, como a estrutura da população não sofreu modificações radicais, no sentido de inversão de padrão, as taxas padronizadas assumiram valores muito próximos aos das taxas observadas, com exceção do período 1975-79,

confirmando os níveis observados e a sua tendência de queda. O resultado desse ajuste pode ser observado na tabela 16.

V.3.2. Mortalidade diferencial por idade e sexo

A mortalidade proporcional segundo idades e sexo está fortemente afetada pela estrutura excepcionalmente jovem da população. A Tabela 17 mostra a distribuição proporcional dos óbitos registrados entre 1970 e 1999, por idades e sexo. Pouco mais da metade dos óbitos registrados no período 1970-1999 se deu entre menores de 15 anos (52%), seguida do grupo de 15 a 49 anos (27,6%) e de maiores de 50 anos (20,4%). Os óbitos de menores de 1 ano de idade representaram 21,4% do total.

Tabela 17- Distribuição relativa dos óbitos gerais dos Kaiabi do PIX por sexo, segundo grupos etários, 1970-1999.

Grupos Etários	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	1970-99
AMBOS OS SEXOS							
< de 1		26,3	46,7	15,0	16,7	25,0	21,4
1 a 14	14,3	36,8	13,3	55,0	33,3	16,7	30,6
15 a 49	71,4	15,8	33,3	15,0	27,8	8,3	27,6
50 e +	14,3	21,1	6,7	15,0	22,2	50,0	20,4
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	14	19	15	20	18	12	98
MASCULINO							
< de 1		21,4	37,5	27,3	8,3	14,3	18,0
1 a 14		42,9	25,0	27,3	33,3	28,6	27,9
15 a 49	77,8	7,1	25,0	18,1	33,3		26,2
50 e +	22,2	28,6	12,5	27,3	25,0	57,1	27,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	9	14	8	11	12	7	61
FEMININO							
< de 1	40,0	40,0	57,1		33,3	40,0	32,4
1 a 14		20,0		88,9	33,3		29,7
15 a 49	60,0	40,0	42,9	11,1	16,7	20,0	29,7
50 e +					16,7	40,0	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	5	5	7	9	6	5	37

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

Entre os 98 óbitos desse período, 62,2% são do sexo masculino. Para ambos os sexos, destaca-se a maior proporção de óbitos entre menores de 15 anos, que se mostra

mais elevada para o sexo feminino (62,1%) do que para o masculino (45,9%). Esta diferença se deve à mais elevada proporção de óbitos de maiores de 50 anos no sexo masculino (27,4%), do que no feminino (8,2%).

A Tabela 18 mostra as razões de sexo dos óbitos registrados nos seis quinquênios, confirmando a sobremortalidade masculina em todos os períodos compreendidos entre 1970 e 1999.

Tabela 18 - Óbitos por sexo e razão de sexo dos óbitos dos Kaiabi do PIX, 1970 - 1999.

Períodos	SEXO		Razão de Sexo
	Masculino	Feminino	
1970/74	9	5	1,8
1975/79	14	5	2,8
1980/84	8	7	1,1
1985/89	11	9	1,2
1990/94	12	6	2,0
1995/99	7	5	1,4
TOTAL	61	37	1,7

Fonte de Dados Brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

As taxas específicas de mortalidade por idades, estimam a intensidade do risco de morte de uma população em cada idade ou grupo etário (Carvalho, Sawyer e Rodrigues 1994, p.15). Correspondem ao quociente entre o número de óbitos de um determinado grupo etário, ocorridos num dado momento, em certas idades ou grupos etários e a população daquele grupo etário naquele momento. Por estarem relacionadas à proporcionalidade da estrutura etária, são consideradas medidas mais refinadas de mortalidade.

Embora oscilem muito, as taxas médias específicas de mortalidade do conjunto dessa população, para o período 1970-1999, se comportam de acordo com o esperado para este tipo de estrutura etária, conforme se observa na tabela 16. Os mais elevados níveis de mortalidade são observados na população maior de 50 anos (23,6 por mil), seguida do grupo de menores de 14 anos (8,1 por mil). Este padrão de mortalidade está fortemente influenciado pela sobremortalidade masculina desta população. Durante os seis quinquênios em que foi dividido o período de análise, as taxas de mortalidade do grupo de 50 ou mais anos foram mais altas que a dos demais grupos etários, variando de 19,9 a 51,3 por mil habitantes, com exceção do período 1980-84, quando foi

excepcionalmente baixa (9,3 por mil), sendo registrado apenas um óbito. Para o grupo de menores de 15 anos, as taxas variaram de 2,6 a 18,8 por mil; para o grupo de 15 a 49 anos de 0,8 a 19,3 por mil (Tabela 16).

A análise dos níveis e padrões de mortalidade por idade e sexo fica muito prejudicada devido ao número muito reduzido de óbitos, principalmente na população feminina (37 óbitos). Mas, algumas evidências podem ser apontadas a partir dos dados da tabela 16.

Para o conjunto do período 1970-99, observou-se que em todos os três grandes grupos de idade os níveis de mortalidade dos homens foi mais elevado do que o das mulheres, principalmente na população maior de 50 anos. Entre os homens, a taxa média de mortalidade neste grupo etário foi de 36,5 óbitos por mil homens, ao passo que para o sexo feminino foi excepcionalmente baixa, de 7,9 óbitos a cada mil mulheres, registrando-se apenas 3 óbitos entre 1970-99.

No grupo de 15 a 49 anos, no qual se poderia esperar níveis de mortalidade mais elevados para a população feminina, em razão do período reprodutivo, as taxas de mortalidade femininas são mais altas do que as masculinas. Mas, declinaram de 11,9 por mil entre 1970-79 para 1,8, entre 1995-99, provavelmente em resposta ao programa de saúde. Entre os menores de 15 anos de idade o nível da mortalidade feminina foi mais alto nos períodos 1970-74 e 1985-89.

V.3.2.3. Mortalidade Infantil

As taxas de mortalidade infantil dizem respeito ao risco de um nascido vivo morrer antes de completar um ano de vida. Seu numerador, o número de óbitos de menores de um ano, está relacionado ao número de nascimentos vivos.

Apenas 21 óbitos de crianças Kaiabi menores de 12 meses foram registrados dentre os 640 nascimentos ocorridos durante os trinta anos de que trata esta investigação, resultando numa taxa média de mortalidade infantil de 32,8 por mil nascimentos vivos. Vale destacar, que entre 1970 e 1974 nenhum óbito infantil foi registrado.

As taxas médias de mortalidade infantil calculadas por períodos de 5 anos, com base nos óbitos de menores de 1 ano e nascimentos acumulados em cada período,

permitem visualizar a tendência de declínio da mortalidade infantil entre 1970 e 1999 (Tabela 19). Entre 1975 e 1984 a mortalidade infantil é muito elevada e as taxas oscilam entre 73,5 e 85,4 óbitos por mil nascimentos vivos. A partir de 1985 a tendência de declínio começa a se esboçar, sendo nítida até o período de 1995-99, quando a taxa é de 15,2 óbitos a cada mil nascimentos vivos, nível que pode ser considerado baixo quando comparado ao de outras populações indígenas do Brasil.

No ano de 1999, a TMI do conjunto da população do PIX foi de 29,6 por mil nascimentos vivos (Rodrigues 1999), e a dos Waurá, também moradores do Parque foi de 18,3 por mil (Pagliaro, Baruzzi e Mendãna 2001). Populações menos protegidas como os Xavãnte de Sangradouro Volta Grande apresentaram TMI em torno de 87 por mil nascidos vivos (Souza e Santos 2001).

Tabela 19 - Óbitos infantis, nascimentos e taxas de mortalidade infantil dos Kaiabi do PIX, 1970-1999.

Períodos	Óbitos Infantis	Nascimentos	TMI por mil
1970/74	0	43	
1975/79	5	68	73,5
1980/84	7	82	85,4
1985/89	3	109	27,5
1990/94	3	141	21,3
1995/98	3	197	15,2
Total	21	640	32,8

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

Os números absolutos dos óbitos infantis exprimem de maneira mais contundente o descenso da mortalidade infantil observado através das TMI. Das 111 crianças nascidas vivas na década de 1970, 5 morreram antes de completar 12 meses; na década de 1980 faleceram 10 entre as 191 crianças nascidas vivas; na década de 1990 foram registrados 6 óbitos infantis entre 338 nascimentos vivos.

Na hipótese de que o registro de óbitos do programa de saúde da UNIFESP ainda não estivesse satisfatoriamente implantado nos anos setenta, e que os óbitos infantis desta década estivessem subenumerados, é provável que nos primeiros quinze anos do período estudado a mortalidade infantil tenha sido mais elevada do que o estimado e que o seu declínio tenha sido ainda maior do que o observado.

Não se conhece as TMI para o período de contato com as frentes expansionistas, mas devem ter sido muito altas. Nos relatórios dos postos José Bezerra e Caiabi, do SPI, os registros de óbitos e de nascimentos são muito irregulares, não permitindo arriscar nenhuma estimativa para os quase trinta anos em que os Kaiabi estiveram sob sua tutela. Os depoimentos de alguns Kaiabi do Xingu falam de mortes por epidemias de sarampo e de gripe, infecções respiratórias e tuberculose, e enfatizam as mortes de crianças recém-nascidas. O líder Kaiabi, Prepori, costumava contar que perdeu dez filhos durante sua permanência no Posto José Bezerra do SPI.

V.3.2.4. Esperança de Vida ao Nascer

A esperança de vida ao nascer é o indicador que estima o tempo médio de vida das populações. Considerando-se o nível e a estrutura da mortalidade por idades observados entre os Kaiabi do Xingu, para os quinquênios do período 1970-1999, estimou-se as esperanças de vida ao nascer desta população através do Modelo Evadan (Campanário 2002).

Tabela 20 - Evolução da esperança de vida ao nascer dos Kaiabi do PIX, 1970 – 1999.

Períodos	Esperança de vida (e_0)
1970-1974	48,5
1975-1979	54,4
1980-1984	55,1
1985-1989	58,7
1990-1994	63,3
1995-1999	66,4

Fonte de dados brutos: USMA – UNIFESP/EPM

Dos dados mostrados na Tabela 20 se depreende que o declínio dos níveis de mortalidade observado entre os Kaiabi no período 1970-1999, propiciou um ganho de, aproximadamente, 18 anos no tempo médio de vida desta população, tendo a esperança de vida ao nascer aumentado de 48,5 anos entre 1970-1975, para 66,4 anos entre 1995-99.

Os resultados da análise da mortalidade dos Kaiabi mostraram que, a partir do início da década de 1990, os níveis de mortalidade desta população se estabilizam num patamar mais baixo. Este comportamento estaria relacionado: a maior atuação do programa de saúde da UNIFESP/EPM no Xingu nesta década, em decorrência da crise vivida pela FUNAI; intensificação da formação de agentes de saúde indígena; e ao programa de imunização desenvolvido desde a implantação do programa médico.

Para os Yanomama do rio Mucajai, Early e Peters (1990) observaram uma variação dos níveis de mortalidade geral de 36,3 para 12,3 e 26 por mil para o período 1955-1985, tendo as esperanças de vida ao nascer oscilado entre 32,8, 55,1 e 39,1 anos neste mesmo período. Para os autores, o declínio da mortalidade entre estes índios, ocorrido na década de 1970, poderia ser explicado pela imunidade adquirida, esforços clínicos e preventivos do programa médico levado a efeito pelos missionários, intensificação das campanhas de vacinação e diminuição dos contatos com a sociedade nacional (p.73).

V.4. Natalidade

Durante o período 1970 e 1999 nasceram 640 crianças vivas nas aldeias Kaiabi, sendo 312 do sexo masculino e 328 do feminino. Os Kaiabi adotaram diversas crianças órfãs, de outras etnias, entre elas alguns recém-nascidos. Estas crianças não foram incluídas no cômputo dos nascimentos.

A Tabela 21 mostra a série das taxas brutas anuais de natalidade da população para este período. A TBN média do período 1970-1999 foi de 53,1 nascimentos a cada mil habitantes. A taxa mais baixa foi observada em 1972 (18,3 por mil) e a mais alta em 1976 (80,6 por mil).

Tabela 21 - População, nascimentos e taxas brutas de natalidade dos Kaiabi do PIX, 1970-1999.

Anos	População	Nascimentos	TBN Por mil
1970	204	9	44,1
1971	216	14	64,8
1972	218	4	18,3
1973	222	7	31,5
1974	235	9	38,3
1975	237	9	38,0
1976	248	20	80,6
1977	264	16	60,6
1978	273	10	36,6
1979	282	13	46,1
1980	298	18	60,4
1981	308	13	42,2
1982	324	19	58,6
1983	334	15	44,9
1984	348	17	48,9
1985	365	21	57,5
1986	382	21	55,0
1987	389	15	38,6
1988	415	26	62,7
1989	451	26	57,6
1990	470	23	48,9
1991	488	24	49,2
1992	517	30	58,0
1993	548	35	63,9
1994	579	29	50,1
1995	617	43	69,7
1996	648	31	47,8
1997	688	41	59,6
1998	730	42	57,5
1999	758	40	52,8
Total	12056	640	53,1

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

As flutuações derivadas das pequenas diferenças numéricas foram também atenuadas por estimativas médias feitas para períodos maiores, usando-se o número acumulado de nascimentos e da população em cada período, como se fez na análise da mortalidade. Os resultados destas médias, presentes na Tabela 22, apontam para taxas brutas médias de natalidade superiores a 50 por mil a partir de 1975.

Tabela 22 - Nascimentos, população e taxas brutas de natalidade dos Kaiabi do PIX, 1970-1999.

Períodos	Nascimentos Acumulados	População Acumulada	TBN por mil
1970-74	43	1095	39,3
1975-79	68	1304	52,1
1980-84	82	1612	50,9
1985-89	109	2002	54,4
1990-94	141	2602	54,2
1995-99	197	3441	57,3

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

As taxas de natalidade encontradas entre os Kaiabi do Xingu são similares às das populações indígenas que voltaram a crescer após longos contatos com não-índios. Entre os Xavánte de Pimentel Barbosa, Flowers (1994) encontrou uma taxa bruta média de natalidade de 51,4 nascimentos vivos por mil habitantes para o período 1977-1990. Entre os Xavánte de Sangradouro Volta Grande, a TBN estimada por Santos e Souza (2001) foi de 57,7 por mil, para o período 1993-1997.

As razões de sexo ao nascimento entre os Kaiabi são tão irregulares quanto as registradas por Oliveira (1970) entre os Juruna, Early e Peters (1990) entre os Ianomami do rio Mucajai, Price (1994) entre os Nambiquara, Baruzzi e col. (1994) entre os Panará, Pagliaro e col. entre os Waurá (2001), podendo resultar do número excessivamente restrito da população (Tabela 23).

A volatilidade dos dados, característica essencial deste tipo de população, seria uma provável explicação para o desequilíbrio por sexo ao nascimento, pois, numa população pequena apenas uma proporção, também pequena, dá a luz anualmente (Early e Peters 1990, p. 98-99). Outro fator a ser considerado seria o infanticídio preferencial por sexo, como ocorre entre os Ianomama do rio Mucajai (id ibidem). Os Tapirapé, por exemplo, têm famílias pequenas, de no máximo 3 filhos, sendo apenas 2 do mesmo sexo. Para manter este padrão o infanticídio é sancionado (Wagley 1951). Para os Juruna, Oliveira (1970) levanta a hipótese de que a regra de residência matrilocal – definida pela mudança do homem para a casa dos pais da esposa por ocasião do casamento – e por consequência, o receio de perder homens, que saíam para casar com mulheres de outras tribos, pode ter suscitado a supervalorização do nascimento de meninas, quando estes índios manifestaram o desejo de crescer (p.42). Mas, entre os Kaiabi do Xingu, que no passado sacrificavam gêmeos e bebês com

deficiências físicas, assim como procediam os Tenetehara (Wagley 1951) e os Nambiquara (Price 1994), a prática de infanticídio preferencial por sexo não foi observada.

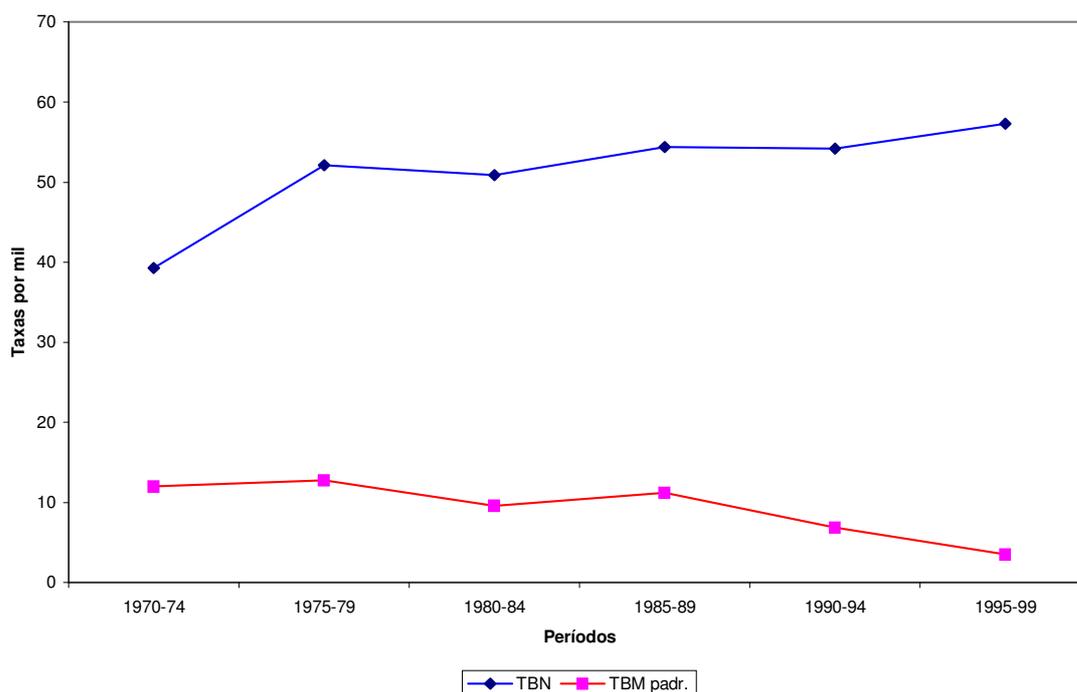
Tabela 23 - Nascimentos por sexo e razão de sexo ao nascimento dos Kaiabi do PIX, 1970 – 1999.

Períodos	SEXO		Razão de Sexo
	Masculino	Feminino	
1970/74	21	22	0,9
1975/79	37	31	1,2
1980/84	45	37	1,2
1985/89	50	59	0,9
1990/94	71	70	1,0
1995/99	88	109	0,8
TOTAL	312	328	0,9

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

A figura 12 mostra o comportamento das taxas de natalidade conjugado ao das taxas de mortalidade no período 1970-1999, proporcionando a visualização da importância da redução da mortalidade e do aumento da natalidade e sua manutenção em níveis altos para o processo de recuperação por que vem passando essa população.

Figura 12- Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade dos Kaiabi entre 1970 e 1999



V.5. Fecundidade

Para compreender o comportamento da fecundidade, buscou-se levantar informações a respeito de alguns aspectos da cultura Kaiabi, inerentes ao ciclo de vida, como a puberdade, as uniões conjugais, a vida sexual, a anticoncepção, o nascimento dos filhos e a amamentação. Estes dados são procedentes da literatura existente sobre estes índios e das entrevistas realizadas com homens e mulheres desta tribo, durante trabalho de campo no Parque Indígena do Xingu, no ano 2000.

V.5.1. Aspectos do ciclo de vida dos Kaiabi

Por volta dos doze ou treze anos de idade, os adolescentes Kaiabi passam, geralmente, por ritos de iniciação – a *reclusão pubertária* ou *ayopot*, em sua língua.

Grünberg observou entre os Kaiabi do rio dos Peixes, que durante este período, os rapazes permaneciam deitados em suas redes no interior de uma maloca, alimentando-se somente de chicha de milho preto (*awatsi'un*) e água, sendo proibidos de falar. Depois de um período, que variava de 3 a 7 dias, eram tatuados por seus pais e outros homens mais velhos numa cerimônia dirigida pelo pajé e só permitida para homens, na qual se cantava e tocava flauta. Na ocasião recebiam novos nomes (Grünberg s/d, p.136). Como observa Travassos (1993), a prática do rito pubertário entre os rapazes sempre esteve ligada à tradição guerreira dos Kaiabi e, com o fim das guerras, parece ter entrado em decadência, sendo pouco freqüente no Xingu.

Mas, mantém-se para as meninas, entre as quais, a reclusão se dá após o aparecimento da primeira menstruação. No rio dos Peixes, segundo Grünberg, deviam permanecer em pé sobre uma pedra colocada no interior de uma maloca, sem falar, comendo apenas algumas espécies de peixe e bebendo chicha de milho preto. Depois deste rito, banhavam-se e se recolhiam às suas redes, permanecendo deitadas por três dias. Após este recolhimento, eram tatuadas em uma cerimônia, também, dirigida por um pajé, trocando de nome (s/d, p.137). No Xingu, as moças permanecem deitadas no interior da maloca, sem poder mexer em fogo, tecer algodão e conversar. São banhadas pelas mães no interior da casa e obedecem a restrições alimentares. Depois desse rito ganham novos nomes (Travassos, 1993, 469). Já sendo consideradas adultas, podem

ter relações sexuais e assumir os compromissos do casamento, que, em geral, já estão combinados por sua família em obediência ao sistema de classificação de parentes.

Os casamentos são regidos por um sistema de parentesco conhecido na literatura antropológica como Iroquês ou bifurca e mescla (Junqueira 1991; Grünberg, F. 1970). Este sistema distingue *primos cruzados e primos paralelos*, aqueles considerados parentes *classificatórios* e estes *consangüíneos*. Em nível da geração de uma determinada pessoa, a qual é chamada de *ego*, *primos cruzados* são os filhos das irmãs de seu pai e dos irmãos de sua mãe, que recebem o tratamento de tio e tia. *Primos paralelos*, por sua vez, são os filhos dos irmãos de seu pai e das irmãs de sua mãe, a quem *ego* trata como a seus pais. Os parceiros conjugais preferidos são os primos cruzados ou os primos cruzados bilaterais, ou seja, os filhos da irmã do pai e do irmão da mãe. Isto significa que o sistema mescla os irmãos do mesmo sexo dos pais de *ego* e bifurca os irmãos de sexo diferente de seus pais (Junqueira 1991, 26-30; Gomes 2002, 65).

O *levirato* ou o casamento entre tios e sobrinhas maternas, é recomendado, ocorrendo, em geral, entre homens de grande prestígio, como destaca Grünberg (s/d, p.120). Entre as gerações mais velhas moradoras do PIX, observou-se alguns casamentos deste tipo. A *poliginia sororal* ou o casamento de um homem com duas ou mais irmãs, também é prescrita. Diversos casamentos deste tipo foram observados entre os Kaiabi do Xingu, mesmo recentemente, sendo mais freqüentes entre os homens de prestígio político ou religioso.

As relações sexuais entre os Kaiabi são em geral livres. Mas, quando um rapaz tem intenção de se casar, conforme Grünberg (s/d), dirige-se à mãe da parceira escolhida ou preferencial, que informa sua filha. Durante o período de “namoro” deve presentear a sogra com caça, pesca e outros alimentos, além de objetos artesanais, como cestos e colares de tucum e inajá. O casamento não é precedido de nenhuma cerimônia, o rapaz se muda para a casa da esposa, onde ao novo casal é destinado um local para pendurar suas redes e seus utensílios e fazer seu fogo, configurando-se, assim, a regra de residência conhecida como *matrilocal*, que tem sua exceção entre os filhos de chefes de famílias extensas, que trazem as esposas para a casa do pai. O casal passa por um “período de adaptação” antes que venham os filhos, podendo, na ocasião, mudar de nome.

A idade de início das uniões conjugais nas sociedades indígenas, assim como outrora se apresentava nas sociedades rurais, é, geralmente muito jovem. Quando as regras sociais são obedecidas, as mulheres Kaiabi têm seus filhos, geralmente, aos 15 anos de idade. Mas, há casos em que as mulheres iniciam a vida reprodutiva antes de completar esta idade. Como iniciam muito cedo o exercício da sexualidade e da procriação, o período reprodutivo das mulheres Kaiabi dura cerca de trinta anos, nascendo o último filho, geralmente, antes dos 45 anos.

Segundo Oakdale (1996), entre os Kaiabi a concepção está relacionada ao calor e à energia do sol, sendo o pajé intermediário no encontro entre a mãe e o bebê, pois é ele quem introduz a alma da criança em sua mãe, através de seus sonhos. As crianças podem escolher entre que casais querem nascer e o pajé pode trabalhar para influenciar suas escolhas. A influência deste pode ser observada, também, na escolha do nome da criança. Mas, os Kaiabi jovens acreditam ser o pai que faz a alma da criança, sendo a mãe sua receptora (cap. 5, p.3-7).

A sociedade Kaiabi utiliza diferentes práticas contraceptivas, como ervas anticoncepcionais de efeito temporário ou definitivo, apesar de seu uso não ser livre e indiscriminado. Iefuká, auxiliar de enfermagem e cacique da aldeia Capivara, no Xingu, relatou que para evitar a concepção os Kaiabi usam uma bebida preparada com raízes de plantas, que é ingerida pela mulher durante vários dias, após as relações sexuais. Para suspender o seu efeito ingerem outra bebida preparada com outros tipos de plantas, recuperando, assim, a capacidade de procriação. A anticoncepção definitiva é obtida por meio da ingestão de uma infusão de outras espécies de ervas. Para obter essas ervas, a interessada é levada pelo pajé, acompanhada por sua mãe, ao local onde nascem, o que institucionaliza o ato de anticoncepção (Depoimento de Iefuká Kaiabi, 1999). Uma outra versão da anticoncepção definitiva é relatada por Oakdale (1996). Assim como o sol nascente está relacionado à concepção, o poente liga-se à anticoncepção. Para não conceber mais, o pajé prepara um banho de folhas aromáticas, que é espalhado sobre o corpo da mulher, estando esta voltada para o sol poente. O aroma das folhas penetra o seu corpo, mudando o seu sangue.

Durante a gravidez, como em algumas outras situações, os pais obedecem a restrições alimentares, nutrindo-se de vegetais e de algumas espécies de aves, peixes e animais silvestres. A relação sexual é proibida, mas, em geral, cessa somente nos

últimos meses da gravidez e se reinicia quando a criança começa a andar. A mulher continua cuidando de seus afazeres, sendo poupada do transporte de cargas pesadas.

Segundo Grünberg, entre os Kaiabi do rio dos Peixes, o nascimento da criança se dava com o auxílio de mulheres mais velhas, geralmente, no mato ou em uma maloca. Ao nascer, a criança era lavada com água; o cordão umbilical era cortado com um pedaço de uma espécie de taquara, que diziam auxiliar no estancamento do sangue; o umbigo era atado com uma fibra de embira, sendo untado com a seiva de uma espécie vegetal em caso de sangramento. Depois de seco, o cordão umbilical era pendurado no pescoço da criança para protegê-la, sendo, mais tarde, enterrado. Os lóbulos da criança eram perfurados com um espinho de tucum e no orifício que resulta desta operação era passado um fio de algodão (Grünberg, s/d, 134).

O pai da criança se mantinha afastado ou deitado em sua rede, na qual recebia visitas e confeccionava um pequeno arco, se a criança fosse do sexo masculino, e um boneco ou um cesto, se fosse do sexo feminino, depositando os presentes na rede destinada ao bebê (id. ibidem).

O pai e seu irmão, ou a mãe e sua irmã, ou o chefe da família extensa e o pajé davam nome à criança. Ao passar da infância para a adolescência ela recebia outro nome, assim como ocorria em outras fases de sua vida (id. ibidem).

Algumas restrições alimentares a que se submetem os pais são mantidas até que a criança se mantenha em pé ou ande. A mãe amamenta as crianças durante muito tempo. Grünberg observou que, entre os Kaiabi do rio dos Peixes, a amamentação chegava a durar seis anos (id. ibidem).

Segundo dados levantados no Xingu, durante a pesquisa de campo realizada em 2000, algumas mães amamentam as crianças até que andem com desenvoltura, e, às vezes, por mais tempo. O desmame é gradual e durante este período a criança nunca é impedida de mamar, mas, aconselhada a não fazê-lo. Aliás, como outros povos indígenas, os Kaiabi respeitam a vontade das crianças, educando-as com independência, liberdade e respeito, interferindo somente em situações de perigo.

Entre os Kaiabi do rio dos Peixes, segundo Grünberg (s/d) o infanticídio era praticado em caso de nascimento de gêmeos ou trigêmeos, sendo a primeira criança a nascer preservada e as demais sacrificadas por serem consideradas filhas de outros pais. Os recém-nascidos com deficiências físicas eram igualmente sacrificados. Entre os

Kaiabi do Xingu observou-se gêmeos e mesmo trigêmeos sobreviventes, sendo alguns já adultos. Quanto à deficientes físicos não são mais sacrificados (Oakdale 1996), mas, o sacrifício de crianças pode ocorrer em caso de adultério ou de violência sexual. Um episódio que chocou muito os Kaiabi e que me foi relatado por Camintai, chefe da Aldeia Cururu, foi o de uma mulher que foi violentada por um seringueiro no Alto Teles Pires, pouco antes da mudança de seu grupo para o Xingu. Ela viajou grávida para o Xingu e deu à luz a um menino ao chegar à praia do Diauarum. Os Kaiabi mataram a mulher à bordunadas e enterraram a criança, na areia, ao seu lado (Depoimento de Camintai Kaiabi 2000).

V.5.2. Estimativas de níveis e padrões de fecundidade

A análise da fecundidade das mulheres Kaiabi considerou os modelos de estudo *transversal ou de momento e longitudinal ou de coortes*.

O critério adotado para definir as idades do período reprodutivo dos dois tipos de modelo de análise buscou contemplar as exceções à regra, definindo-se 12 anos para o início do período e 49 anos para o seu término.

A análise *transversal* contemplou três períodos de dez anos: 1970-79, 1980-89 e 1990-99, sendo as medidas estimadas: taxas de fecundidade específica por idades (f_x), taxas de fecundidade total (TFT), idades médias ao nascimento do primeiro filho e de todos os filhos.

A análise *longitudinal* acompanha 6 coortes de mulheres em idade reprodutiva, sendo uma com fecundidade completa e as demais ainda em fase reprodutiva. As medidas de fecundidade estimadas, através deste tipo de modelo, mostram como as mulheres de cada coorte distribuíram os nascimentos de seus filhos ao longo do período reprodutivo e qual foi a intensidade da fecundidade até as idades em que puderam ser acompanhadas. Estas medidas são: parturições médias por idades, parturições médias acumuladas e descendência média final (D_x), para a coorte que completou o período reprodutivo, intervalos médios entre os nascimentos e idade média ao nascimento do primeiro filho vivo.

Explicações mais detalhadas a respeito destes dois modelos de estudo da fecundidade encontram-se no capítulo sobre a metodologia (p.30).

V.5.3. Comportamento da fecundidade entre 1970 e 1999 – análise transversal

Na década de 1970, nasceram 111 crianças vivas, na década seguinte o número de nascimentos vivos foi de 191 e, na década de 1990 foram 338 os nascimentos vivos.

As taxas de fecundidade total (TFT) estimadas para estas três décadas apontam para o aumento progressivo da fecundidade das mulheres Kaiabi, tendo a média de filhos nascidos vivos variado de 6,0, entre 1970-79, para 8,4, entre 1980-89 e para 9,5 filhos, entre 1990-99 (Tabela 24).

Tabela 24 - Taxas de fecundidade total e específicas por idades das mulheres Kaiabi do PIX, por períodos decenais.

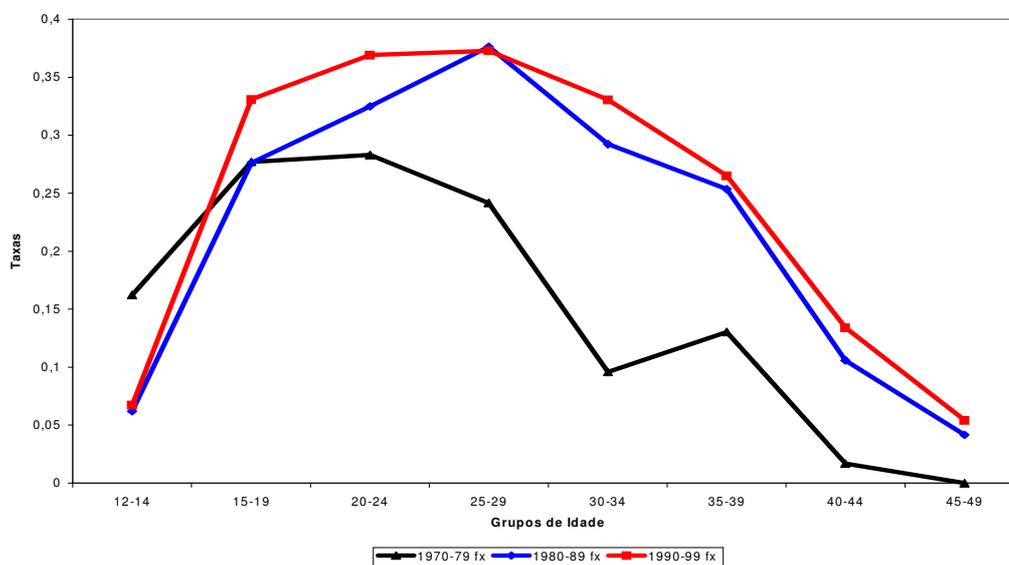
Grupos de Idades	1970-79 f_x	1980-89 f_x	1990-99 f_x
12 a 14*	0,1622	0,0619	0,0674
15 a 19	0,2768	0,2761	0,3309
20 a 24	0,2828	0,3248	0,3691
25 a 29	0,2414	0,3761	0,3728
30 a 34	0,0957	0,2921	0,3306
35 a 39	0,1304	0,2533	0,2650
40 a 44	0,0169	0,1059	0,1341
45 a 49	0,0000	0,0417	0,0541
TFT*	5,7	8,4	9,5

Fonte de Dados Brutos: USMA - DMP/UNIFESP/EPM

* as estimativas consideraram o intervalo de 3 anos do grupo 12-14 anos

As taxas de fecundidade por idades (f_x) das três décadas observadas estão representadas na Figura 13. Elas refletem a tendência de aumento observada através das TFT, mostrando as mudanças de níveis em cada grupo etário e as modificações do padrão etário da fecundidade das mulheres que tiveram filhos nesses três períodos de tempo.

Figura 13- Taxas específicas de fecundidade das mulheres Kaiabi do PIX



O comportamento irregular da série de taxas de fecundidade por idades para a década de 1970, mais acentuado no grupo etário de 30 a 34 anos, pode ser atribuído à variação dos pequenos números e a possíveis erros na estimativa das idades das mulheres nascidas antes da implantação do registro médico. Nesta década, a fecundidade foi mais relevante no grupo de mulheres com idades entre 20 e 24 anos. O nível de fecundidade das mulheres muito jovens (12 a 14 anos) se mostrou mais elevado do que o das décadas posteriores e, o das mulheres com mais de 20 anos mais baixo.

Para as décadas de 1980 e de 1990, observam-se, de forma bastante clara, mudanças no padrão de fecundidade. Nestas duas últimas décadas são as mulheres com idades entre 25 e 29 anos que têm o mais elevado nível de fecundidade, sendo os níveis das idades 20 a 24 e 25 a 29, nos anos 1990, muito próximos. A fecundidade mais concentrada nas idades jovens, observada na década de 1970, dá lugar a uma maior participação das mulheres mais velhas.

Os dados presentes na Tabela 25 mostram que, na década de 1970, as mulheres com idades até 29 anos já haviam contribuído com 80% da fecundidade. Nas décadas de 1980 e de 1990, as mulheres destas idades contribuíram com 60% e 59,3%, respectivamente. Nestas duas últimas décadas houve, também, um prolongamento do período reprodutivo. Durante os anos de 1970, nenhuma mulher teve filhos nascidos

vivos depois de completar 44 anos, ao passo que, nos anos de 1980, três mulheres tiveram filhos nascidos vivos entre os 45 e 49 anos, e, na década de 1990, quatro mulheres deram à luz a nascimentos vivos nestas idades.

Tabela 25 – Distribuição relativa das taxas de fecundidade por idades das mulheres Kaiabi do PIX 1970-1999

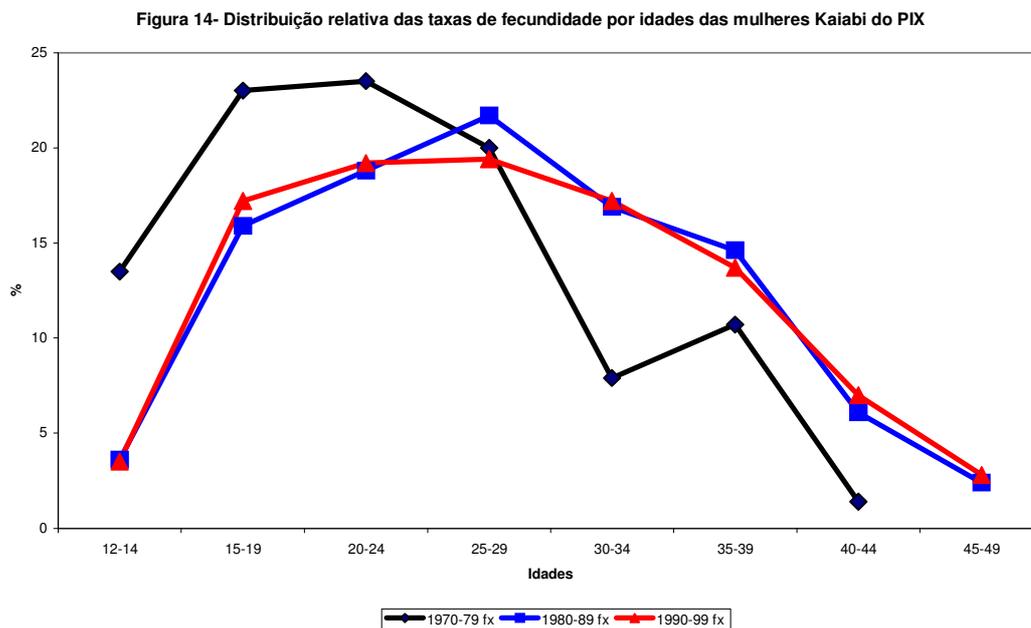
Períodos	Total	Grupos Etários							
		12 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49
1970-79	100,0	13,5	23,0	23,5	20,0	7,9	10,8	1,3	
1980-89	100,0	3,6	15,9	18,8	21,7	16,9	14,6	6,1	2,4
1990-99	100,0	3,5	17,2	19,2	19,4	17,2	13,7	7,0	2,8

Fonte de dados brutos: USMA – UNIFESP/EPM

Durante a década de 1970, a frequência absoluta de mulheres que deram à luz pela primeira vez foi de 28; na década de 1980, de 34, e, na década de 1990, de 64 mulheres. A média de idade das mães na ocorrência deste evento foi de 16,6 anos, 16,8 anos e 16 anos, nestas décadas, respectivamente. A idade modal foi 16 anos na primeira década e 15 anos nas duas últimas. A mediana localizou-se aos 15,5 anos nas décadas de 1970 e de 1980, e aos 15 anos na década de 1990.

As médias de idade das mulheres que deram à luz a nascimentos vivos de todas as paridades, nestas três décadas, oscilou entre 23,6, 25,6 e 24,5 anos, respectivamente.

A distribuição proporcional das taxas específicas de fecundidade presentes na Figura 14 mostra mais claramente as mudanças dos níveis e do padrão etário da fecundidade.



O aumento dos níveis de fecundidade nas idades mais velhas, acompanhado de queda nas idades mais jovens, observados nos anos oitenta e noventa, estão apontando para uma menor concentração da fecundidade em algumas idades do período reprodutivo, sendo o comportamento esperado para as populações que apresentam aumento da fecundidade.

V.5.4. Comportamento da fecundidade por coortes ou gerações de mães – análise longitudinal

Com as informações sobre a idade, data de nascimentos das mulheres e de seus filhos foi possível acompanhar uma coorte de mulheres com fecundidade completa e cinco coortes de mulheres com fecundidade incompleta, desde o início de seu período reprodutivo. A Tabela 26 resume as características destas coortes.

A primeira coorte constitui-se de 12 mulheres com fecundidade completa, nascidas entre 1950 e 1954, que sobreviveram até o final do período reprodutivo e que tinham entre 45 e 49 anos em 1999. Todas as mulheres desta coorte casaram-se ao menos uma vez e tiveram, no mínimo, 2 filhos nascidos vivos e, no máximo, 11. As

mulheres desta coorte tiveram 84 filhos nascidos vivos, ou 7,0 filhos, em média, o que se convencionou denominar na linguagem demográfica de descendência média final (D_{44}). A última mulher a ter filhos, o fez aos 44 anos. O espaçamento médio entre os filhos destas mulheres foi de 2,9 anos e a média de idade ao nascimento do primeiro filho foi de 18,7 anos, o que pode estar indicando que perderam muitos filhos antes do primeiro nascimento vivo.

A coorte 2 conta com 9 mulheres nascidas entre 1955-59, que sobreviveram até os 40 a 44 anos de idade. A última mulher desta coorte a ter filhos o fez em 1998, aos 44 anos, sendo provável, que todas já tinham encerrado o período reprodutivo. Todas as mulheres se casaram ao menos uma vez, tendo, no mínimo 2 e, no máximo 12 filhos nascidos vivos registrados. O total de filhos nascidos vivos que tiveram foi de 78, ou 8,7 filhos em média. A média de idade ao nascimento do 1º filho foi de 16,8 anos e o intervalo médio entre os nascimentos de 2,8 anos.

A coorte 3 é formada por 16 mulheres nascidas entre 1960-64 e sobreviventes até 1999, quando atingiram idades entre 35 e 39 anos. Todas se casaram ao menos uma vez, tendo, no mínimo 5 e, no máximo, 11 filhos nascidos vivos. O total de filhos nascidos vivos que tiveram foi de 137 ou 8,6 filhos, em média. O período reprodutivo destas mulheres pode ser acompanhado por 27 anos, sendo a média de idade ao nascimento do 1º filho de 15,4 anos e o intervalo médio entre os nascimentos de seus filhos até que completassem 39 anos foi de 2,6 anos.

A coorte 4, constitui-se de 11 mulheres nascidas entre 1965-69, sobreviventes até 1999, quando atingiram idades entre 30 e 34 anos. Todas se casaram ao menos uma vez, tiveram no mínimo 2 e no máximo 8 filhos nascidos vivos. O total de filhos nascidos vivos que tiveram durante os 20 primeiros anos de sua vida reprodutiva foi de 58 ou 5,7 filhos, em média, sendo o intervalo médio entre eles de 3,1 anos e a idade média ao nascimento do 1º filho de 17,5 anos.

A coorte 5 é formada por 23 mulheres, sendo 20 Kaiabi nascidas no Xingu, duas Kaiabi nascidas fora do Parque e uma Kamaiurá. Estas 23 mulheres sobreviveram até 1999, quando tinham idades entre 25 e 29 anos. A única mulher que faleceu foi excluída da coorte. Todas se casaram ao menos uma vez e todas tiveram filhos. Num tempo médio de 15 anos de vida reprodutiva tiveram 105 filhos nascidos vivos ou 4,5, em

média, com intervalos médios estimados em 2,4 anos. A média de idade ao nascimento do 1º filho foi de 17 anos.

A coorte 6 é formada por 31 mulheres nascidas entre 1975 e 1979, que sobreviveram até 1999, atingindo idades entre 20 e 24 anos. Três das 34 mulheres nascidas neste período faleceram e foram excluídas da coorte. Duas das 31 mulheres não nasceram no Xingu: uma é Nambiquara e a outra é Kaiabi do rio dos Peixes. Até 1999 estas 31 mulheres já estavam casadas e tinham ao menos 1 filho nascido vivo cada uma. O número de nascimentos vivos das mulheres desta coorte até 1999 foi de 92, o que resultou numa média de 3 filhos por mulher com idade até 24 anos. A média de idade ao nascimento do 1º filho vivo foi de 16 anos e o intervalo entre os filhos que tiveram até os 24 anos foi de 2,5 anos.

Tabela 26 - Descrição da vida reprodutiva das mulheres Kaiabi do PIX por coortes de nascimento.

Variáveis investigadas	Coorte 1	Coorte 2	Coorte 3	Coorte 4	Coorte 5	Coorte 6
Ano de nascimento das mulheres	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79
Número de mulheres	12	9	16	11	23	31
Número de mulheres que tiveram filhos	12	9	16	11	23	31
Ano do nascimento do 1º filho vivo	1964	1970	1972	1980	1982	1989
Ano do nascimento do último filho	1998	1998	1999	1999	1999	1999
Tempo de acompanhamento da coorte	34	28	27	19	17	10
Número de filhos nascidos vivos	84	78	137	58	105	92
Idade do nascimento último filho vivo	44	44	39	34	29	24
Média de filhos tidos nascidos vivos até idade x	7,00	8,67	8,56	5,72	4,52	2,97
Média de idade ao nascimento do 1º filho vivo	18,7	16,8	15,4	17,5	17	16
Intervalo médio entre os nascimentos (anos)	2,94	2,83	2,64	3,1	2,4	2,53

Fonte de dados brutos: USMA – UNIFESP/EPM

A média de idade ao nascimento do primeiro filho das coortes flutuou muito, apresentando tendência de declínio progressivo a partir da coorte 4 (17,5 anos) com mulheres nascidas entre 1965-69, atingindo 16 anos na coorte 6 e apontando para o rejuvenescimento do padrão etário da fecundidade. Os intervalos entre os nascimentos têm padrão definido, variando entre 2,4 e 3,1 anos.

As estimativas da descendência final da coorte 1 e, talvez, da coorte 2, se considerar-se que as mulheres desta última coorte já encerraram o período reprodutivo, indicam elevados níveis de fecundidade, 7,0 e 8,7, em média, respectivamente, até os 40-44 anos, como mostra a Tabela 27.

Tabela 27 - Parturições médias e acumuladas de coortes de nascimento de mulheres Kaiabi do PIX, segundo grupos de idades do período reprodutivo.

Grupos de Idades	Coorte 1		Coorte 2		Coorte 3		Coorte 4		Coorte 5		Coorte 6	
	fx	fx ac.	fx	fx ac.	fx	Fx ac.	fx	fx ac.	fx	fx ac.	fx	fx ac.
12 a 14	0,167	0,167	0,222	0,222	0,438	0,438	0,091	0,091	0,217	0,217	0,129	0,129
15 a 19	0,833	1,000	1,444	1,666	1,625	2,063	1,182	1,273	1,391	1,608	1,677	1,806
20 a 24	1,583	2,583	1,889	3,555	1,938	4,001	1,364	2,637	1,87	3,478	1,161	2,967
25 a 29	1,750	4,333	1,889	5,444	2,063	6,064	1,546	4,183	1,044	4,522		
30 a 34	1,167	5,500	1,333	6,777	1,563	7,627	1,091	5,274				
35 a 39	1,083	6,583	1,222	7,999	0,938	8,565						
40 a 44	0,417	7,000	0,667	8,666								
45 a 49												
TOTAL	7,000		8,666									

Fonte de dados brutos: USMA – UNIFESP/EPM

As parturições médias por idade e as parturições acumuladas das coortes estão representadas nas Figuras 15, 16 e 17. As parturições médias das gerações de mulheres que ainda não completaram o período reprodutivo, integrantes das coortes 3, 4, 5 e 6, apontam para uma tendência de elevação da fecundidade para níveis ainda mais altos. A coorte 3, na qual nem todas as mulheres haviam completado 30-39 anos, em 1999, apresenta mais alta fecundidade do que as coortes 1 e 2, 8,6 filhos, em média, até este grupo de idades. Entre os 12 e 14 anos, quase a metade das mulheres desta coorte já tinham filhos, sendo a parturição média deste grupo etário de 0,438. Nas coortes 5 e 6, o nível de fecundidade aumenta progressivamente nas idades de 15 a 19 anos, comparadas às coortes 1, 2 e 3.

Assim como foi verificado na análise da fecundidade por períodos, a avaliação das parturições médias das coortes de mulheres, até a idade em que puderam ser acompanhadas, também aponta para um aumento da fecundidade. No entanto, diferentemente do que foi observado naquele tipo de análise, a observação por coortes mostrou uma mudança de calendário, no sentido de rejuvenescimento da fecundidade.

Figura 15- Parturições médias por idades das mulheres Kaiabi das coortes 1, 2 e 3

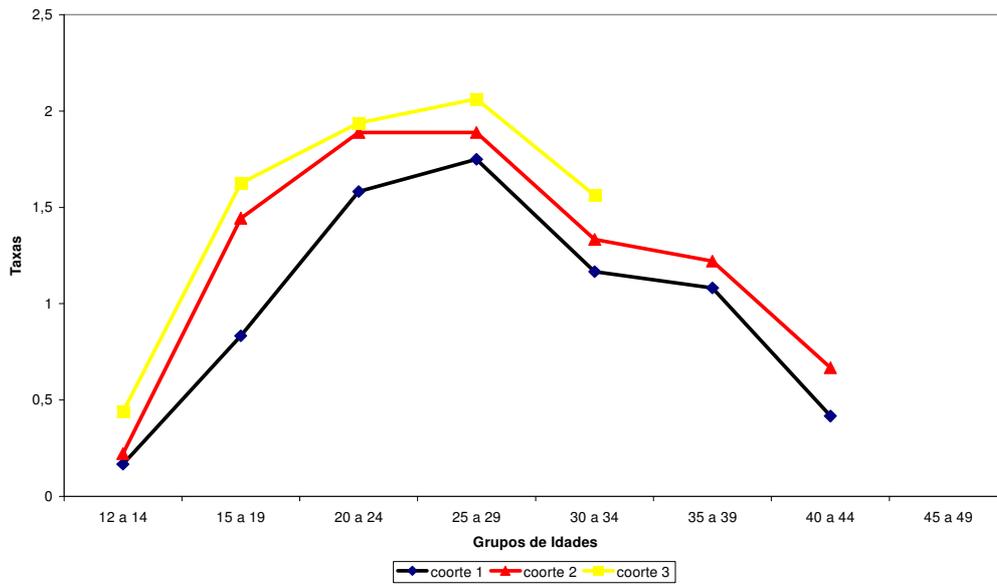


Figura 16 - Parturições médias por idades das mulheres Kaiabi das coortes 4, 5 e 6

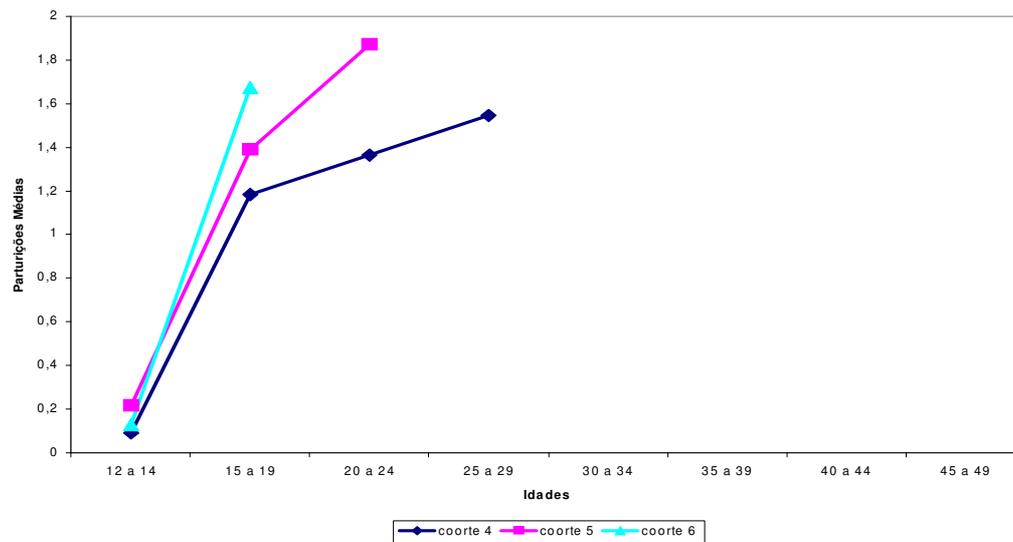
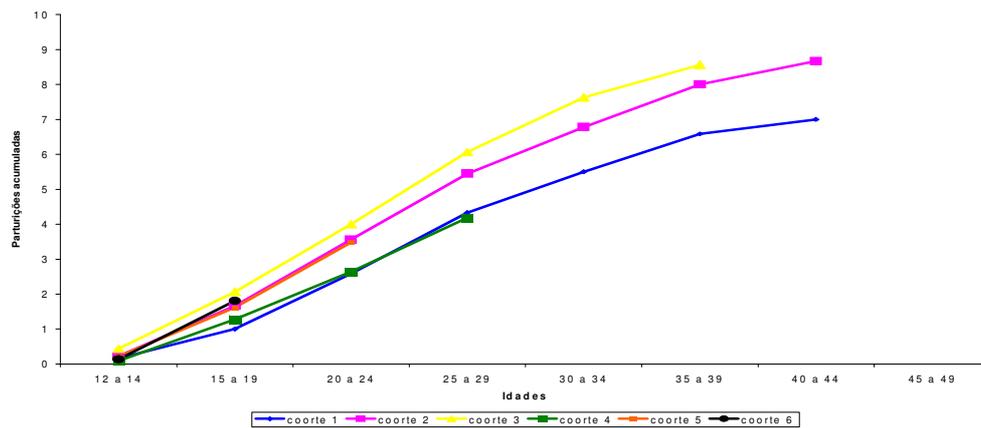


Figura 17 - Parturições médias acumuladas das mulheres Kaiabi por coortes de nascimento



V.5.5. Nupcialidade

O sistema de parentesco dos Kaiabi, mecanismo social que controla os casamentos nesta sociedade indígena, prescrevendo ou proscrivendo uniões conjugais, já foi descrito na análise da fecundidade. Com a perda populacional ocorrida durante o período de contato com as frentes de expansão, os Kaiabi devem ter ficado sem opções de uniões prescritas, sendo obrigados a aceitar casamentos proscritos ou tipos de uniões pouco usuais, como as de tios e sobrinhas, ou ainda, para não descumprir as regras do sistema, a procurar uniões em outras sociedades tribais. Isto ocorreu nos primeiros anos após a chegada da tribo no PIX, quando foram registrados diversos casamentos de Kaiabi com os Juruna, Suiá, Trumai e Txicão. Estas uniões foram absorvidas pelo grupo, para que a reposição populacional não fosse ameaçada, mostrando como um problema demográfico pode modificar temporariamente arranjos familiares e culturais. As regras de casamento voltaram a ser operacionalizadas pelos Kaiabi, que após um período de crescimento populacional, possuem agora diversas opções de união dentro das categorias prescritas, embora, atualmente, nem todos os casamentos obedeçam às regras tradicionais.

As informações sobre o estado conjugal analisadas a seguir referem-se ao ano de 1999 e à população de 15 ou mais anos moradora das aldeias Kaiabi do PIX. As categorias de análise consideradas são: solteiros, casados por tipos de união, separados e viúvos que permaneceram sós. A tabela 28 resume estas informações.

Entre os Kaiabi, como em outras sociedades indígenas, o celibato deliberado é raro. Em 1999, ainda estavam solteiros 45 homens e 20 mulheres, sendo a maioria com idades inferiores a 20 anos. Quanto à viuvez, quando ocorre, geralmente a viúva ou viúvo se casam novamente. Neste ano havia 1 homem e 6 mulheres viúvas, todos com mais de 50 anos, e nenhuma pessoa separada.

Entre as 128 uniões conjugais identificadas através das genealogias, 118 (92,2%) eram monogâmicas e 10 (7,8%) eram poligínicas. Todos estes casamentos poligínicos envolviam um homem casado com duas irmãs simultaneamente, configurando-se como *poliginia sororal simultânea*. Cabe destacar, que entre as 138 mulheres casadas, 8 tinham menos de 15 anos e uma delas vivia em união poligínica.

Tabela 28 - Estado conjugal dos Kaiabi do PIX de 15 ou mais anos de idade, por sexo, 1999.

Estado Conjugal	Masculino	Feminino	Total
Solteiros	45	20	65
Casados	128	138	266
. Uniões Monogâmicas	118	118	236
. Uniões Poligâmicas	10	20	30
Viúvos	1	5	6
Total	174	163	337

Fonte de dados brutos: USMA - DMP/UNIFESP-EPM

Dentre as 10 uniões caracterizadas como poligâmicas, 3 se constituíram no início da década de 1970, 2 na segunda metade da década de 1980 e 5 durante a década de 1990. Apesar de representarem somente 7,8% do total das uniões e envolverem 14,5% das mulheres casadas, a persistência deste tipo de união conjugal se deve ao fato de no grupo etário 15-49 anos ainda existirem mais homens do que mulheres nesta população e estaria indicando que os Kaiabi têm preferido manter seus padrões tradicionais de casamento e evitar as uniões exogâmicas.

V.5.5. Fatores que contribuíram para o aumento da fecundidade

A melhoria das condições de saúde e de sobrevivência da população como um todo, e das mulheres, em particular, foi um dos fatores que influenciou este aumento, proporcionando melhores possibilidades para que exercessem a procriação. Observou-se que o aumento da fecundidade se distribuiu entre as mulheres de todos os grupos etários, com exceção daquelas com 25 a 29 anos, para as quais o número de filhos já havia se reportado a níveis elevados nas duas últimas décadas. Os maiores aumentos foram verificados entre as mulheres de 15 a 24 anos, apontando para uma tendência de rejuvenescimento do padrão reprodutivo. Mas, o impacto da melhoria das condições de saúde se verificou entre as mulheres com mais de 30 anos que, também, tiveram seus níveis de fecundidade aumentados. Esta característica do padrão de fecundidade das mulheres Kaiabi foi observada na fecundidade das mulheres Waurá, cujos níveis também aumentaram entre as mulheres com mais de trinta anos (Pagliaro, Baruzzi e Mendãna 2001).

Destacou-se na análise da mortalidade, que o nível de mortalidade geral foi mais elevado para o sexo masculino do que para o feminino. As taxas de mortalidade femininas do conjunto do período, foram mais baixas do que as masculinas em todos os grupos etários. Nas idades de 15 a 49 anos, a mortalidade feminina não foi muito superior a masculina. Estas tendências refletem as medidas adotadas em atenção à saúde dos povos moradores do Parque. Neste sentido, a atenção à saúde da mulher, principalmente no período pré-natal, contribuiu para aumentar as possibilidades de levarem uma gravidez a termo, o que parece ter repercutido, principalmente, entre as mulheres com mais de 30 anos. O declínio da mortalidade proporcionou, também, uma maior estabilidade das uniões conjugais, que eram interrompidas com mais frequência na década de 1970 em razão da morte de um dos cônjuges, principalmente dos homens, cujos níveis de mortalidade eram mais altos.

O crescimento populacional e a aquisição do equilíbrio entre os sexos, também contribuíram para o aumento da estabilidade das uniões. As mulheres que se separaram ou enviuvaram tiveram menos dificuldade para encontrar novos parceiros conjugais e dar continuidade à sua vida reprodutiva, o que colaborou para o aumento da fecundidade observado entre as mulheres não muito jovens.

Por outro lado, deve-se considerar a possibilidade de melhora da qualidade das informações a partir do início da década de 1980, principalmente no que tange às idades, como outro fator que contribuiu para a melhoria das estimativas de fecundidade.

Na análise por períodos, a idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, manteve-se praticamente estável, esboçando, porém, uma tendência de declínio, enquanto que a idade média das mulheres que tiveram filhos de todas as ordens de nascimento aponta para uma tendência de aumento. Isto estaria indicando um prolongamento da fase reprodutiva e, portanto, de maiores chances de aumento do número de nascimentos. Mas, a análise por coortes mostra um rejuvenescimento do padrão reprodutivo e intervalos entre os nascimentos que se mantêm praticamente estáveis, entre 2,4 e 3,1 anos, parecendo obedecer aos padrões culturais definidos pela organização social dos Kaiabi.

Para que as regras de casamento sejam mantidas é preciso que as uniões sejam combinadas quando os futuros cônjuges ainda são crianças. Isto favorece a precocidade dos casamentos e influencia positivamente a fecundidade das mulheres jovens. O

crescimento da população proporcionou um maior número de opções de casamento prescritos pelo sistema de classificação de parentes dos Kaiabi, favorecendo as uniões antes dificultadas pela escassa oferta de parceiros e contribuindo para o aumento da fecundidade. Mas, mesmo que as regras de parentesco não estejam sendo mantidas, os padrões de união dos Kaiabi, como de outros povos indígenas, são tradicionalmente favoráveis a que os casamentos se dêem em idades muito jovens.

O elevado nível de fecundidade observado entre os Kaiabi, de 9,5 filhos, em média, por mulher na década de 1990 está associado a padrões reprodutivos caracterizados por curtos intervalos de tempo entre os nascimentos e pelo início precoce da sexualidade e da procriação. Esta relação foi encontrada em outras sociedades indígenas como os Mucajai Yanomama (Early e Peters 1990), os Xavante de Pimentel Barbosa (Flowers 1994) e de Sangradouro-Volta Grande (Souza e Santos 2001).

Nenhum desses fatores teria contribuído para o aumento da fecundidade se os Kaiabi não tivessem decidido adotar uma política de população voltada para a reposição, após o desastre do contato com as frentes extrativistas e colonizadoras que se estendeu por quase meio século. Outros povos indígenas voltaram a crescer após o período de depopulação, que se seguiu ao contato com a sociedade nacional. É o caso dos Juruna (Oliveira 1970), dos Xavante (Flowers, 1994; Silva e Santos 2001, dos Tenetehara (Gomes 2002), dos Panará (Baruzzi e col. 1994) e de tantos outros povos que estão se recuperando em população desde a década de 1960. Porém, há, também, povos entre os quais o crescimento populacional foi precedido de um período de adaptação ao novo “habitat”, no qual decidiram não ter filhos, como os Txicão (Ikpeng), moradores do Xingu desde 1967.

Como resultado da política adotada pelos Kaiabi, a taxa de fecundidade total atingiu um nível muito elevado, 9,5 filhos, em média por mulher, estando próxima das registradas entre as Hutterites da América do Norte (Leridon 1977, p.107). Neste sentido, acredita-se que, tendo atingido o volume populacional desejado e conscientes do declínio da mortalidade, os Kaiabi decidirão rever sua política populacional, reduzindo assim o nível da fecundidade a um patamar mais baixo.

V. 6. Migrações e Casamentos Intertribais

Como visto anteriormente, o movimento migratório dos Kaiabi do antigo território em direção à região do médio Xingu foi muito intenso entre o início da década de 1950 e o final da década de 1960, sendo marcado no início dos anos 1970 pela chegada de algumas famílias do rio Cururuzinho. No entanto, as idas e vindas dos Kaiabi do antigo território para o novo habitat nunca cessaram, embora se mantivessem inexpressivas numericamente. Além destes deslocamentos de mais longa distância e externos ao Parque, observou-se uma circulação interna à região do Xingu, entre as aldeias Kaiabi e as aldeias de outras tribos moradoras da região e vice-versa, realizada em razão de casamentos, que se deram, principalmente, no final da década de 1960 e início da de 1970, quando o pequeno número de mulheres na população Kaiabi obrigava os homens a buscar esposas entre outros povos da região. O primeiro tipo de movimento foi caracterizado como de *migração externa* e o segundo de *migração interna*.

A apreensão desses movimentos foi realizada através das anotações sobre mudança de residência e das observações feitas pelas equipes médicas nas fichas dos Kaiabi. A sistematização destes dados permitiu estimar os saldos migratórios, que tomaram por base as entradas e saídas das aldeias Kaiabi do PIX. Apesar de ser pouco significativo para a dinâmica da população, a mensuração do movimento migratório auxiliou na reconstrução da população a cada ano do período estudado, além de possibilitar o registro de outras passagens da história dos Kaiabi.

Durante os anos 1970-99 foi registrado o ingresso de 30 pessoas nas aldeias Kaiabi do Pix e a saída de 17. Este movimento resultou num saldo migratório positivo de 13 pessoas.

V.6.1. Migração externa

A análise da migração no período 1970-1999 mostrou que os movimentos de entrada e saída do Parque, com origem e/ou destino nas aldeias Kaiabi do Parque e nas dos rios dos Peixes (Tatuy) e Cururuzinho tiveram maior importância na primeira metade da década de 1970.

No final da década de 1960 os Kaiabi do Parque receberam a visita do grupo do capitão Kavaivi, ex-informante de Georg Grünberg por ocasião de sua pesquisa de campo entre os Kaiabi do rio dos Peixes (Tatuy). A visita não durou muito tempo, mas deixou como saldo alguns membros do grupo que se casaram no Xingu e aí fixaram residência. Em 1973 chegou ao PIX, procedente da aldeia do Cururuzinho, o grupo de Cupecani, composto de aproximadamente 12 pessoas, estabelecendo-se no Parque, onde ainda hoje vivem (aldeia Tuiararé).

O movimento migratório externo caracterizou-se, nas décadas de 1980 e 1990, por visitas de Kaiabi do Tatuy a seus parentes do Parque, pelo retorno de alguns Kaiabi do Parque às aldeias do Tatuê e por algumas idas e vindas de Kaiabi para áreas urbanas, como Marcelândia, Colider, Canarana, cidades próximas ao Parque, e Brasília. Um grupo de cerca de 15 Kaiabi, procedente da aldeia Tatuy chegou em meados da década de 1980, estabelecendo-se na aldeia Itaí. Outro grupo, também do Tatuy ingressou no PIX no início dos anos 1990, onde permaneceram algum tempo. Ao retornarem, deixaram algumas jovens que se casaram com moradores da aldeia Capivara.

V.6.2. Migração interna e casamentos intertribais

Os movimentos internos ao Parque ocorreram com certa frequência, sendo motivados por uniões conjugais. O pequeno volume da população, o reduzido número de mulheres em idade de se casar e as proibições relativas a casamentos com primos paralelos inviabilizavam as uniões endogâmicas, levando diversos homens a buscar esposas fora do grupo. Foram poucas as mulheres que se envolveram neste tipo de união. Os casamentos dos Kaiabi obedecem a regra da matrilocidade e os homens que se casaram com mulheres de outras tribos, quase todos órfãos, foram viver com as famílias de suas esposas.

No sentido de saída das aldeias Kaiabi, na década de 1970, registraram-se quatro casamentos exogâmicos, sendo um com Txicão (Ikpeng), dois com Suiá e um com Juruna (Yudjá). Nos anos oitenta, outros quatro casamentos deste tipo foram registrados, sendo um com Txucarramãe, dois com Juruna e um com Txicão. Na década de 1990, dois Kaiabi se casaram com filhas de Kaiabi integrados aos Juruna. Em todas estas situações matrimoniais os Kaiabi foram residir com a família do cônjuge. Aos

Trumai se integraram alguns filhos dos Kaiabi Cirilo e Pionin, que viviam no Posto Leonardo na década de 1970.

O movimento de entrada nas aldeias Kaiabi, também marcado por uniões conjugais, trouxe, na década de 1980, dois índios Kren-Akrore para aldeias Kaiabi e na década seguinte, uma mulher Kamaiurá, uma Juruna, uma Tapirapé e duas brancas. O resumo quantitativo dessas informações pode ser consultado nas tabelas 3, 4 e 5.

Os Kaiabi consideram os pais como transmissores da etnia, sendo os filhos, de ambos os sexos, de uma mulher não-Kaiabi e de um homem Kaiabi, considerados da etnia de seu pai (Oakdale 1996, cap. 5, p.8). Como é o pai quem transmite a etnia, os filhos do sexo masculino aprendem a falar Kaiabi e a língua da mãe. As mulheres, geralmente, falam somente a língua materna. Durante a pesquisa de campo no PIX, investigou-se esta questão entre diversos Kaiabi integrados a outros povos. Os Kaiabi que vivem entre os Juruna declararam serem Kaiabi todos os seus filhos. Os que moram com os Txicão consideram Kaiabi seus filhos e Txicão suas filhas. Diante disso decidiu-se contar os descendentes dos Kaiabi integrados a outros povos do Parque.

Em 1999, 16 Kaiabi viviam entre Juruna, Suiá, Txicão e Txucarramãe. Os filhos destes, somados aos dos Kaiabi já falecidos e que constituíram família entre outras tribos do Parque, totalizavam, no mesmo ano, 79 pessoas. Grande parte desses casamentos foi realizada nas décadas de 1960 e 1970, quando havia poucas mulheres entre os Kaiabi e muitas estavam impedidas de se casar em respeito ao sistema de parentesco. A tabela 3 mostra a distribuição dessa população segundo as aldeias de residência e sexo.

Integrados aos Juruna contavam-se 8 índios Kaiabi: Tavo, Tauaxi, Conin e seu genro Siraioup/Iuaret, Maiari e seu genro Uait, Atori e Uawaru. Em seu primeiro contato com os Kaiabi, em 1949, os irmãos Villas Boas traziam consigo um índio Juruna – Daá. Alguns anos depois, os primeiros Kaiabi a migrar para o Xingu se estabeleceram, como já relatado anteriormente, no rio Arraias, na confluência com o Manitsauá Missu, nas proximidades da aldeia dos Juruna, vivendo com a sua cooperação por algum tempo. Esta convivência aproximou estes dois povos, promovendo algumas uniões conjugais, sendo a primeira a de uma irmã de Mairawê, que ao se separar foi obrigada a deixar a filha para ser criada pelos Juruna (Mairawê Kaiabi 1981).

Tabela 29 - População Kaiabi do PIX moradora de aldeias de outros povos do Parque, segundo tribos e aldeias de residência, 1999.

Povos e Aldeias	Chefes de famílias Kaiabi	Kaiabi			Filhos de Kaiabi		
		M	F	T	M	F	T
JURUNA		8		8	15	17	32
Pequizal	Conin e seu genro Siraioup/luaret	2		2	5	5	10
Tuba Tuba	Maiari e seu genro Uait;Uawaru; Tavo; Atori	5		5	7	10	17
Roça do Açú	Tauaxi	1		1	3	2	5
TXICÃO		3	1	4	8	8	16
Pavuru/Ronuro	Tumassague, Cueemp, Meao/Siquito e Kavaip	3	1	4	8	8	16
SUIÁ		2	1	3	9	9	18
Ricô	Cave, Cacãhe e filhos de Inave,Awareiup e Pipi	1	1	2	4	6	10
Ngosoko	Tessiron e filho de Antonio	1		1	5	3	8
TRUMAI					2	4	6
Terra Preta	Filhos de Cirilo: Minguá e Mapui				1	1	2
Terra Nova	Filhas de Cirilo: Tapihi e Sambi					2	2
Boa Esperança	Filhos de Pionin: Arinaque e Tacap				1	1	2
POSTO LEONARDO	Filho de Cirilo: Cocoti				4	2	6
TXUCARRAMAE		1		1	1	1	2
Capoto	Muiuá/Cascão	1		1	1	1	2
TOTAL		14	2	16	38	41	79

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM

A aproximação com os Suiá se deu através das expedições de pacificação deste povo, organizadas pelos irmãos Villas Boas, das quais fizeram parte alguns Kaiabi. Depois disso, os Suiá vieram morar mais próximo do Posto Diauarum, onde se localizava parte considerável dos Kaiabi, auxiliando na administração do Parque. Alguns casamentos resultaram dessa aproximação. Antônio, Inavé e Awareiup, todos já falecidos, e Pipi, mais recentemente, casaram-se com mulheres Suiá, em cuja aldeia vive ainda a maior parte de seus filhos. Em 1999, três Kaiabi, Tessiron, Cave e Cacãhe (mulher) casados com Suiá viviam entre este povo.

Os Txicão (Ikpeng) mudaram-se para o Parque em 1967. Os irmãos Villas Boas se encarregaram de fazer a aproximação destes índios com os Kaiabi. Em 1999, na aldeia Moigu, próximo ao Posto Pavuru, viviam os seguintes Kaiabi: Meao/Siquito,

Cavaip, Tumassague e Cueemp (mulher). Meao/Siquito e Tumassague eram viúvos de mulheres Kaiabi, quando se casaram.

Entre os Trumai, em 1999, não havia mais nenhum Kaiabi, mas, os netos de Pionin, já falecido, que se casara com uma Trumai, estão integrados a este povo. Além destes, três filhas e um filho de Cirilo casaram-se entre os Trumai e têm hoje numerosa prole. Cocoti, outro filho de Cirilo, vive no Posto Leonardo com sua família Aweti.

Entre os Txucarramãe, localizados na parte Norte do Parque, vive o Kaiabi Muiuá/Cascão, esposa e filhos.

As aldeias Kaiabi receberam, de 1970 a 1999, sete índios de outras tribos em razão de uniões conjugais, sendo dois homens Kren-Akrore e cinco mulheres Tapirapé, Nambiquara, Juruna, Suiá e Kamaiurá. Há, também, o registro de dois casamentos com mulheres não-índias, ambos realizados na década de 1990.

VI. Projeções da População

Com o objetivo de projetar a população Kaiabi do Xingu até o ano de 2020 levantou-se a hipótese que: 1) estes índios estivessem satisfeitos com o volume populacional atingido; 2) retomassem práticas de contenção da natalidade para reduzir o nível da fecundidade; 3) os níveis de mortalidade continuariam a declinar. Para isto utilizou-se o Modelo Evadan (Campanário 2002), o qual também foi útil para aferir a qualidade das estimativas do volume populacional calculado a partir da técnica direta de acompanhamento das gerações, como explicado na metodologia.

A Tabela 30 mostra a distribuição desta população por idade, de 1970 a 2020, obtida pela aplicação do Modelo Evadan.

Tabela 30 – População observada e projetada dos Kaiabi do PIX, de ambos os sexos, segundo grupos de idade, 1970-2020 (Hipótese recomendada).

Idades	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
00-04	35	40	74	75	109	148	187	234	279	329	404
05-09	36	36	38	72	69	111	148	187	234	278	328
10-14	22	36	34	38	74	69	112	149	188	234	279
15-19	20	21	35	33	40	77	69	112	150	188	235
20-24	20	22	21	33	32	43	70	70	113	150	189
25-29	19	17	21	21	32	29	52	70	71	114	151
30-34	13	18	17	20	22	32	25	52	71	71	114
35-39	10	13	17	15	21	22	32	26	53	71	72
40-44	10	10	11	17	15	21	19	33	26	53	71
45-49	7	8	10	11	17	15	21	20	33	27	52
50-54	8	6	8	10	11	16	24	21	20	33	26
55-59	2	7	5	8	10	11	16	23	21	20	32
60-64	0	1	6	5	8	8	12	15	22	20	19
65-69	2	0	1	6	4	5	4	12	14	20	18
70-74	0	2	0	1	5	3	2	4	10	12	17
75 e +	0	1	2	0	1	5	4	5	6	11	15
Totais	204	237	300	364	470	614	798	1.033	1.310	1.631	2.022

Fonte de dados brutos: USMA – DMP/UNIFESP/EPM e Modelo Evadan (Campanário 2002)

Estes dados mostram que, se os indicadores demográficos evoluírem de acordo com a hipótese recomendada, por volta do ano 2015 a população Kaiabi terá seu volume dobrado e em 2020 será de 2022 indivíduos.

CONCLUSÕES

A história do isolamento dos Kaiabi, pelo menos desde o início do século XIX, numa área que se estende do Alto Teles Pires (MT), na confluência do Rio Verde, até o Médio curso deste rio, incluindo o rio dos Peixes, afluente do Arinos (MT), poderia estar relacionada à expansão do território Colonial e à descoberta e exploração de ouro na região de Cuiabá e, depois, nas proximidades do rio Guaporé. Esta pode ter sido a antiga morada dos Kaiabi, se forem consideradas as evidências lingüísticas que incluem os Kaiabi no grupo de fala Tupi da região do rio Madeira (Galvão 1978). Se os Kaiabi se deslocaram do Oeste para o Leste do Mato Grosso em busca de refúgio ou se o seu território à Leste permaneceu inexplorado durante séculos por possuir acidentes geográficos que dificultavam a exploração e “índios bravios” em seu caminho, são apenas suposições e talvez os reais trajetos dos antigos deslocamentos espaciais destes índios nunca venham a ser conhecidos.

A história recente dos Kaiabi relata que a expansão da exploração seringalista no final do século XIX para o rio Novo e Alto Paranatinga e, no século XX, para o Alto e depois Médio Teles Pires, provocou deslocamentos de suas aldeias e integração aos seringais, culminando com a mudança de uma parte da tribo para o Xingu no início da década de 1950, sob a liderança incansável do Kaiabi Prepori, com o apoio dos irmãos Villas Boas.

A mudança fracionou mais a tribo, que em 1950 já vivia dispersa em diferentes moradas. Ocasionalmente ocasionou a perda de acesso a importantes recursos vegetais e animais presentes no antigo território que não são encontrados nas matas do Xingu, embora as roças das famílias que permaneceram no território ancestral não possuam mais determinadas plantas que foram preservadas pelos Kaiabi do Xingu, nem mantenham a sua requintada e tradicional culinária (ISA 2000; Ribeiro 1979). Mas, a mudança preservou a língua e muitos costumes, aspectos da identidade cultural hoje já esmorecidos entre os Kaiabi do rio dos Peixes (Meliá 1984).

A saga deste povo não impediu que sobrevivessem, apesar de terem perdido na mudança a força política de outrora, depois recuperada com a recuperação populacional

e a posição de destaque que hoje ocupam na região do Diauarum no Parque Indígena do Xingu.

Entre 1970 e 1999, os Kaiabi do PIX, em franco processo de recuperação populacional, tiveram sua população aumentada de 204 para 758 habitantes, descontados os Kaiabi e seus descendentes, que ao longo deste período foram se integrando à outras tribos do Parque.

Contribuiu para este elevado crescimento populacional, da ordem de 4,5% ao ano, o desejo e a decisão de voltar a crescer aliados a diversas circunstâncias favoráveis. A cessação dos conflitos com as frentes expansionistas da sociedade nacional, a menor exposição às epidemias e a garantia do território com a mudança para o Parque do Xingu foram fatores importantes na decisão de crescer em população. A assistência médica foi fundamental para a melhoria das condições de saúde com medidas curativas e preventivas.

As poucas malocas habitadas pelas famílias chegadas do antigo território a partir de 1952, distribuídas ao longo do rio Xingu, entre o Posto Diauarum e a confluência do Manitsauá-Missu, transformaram-se, em menos de cinquenta anos, em aldeias repletas de crianças e adolescentes, de adultos em idade de cuidar das roças fartas e dos velhos, por sua vez, cada vez mais longevos. Esta visão das aldeias teria orgulhado o grande chefe Kaiabi, Temeonin/Pitai, falecido em 1976 no Xingu, depois de ter sido impelido a abandonar seu território ancestral em 1966.

Mais da metade da população Kaiabi do PIX constituía-se, em 1999, de crianças e adolescentes menores de quinze anos (56,2%); eram 426, hoje serão, possivelmente 500, se mantiveram o mesmo ritmo de crescimento. Na aldeia Tuiararé, a mais populosa dentre as 11 aldeias Kaiabi do Xingu, havia aproximadamente 110 habitantes nesse grupo etário, em 1999.

A composição etária da população, fragmentada e irregular em 1970, refletia a saga vivida pelos Kaiabi por mais de cinquenta anos em contato com seringueiros e postos do SPI, levando a mudanças constantes na localização de suas aldeias no Teles Pires na tentativa de sobreviver e de preservar uma parcela do enorme território outrora por eles ocupado. No final do século XX, a sua estrutura etária era “excepcionalmente jovem” e mostrava o conjunto de mudanças demográficas dos últimos anos, que se configuraram no desencadeamento do processo de recuperação populacional, embora

apontasse, ainda, para a alta mortalidade de um passado que remontava há mais de cinco décadas. Apesar de ser muito jovem, a população já dava sinais de estar se preparando para envelhecer.

Nos anos da década de 1970, as mulheres representavam apenas 42,7% da população Kaiab. Este desequilíbrio entre os sexos e o respeito às regras de parentesco inviabilizaram uniões e obrigaram alguns homens a procurar esposas entre os povos vizinhos. Com isso, alguns Kaiabi viúvos e outros sem opção de cônjuges casaram-se com mulheres não-Kaiabi e contribuíram para o crescimento populacional de outros povos do Parque, o que assumiu grande importância entre os Trumai que corriam o risco de extinção. Atualmente, suas proles numerosas estão presentes nas aldeias de diversos povos do Parque e suas roças diversificadas e fartas complementam sua alimentação. Mulheres, a abandonar suas aldeias, foram apenas duas, ambas órfãs, que seguiam seus irmãos consangüíneos.

Na década seguinte, a proporção da população feminina aumentou para 48% e na década de 1990 para 51,3%. O crescimento da população feminina harmonizou o desequilíbrio entre os sexos outrora existente, aumentando as possibilidades de uniões conjugais entre primos cruzados, prescritas pelas regras de parentesco dos Kaiabi e contribuindo para a diminuição de casamentos fora do grupo.

O equilíbrio numérico entre os sexos é fator fundamental para a formação das uniões conjugais em todas as populações. Para as sociedades indígenas, nas quais os sistemas sociais são complexos e as regras que regem as uniões conjugais prescrevem ou proíbem casamentos com determinados parentes, o equilíbrio da população por sexo é ainda mais relevante. Numa sociedade como a Kaiabi, na qual a prática da poligamia não é freqüente, sendo somente praticada pelos homens e em situações de prestígio social – entre os chefes, por exemplo – um número de mulheres igual ao de homens é sempre desejável. A aquisição do equilíbrio entre os sexos foi uma conquista importante para esta população.

Os níveis de mortalidade, mais elevados entre os homens, declinaram para ambos os sexos durante esses trinta anos. As taxas de mortalidade infantil, muito altas até 1985, atingem níveis, que podem ser considerados baixos para populações indígenas, no final da década de 1990. Atualmente, os Kaiabi não mantêm o infanticídio como prática cultural, mas, no passado, sacrificavam os gêmeos, deficientes físicos e as

crianças geradas em uniões conjugais indesejadas socialmente. Durante várias décadas na administração do Parque do Xingu, os irmãos Villas Boas desestimulavam o sacrifício de recém-nascidos.

O aspecto da doença de pele que acometia os Kaiabi, levou garimpeiros e seringueiros a rotulá-la de “lepra dos Kaiabi”, inibindo o ingresso dos mesmos no território indígena do rio Teles Pires. Este obstáculo deixou de ocorrer com o diagnóstico correto da doença entre os portadores, como sendo a doença de Jorge Lobo ou Lobomiose, sem transmissão interhumana (Machado 1966).

As taxas de natalidade mantiveram-se, desde 1975, acima de 50 nascimentos por mil habitantes e as de fecundidade mostraram aumento progressivo, atingindo uma média de 9,5 filhos vivos por mulher na década de 1990. Uma série de fatores influenciaram este aumento, acreditando-se que o tamanho atual de família dos Kaiabi represente a recuperação dos padrões tradicionais, anteriores à mudança para o Xingu e ao período de contato com a sociedade nacional quando a mortalidade era alta. A única estimativa que se dispõe do volume populacional passado dos Kaiabi é relativamente recente e refere-se somente ao grupo morador do Alto Teles Pires. Ao navegar este rio, em 1915, Pyrineus de Sousa (1916) estimou em mil os Kaiabi habitantes da margem esquerda do rio.

Retomando uma afirmação feita na Introdução desta pesquisa, de que, em condições não adversas, os padrões reprodutivos das populações indígenas são compatíveis com os seus anseios, tendo estas populações domínio sobre o tamanho de família e o volume de população que necessitam para se organizarem social e culturalmente, é possível que os Kaiabi tenham atingido seus propósitos. Após a depopulação causada pelo contato com as frentes extrativistas e colonizadoras e do impacto da mudança para o Xingu, cresceram em população, provavelmente em razão do desejo e da decisão de recuperar um volume populacional que lhes permitisse fazer funcionar seu sistema social. Acredita-se que, tendo recuperado o volume populacional desejado e já conscientes da contribuição do programa de saúde para o aumento da sobrevivência de crianças, adultos e idosos, os Kaiabi decidirão rever sua política populacional e reduzir o nível da fecundidade a um patamar mais baixo.

Assim como outros povos indígenas que vivem em seu habitat e em condições não adversas, os Kaiabi afirmam possuir práticas de restrição voluntária dos

nascimentos, com o uso de plantas medicinais de efeito anticoncepcional temporário ou definitivo. A partir desse conhecimento poderiam reverter os níveis da fecundidade se desejassem e ter domínio sobre a sua reprodução demográfica.

A conjugação de fatores favoráveis ao cumprimento da fase de recuperação populacional dos Kaiabi com sucesso está colocada: elevado número de homens e de mulheres em idade reprodutiva, provocado pelo efeito inercial da alta natalidade e da mortalidade decrescente que favorecerá, ainda por um período de tempo, a manutenção do ritmo de crescimento da população; condições de saúde favoráveis pela contribuição do programa de saúde implantado desde 1965, roças fartas e alimentação saudável. Falta a recuperação do território usurpado, que deverá ocorrer em resposta à luta que as lideranças Kaiabi vêm desenvolvendo com este objetivo.

O desafio no presente está nas mãos das lideranças e dos jovens responsáveis pela preservação da identidade cultural de seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Kathleen e PRICE, David, 1994. *Introduction*. The demography of small scale societies: case studies from Lowland South America. **South American Indian Studies**, 4:1-4.
- ANÔNIMO, 1856. *Memória da nova navegação do rio Arinos até a Villa de Santarem, Estado de Grão-Pará*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico - RIHG**, 19: 99-118.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira, 1992. **Os Rikbaktsa. Mudança e Tradição**. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- AZEVEDO, Antonio Peixoto, 1885. *Memória sobre a descoberta de uma nova viagem da cidade de Cuyaba para a do Pará*. **Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, 1:25-42.
- AZEVEDO, Carlos e MAMPRIN Luigi, 1966. *Resgate de uma tribo amazônica: um povo está salvo*. **Revista Realidade**. São Paulo: Abril Cultural, 9:37-54.
- AZEVEDO, Martha, 1996. *Análise demográfica da população Waiãpi – anos 1980 a 1985* (mimeografado).
- _____, 1993. *Censo Indígena: a experiência do Rio Negro*. **Porantim: CIMI/CNBB**, ano XVI, (156).
- _____, 1994. *Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, 11(2):235-244.
- AYRES, Manuel e SALZANO, Francisco M., 1972. *Health status of the brazilian Cayapó indians*. **Tropical and Geographical Medicine**, 24:178-185.
- BARBOSA DE SÁ, Joseph, 1904. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos*. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, 23:5-58.
- BARUZZI, Roberto G., 2000. *A UNIFESP no Xingu*. Palestra proferida durante a comemoração dos Trinta e Cinco Anos de atuação da UNIFESP-EPM no Xingu (mimeografada).
- BARUZZI, Roberto G.; D'ANDRETTA Jr. C.; CARVALHAL, S.; RAMOS, O. L.; PONTES, P.L., 1967. *Ocorrência de blastomicose queiloideana entre índios Caiabí*. **Revista do Instituto de Medicina Tropical**. São Paulo, 9: 135-142.

- BARUZZI, Roberto G.; MARCOPITO, L.F.; IUNES, M., 1978. *Programa Médico Preventivo da Escola Paulista de Medicina no Parque Nacional do Xingu*. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 21:155-170.
- BARUZZI, Roberto G.; PAGLIARO, Heloisa; SILVA, Rebeca de S. e; SCHIVARTCHE, Vivian; MEZIARA, Helena, 1994. *Os índios Panará: a busca pela sobrevivência*. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2:225-243.
- BERQUÓ, Elza S., 1980. Fatores estáticos e dinâmicos – mortalidade e fecundidade. In: Santos, Jair L.F., Levy, Maria Stella F., Szmercsányi, Tamás, orgs.. **Dinâmica da População – Teoria, Métodos e Técnicas de Análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., p. 21-85.
- BIGIO, Elias dos S., 2000. **Candido Rondon. A integração nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás; Nuseg/Uerj.
- BISILLIAT, Maureen, 1995. **Guerreiros Sem Espada. Experiências Revistas dos Irmãos Villas Boas**. São Paulo: Empresa das Artes.
- CALIL, Ricardo, 2000. *A insistente polêmica da ciência selvagem*. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, Caderno Atualidades, Antropologia, 13, 14 e 15 de outubro.
- CALLEGARI, Jacques, S. M. e SALZANO, Francisco M., 1979. *Demographic and genetics of the Kraho and Gorotire indians of Brazil*. **Journal of Human Evolution**, 8:513-522.
- CALÓGERAS, João Pandiá, 1916. *O Brasil e seu Desenvolvimento Econômico*. Conferência realizada em 7 de novembro de 1912. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, 35: 48-61.
- CAMPANÁRIO, Paulo, 2002. *A população do Município de Guarulhos (tendências entre 1980 e 2000 e projeção até 2020)*. Guarulhos: **Prefeitura do Município de Guarulhos**.
- CAMPANÁRIO, Paulo e GODINHO, Ruth, 1997. Projeção da fecundidade: modelo relacional entre nível e estrutura. **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 3: 1415-1431.
- CAPISTRANO DE ABREU, João, 2000. **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha.
- CARVALHO, José Alberto M. de, SAWYER, Diana O., RODRIGUES, Roberto do N., 1994. **Introdução a Alguns Conceitos Básicos e Medidas em Demografia**. Belo Horizonte: ABEP, Série Textos Didáticos I.

- CASTELNEAU, Francis de, 1850. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para; exécuté par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 a 1847, sous la direction de Francis de Castelnau. Histoire du Voyage.** Paris: Paul Bertrand, Librairie-Editeur, v. II.
- CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antonio Thomé de, 1868. *Abertura da Comunicação Commercial entre o districto de Cuyabá e a cidade do Pará por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós emprehendida em setembro de 1812 e realisada em 1813 – Diário.* **RIHG**, 31(1):107-160.
- CHAGNON, Napoleon A., 1977. **Yanomamo: The Fierce People.** Nova Iorque: Holt, Rinehart e Winston, 2ªedição.
- CHAGNON, Napoleon A; NEEL, James V.; WEITKAMP Lowell; GERSHOWITZ, Henry; AYRES, Manuel, 1968. *The influence of cultural factors on the demographic and pattern of gene flow from the Makiritare to the Yanomama indians.* **American Journal of Physical Anthropoloy**, 32(3):339-350.
- COUDREAU, Henri, 1977. **Viagem ao Tapajós.** Eugênio Amado tradutor. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP.
- D'ALENCOURT, Luiz, 1880. *Resultado dos trabalhos e indagações statisticas da Provincia de Mato Grosso por Luiz D'Alencourt Sargento-Mór Engenheiro encarregado da Comissão Statistica e topographica acérca da mesma Provincia. Cuyaba, 1828.* Parte Segunda. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, 8:39-142.
- DORNSTAUDER, João Evangelista, 1983. *Terra Kayabi. Algumas observações acerca do problema de terra dos Kayabi.* Centro Ecumênico de Documentação e Informação (mimeografado).
- EARLY, J. D. e PETERS, J. F., 1990. **The Population Dynamics of the Macujaí Yanomama.** Nova Iorque: Academic Press.
- FARIA, Miguel, 1999. *Mato Grosso: Estado Fronteira. Oceanos – A Formação Territorial do Brasil.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 40:161-178.
- FAORO, Raymundo, 2000. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro.** São Paulo: Globo; Publifolha, v.1.
- FLOWERS, Nancy M., 1994. *Crise e recuperação demográfica: os Xavánte de Pimentel Barbosa, Mato Grosso.* In: Ricardo V. Santos e Carlos E. Coimbra Jr. (orgs.). **Saúde dos Povos Indígenas.** Rio de Janeiro: Fiocruz. pp. 213-242.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, 1989. **Dicionário de Bandeirantes e**

Sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1ª edição, série 3, v. 6.

- FRIKEL, Protásio, CORTEZ, Roberto, 1972. *Elementos demográficos do Alto Paru de Oeste, Tumucumaque Brasileiro. Índios Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo.* **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (19), 107 pgs.
- FURTADO, Celso, 1961. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 4ª edição.
- GALVÃO, Eduardo, 1979. **Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros; v.29).
- GARFIELD, Seth, 2000. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas.* **Revista Brasileira de História**, v.20(39), s/n, extraído de Scielo.
- GOES FILHO, Synésio Sampaio, 1999a. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, Oceanos – A Formação Territorial do Brasil.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 40:45-62.
- _____, 1999b. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas.** Um Ensaio sobre a Formação das Fronteiras do Brasil. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1ª edição.
- GOMES, Mércio P., 1991. **Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência.** Petrópolis: Vozes, 2ª edição.
- _____, 2002. **O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1ª edição.
- GONÇALVES, Marco Antonio, org. 1996. **Diários de Campo de Eduardo Galvão: Tenetehára, Kaioia e Índios do Xingu.** Rio de Janeiro: UFRJ/Museu do Índio.
- GREENE, Margaret E. e CROCKER, William H., 1994. *Some demographic aspects of the Canela indians of Brazil.* **South American Indian Studies**, 4:47-62.
- GRÜNBERG, Friedl, 1970. *Tentativas de análisis del sistema de parentesco de los Kayabí (Brasil Central).* **Separata del Suplemento Antropologico**, 5 (nº 1-2):277-287.
- GRÜNBERG, Georg, s/d. **Contribuição para a Etnografia dos Kayabi do Brasil Central.**[Tese de Doutorado defendida em 1969 na Faculdade de Filosofia da Universidade de Viena] Trads. Wenzel, Eugênio G. e Donrstauder, João E.. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (mimiografado).
- GUERREIRO, Inácio, 1999. *Fronteiras do Brasil Colonial: A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII.* **Oceanos – A Formação Territorial do**

Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 40:24-42.

HEMMING, John, 1995. **Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians.** Londres: Papermac, 2ª edição.

_____, 2000. *A Pax Xinguana*. Conferência realizada por ocasião da comemoração dos Trinta e Cinco Anos de Atividade da Escola Paulista de Medicina no Xingu. UNIFESP/EPM, (mimeografado), s/n.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.), 1985. **História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 3. Reações e transações.** São Paulo: Difel, 5ª edição Tomo II, v. 3.

_____(org.), 1993a. **História Geral da Civilização Brasileira. I. Época Colonial. 2. Administração, economia e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 7ª edição, Tomo I, v. 2.

_____(org.), 1993b. **História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 1. O processo de emancipação.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Tomo II, v. 1.

_____, 1994. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição.

_____(org.), 1995a. **História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 2. Dispersão e unidade.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 6ª edição Tomo II, v. 2.

_____(org.), 1995b. **História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 3. Declínio e queda do Império.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 5ª edição Tomo II, v. 4.

_____(org.), 2000a. **História Geral da Civilização Brasileira. I. Época Colonial. 1. Do descobrimento à expansão territorial.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 11ª edição, Tomo I, v. 1.

_____, 2000b. **Monções.** São Paulo: Editora Brasiliense, reimpressão da 3ª edição.

_____, 2000c. **Visão do Paraíso.** São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

HOWELL, N., 1986. *Demographic Anthropology. Annual Review of Anthropology*, 15: 219-246.

- ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2000. **Relatório Técnico**. Programa Parque Indígena do Xingu. Viagem Histórica do Povo Kaiabi ao seu Território Ancestral no Rio dos Peixes, MT. São Paulo: ISA.
- _____, 2001. **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: ISA.
- JUNQUEIRA, Carmem, 1978. **Os Índios do Ipavu. Um estudo sobre a vida do grupo Kamaiurá**. São Paulo: Ática, 2ª edição.
- _____, 1984. *Alguns dados sobre a população Cinta Larga*. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 3:1585-87.
- _____, 1991. **Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUC, Série Trilhas.
- _____, 2000. Palestra realizada por ocasião da comemoração dos Trinta e Cinco Anos de atuação da UNIFESP-EPM no Xingu.
- JUNQUEIRA, Carmem e Camargo, Cândido Procópio Ferreira de, 1971. *Análise da Fertilidade Kamayurá*. (mimeografado).
- KAIABI, Camintai, 2000. Depoimento à autora.
- KAIABI, Canísio, 1994. A história da minha vida. IN: Mariana Kawall Ferreira.(org.), **Histórias do Xingu. Coletânea de depoimentos dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão**. São Paulo: NHUU-USP/FAPESP.
- KAIABI, Mairawê, 1981. Minha vida. Depoimento à Rosa Maria Penna, (mimeografado).
- KAIABI, Sabino, 1994. *A História de Minha Vida*. IN: FERREIRA, Mariana K.L. (org). **Histórias do Xingu. Coletânea de depoimentos dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão**, p. 85-115. São Paulo: NHUU-USP/FAPESP.
- KAIABI, Sirawan, 2001. Depoimento à autora.
- KAIABI, Tuiaraiup, 2001. Depoimento à autora.
- LARAIA, Roque de Barros, 1986. **Tupi: Índios do Brasil Atual**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.
- LERIDON, Henri, 1977. **Human Fertility. The basic components. A revised and expanded version of Aspects Biométriques de la Fécondité Humaine**. Chicago e Londres: University Press.

- LAURENTI, Ruy, 1990. *Transição Demográfica e Transição Epidemiológica*. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Epidemiologia. **Campinas: ABRASCO, 29.**
- LEVERGER, Augusto (Barão de Melgaço), 1949. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. **RIHGB, 205: 208-385.**
- LEVERGER, Augusto, 1862. *Observações sobre a carta geographica da Provincia de Mato-Grosso*. **RIHGB 25: 346-352.**
- _____, 1884. *Apontamentos para o dicionário corographico da Provincia de Mato-Grosso pelo Barão de Melgaço*. **RIHG XLVII: 307 – 504.**
- MacCLUER, J.W.; NEEL, James.V.; CHAGNON, Napoleon, 1971. *Demographic structure of a primitive population: a simulation*. **American Journal of Physical Anthropology, 35(2):193-207.**
- MACHADO, Paulo de Almeida, 1966. “Piriap”, a chamada lepra dos Caiabi. (Apresentado ao Congresso Brasileiro de Higiene, XVI, Curitiba) mimeo.
- MAGALHÃES, Amilcar A. Botelho de, 1946. In: Rondon, Cândido M. da Silva (org.), **Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu, Rio Araguaia e Oiapoque V.II**, Publ. 98. Rio de Janeiro: CNPI/ Ministério da Agricultura.
- MARTINS, Edilson, 1982. **Nossos Índios, Nossos Mortos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Codecri (Coleção Edições do Pasquim; v.28).
- MEDEIROS, Lucas, 2000. **Population dynamics of the Waiãpi of Brazil: demographic insights on the changing reproductive behavior of a indigenous culture** [Trabalho de conclusão de bacharelado em Estudos Ambientais - Universidade de Chicago].
- MEIRELES, Denise M., 1988. *Sugestões para uma análise comparativa da fecundidade em populações indígenas*. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, 5(1):1-20.**
- MELATTI, Júlio César, 1993. **Índios do Brasil**. São Paulo:Hucitec; (Brasília): Editora da UNB, 7 edição.
- _____, 1999. *Crescimento Populacional*. **Brasil Indígena**, Fundação Nacional do Índio, Ano 1, n.1, pp. 24-25.
- MELIÁ, Bartolomé, 1982. *Os Caiabi não-xinguanos*. In: Vera Penteadó Coelho. (org), **Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp/Fapesp, p. 486-509.

- MENEZES, Maria Lúcia P., 2000. **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. Coleção Antropologia dos Povos Indígenas. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial.
- MIRANDA, Manoel e BANDEIRA, Alípio, 1992. Memorial acerca da antiga e moderna legislação indígena. In: Carlos F. Marés de Souza Filho org. **Textos Clássicos sobre o Direito e os Povos Indígenas**. Curitiba: Jurua/NDI.
- MORALES, Júlio, 1971. *Notas sobre la evolucion demografica mundial*. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, Série D, nº34.
- MOREIRA NETO, Carlos Alberto, 1967. *Constante histórica do “indigenato” no Brasil*. **Antropologia**, v. 2:175-185.
- MOTA, João Leão da, 1954. **A epidemia de sarampo no Xingu**. Relatório apresentado a direção do SPI, 12 p. (mimeografado).
- MOTA, Lourival Seroa, 1954. **Relatório da epidemia de sarampo no Xingu**. Arquivo do Museu do Índio, Filme 380, fotografamas 254 a 272, (microfilmado).
- MUNICÍPIO de PORTO DOS GAÚCHOS, 2000. Site: HYPERLINK <http://www.mtnews.com.br> <http://www.mtnews.com.br> , link: municípios.
- MUNICÍPIO de NOVO HORIZONTE DO NORTE, 2000. Site: HYPERLINK <http://www.mtnews.com.br> <http://www.mtnews.com.br> , link: municípios.
- MUNICÍPIO de JUARA, 2000. Site: HYPERLINK <http://www.mtnews.com.br> <http://www.mtnews.com.br> , link: municípios.
- MUNICÍPIO de SINOP, 2000. Site: HYPERLINK <http://www.mtnews.com.br> <http://www.mtnews.com.br> , link: municípios.
- NEEL, James V. e CHAGNON, Napoleon A., 1968. *The demography of two tribes of primitive, relatively unacculturated South American Indians*. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 59: 680-689.
- NIMUENDAJU, Curt, 1948. The Cawahib, Tapanyuna and Apiacá. In: Julian H. Steward (ed.), **Handbook of South American Indians**, 3: 307-320. Washington: Government Printing Office.
- NOTESTEIN, F.W., 1945. **Population – the Long View**. In: T.W. Schultz (org.), *Food for the World*, pp. 36-56. Chicago: The University Press.
- OAKDALE, Suzanne, 1996. **The Power of Experience: Agency and Identity in Kayabi Healing and Political Process in the Xingu Indigenous Park**. [Tese de Doutorado – Universidade de Chicago].

- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de, 1970. *Os Índios Jurúna do Alto Xingu*. **Dédalo**, Universidade de São Paulo, São Paulo, ano VI, jun/dez. 11-12:1-285.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, 1958. *Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terêna*. **Boletim do Museu Nacional**, Universidade do Brasil/Museu Nacional, Rio de Janeiro, Nova Série, (18):1-17.
- OMRAN, Abdel R., 1971. *The Epidemiologic Transition. A Theory of the Epidemiology of Population. Change*. **Milbank Memorial Fund Quartely** 49, (Part 1): 509-538.
- PAGLIARO, Heloisa; MENDAÑA, Luciana G. S.; RODRIGUES, Douglas e BARUZZI, Roberto G., 2001. *Comportamento demográfico dos índios Waurá no final do século XX*. **Anais da XXIV General Population Conference**, IUSSP, Salvador, p. 1583-1594.
- PALLONI, A., 1985. Santé et Lutte Contre la Mortalité em Amérique Latine. In: Vallin, J. e Lopez A. (orgs.), **La Lutte Contre la Mort**. Paris: Presses Universitaires de France.
- PARK, Robert E., 1948. *Ecologia Humana*. In: Donald Pierson (org.), **Estudos de Ecologia Humana**, VI:21-37. São Paulo, Livraria Martins Editora, Série Biblioteca de Ciências Sociais.
- PATARRA, Neide Lopes, 1973. *Transición Demográfica: ? Resumen Histórico o Teoría de Población?* **Demografia y Economía**, 7(1):86-95.
- PENNA, Túlio Carlos de França, 1984. *Por que Demografia Indígena Brasileira*. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 3:1571-83.
- PICCHI, Debra, 1994. *Observations about a Central Brazilian indigenous population: The Bakairi*. **South American Indian Studies**, 4:37-46.
- PRADO JUNIOR, Caio, 1965b. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 9ª edição.
- _____, 2000a. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- PRADO, Maria Lígia C., CAPELATO, Maria Helena R., 1997. *A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República*. In: Boris Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III O Brasil Republicano, V Estrutura de poder e economia (1889-1930), 8:287- 307. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- PRESSAT, Roland, 1973. **L'Analyse Démographique. Concepts, Méthodes, Résultats**. Paris: Presses Universitaires de France, 1ª edição.

- PRICE, David, 1994. *Notes on Nambiquara demography*. **South American Indian Studies**, 4:63-76.
- POZZOBON, Jorge, 1994. *O mínimo demográfico de um sistema de metades exogâmicas (uma simulação em computador)*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(2):139-154.
- RIBEIRO, Berta, 1979. **Diário do Xingu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIBEIRO, Darcy, 1956. *Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas*. **Sociologia**, 18(1):3-50.
- _____, 1957. *Culturas e Línguas Indígenas do Brasil*. **Educação e Ciências Sociais**, v.II, n.6, Rio de Janeiro.
- _____, 1977. **Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Vozes, 2ª edição.
- _____, 1991. Prefácio à Mércio Gomes, **Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição.
- RODRIGUES, Douglas (coord.), 1999. **Relatório de Atividades**. Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu. DMP/USMA/UNIFESP-EPM
- SALZANO, Francisco M., 1961. *Demography of the Caingang indians*. **Human Biology**, 33:110-130.
- _____, 1984. *Migração, etnia e casamento de indígenas sul-americanos*. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 3:1565-69.
- SALZANO, Francisco M.; CALLEGARI, Jacques; SIDIA M., 1980. *Demographic and genetic relationships among brazilian Wapishana indians*. **Annals of Human Biology**, 7: 129-138.
- SALZANO, Francisco M.; CALLEGARI, Jacques, S.M.; NEEL, James V., 1979. *Demografia genética dos índios Ticuna da Amazônia*. **Acta Amazonica**, 9:517-527.
- SALZANO, Francisco M.; NEEL, James V.; MAYBURY-LEWIS, D., 1967. *Further studies on the Xavante indians. I. Demographic data on two additional villages: genetic structure of the tribe*. **American Journal of Human Genetics**, 19:463-489.
- SCHMIDT, Max.1942a. **Estudos de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, série 5ª, v. 2, tradução de Catharina Baratz

Cannabrava.

- _____, 1942b. *Los Kayabis em Matto-Grosso (Brasil)*. **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**, Asuncion, 5(6):1-34.
- SANTOS, Jair Lício F. 1980. Principais técnicas de análise e projeção. IN: S Santos, Jair L.F., Levy, Maria Stella F., Szmerecsányi, Tamás, orgs.. **Dinâmica da População – Teoria, Métodos e Técnicas de Análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., p. 103-155.
- SENRA Klinton, 1999. Kaiabi. São Paulo: Instituto Socioambiental, 18p. site: www.socioambiental.org/website/epi/kaiabi/kaiabi.htm, data de leitura: 06/07/2000.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida, 1847. *Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escripta em 1799, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. **RIHGB**, 9: 1-16.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida, 1844. *Extracto da descrição geographica da Provincia de Mato-Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento-mór de Engenheiros*. **RIHGB**, 6 (22): 156-196.
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO – SPI. **Relatórios e documentos microfilmados**: filme 1A, fotogramas 1653-1679; filme 204, fotogramas 1227, 1352, 1981-1982, 2052-2053, 2096 e 2098; filme 206, fotograma 520; filme 379, fotogramas 1456-1496; filme 380, fotogramas 254-272. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu do Índio.
- SILVA, Geraldo M. da; SENRA, Klinton; ATHAYDE, Simone, 1999. **Quarenta anos depois, os Kaiabi voltam ao centro do mundo**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 4p. (mimeografado)
- SILVA, Joana A. F., 1999. Utiariti – **A última tarefa. Missionários e índios na ocupação de Mato Grosso**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de História, (mimeografado).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 1999. *A Saga dos Sertanistas*. **Oceanos – A Formação Territorial do Brasil**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 40:148-158.
- SILVA, Márcio Ferreira da, 1994. *A Demografia e os povos indígenas no Brasil*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 11(2):261-264.
- SIMÕES, Mário, 1963. “Os Txicão” e Outras Tribos Marginais do Alto Xingu. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, 14:76-104.
- SODRÉ, Nelson Werneck, 1979. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10ª edição.

- SOUSA, Antônio Pyrineus de, 1916. *Exploração do rio Paranatinga e seu levantamento topográfico, bem como dos rios São Manoel e Telles Pires*. Rio de Janeiro: **Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas**, Publicação nº 34, Anexo 2.
- SOUZA, Guaraci A. Alves de, 1974. *Crescimento Populacional e Transição da Fertilidade em Países Subdesenvolvidos*. **Cadernos do CEAS**, (34) :4-13.
- SOUZA, Luciene G. de e SANTOS, Ricardo V., 2001. *Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil*. **Cadernos de Saúde Pública**, 17(2):355-366.
- STEINEN, Karl von den, 1940. *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, **Separata da Revista do Arquivo**, nos. XXXIV e LVIII, tradução de Egon Schaden, p. 179-206.
- _____, 1942. **O Brasil Central**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- STEWART, Julian H. (editor), 1946/1949. **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, v.I, II e III.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, 1981a. **Relatos Sertanistas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP
- _____, 1981b. **Relatos Monçoneiros**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP.
- THOMPSON, W.S., 1948. **Plenty of the People**. Nova Iorque: Ronald Press, 2ª edição.
- TRAVASSOS, Elizabeth, 1984. **Xamanismo e Música entre os Kayabi**. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- _____, 1993. A tradição guerreira nas narrativas e nos contos Caiabi. In: Vera Coelho (org.), **Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu**, p. 446-484. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- _____, 1986. **Relação de documentos referentes aos postos que deram atendimento aos índios Kayabi, subordinados à então 2ª Inspeção Regional do Pará do Serviço de Proteção ao Índio**. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (mimeografado).
- VIERTLER, Renate B., 1986. **Problemas sugeridos por estimativas demográficas entre os índios Bororo**. Centro Ecumênico de Documentação Indígena, (mimeografado).

- VILLAS BOAS, Orlando e VILLAS BOAS, Cláudio, 1989. **Os Kayabi do Rio São Manoel**. Porto Alegre: Editora Kuarup.
- WAGLEY, Charles, 1942. *Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé*. **Sociologia**, IV(4):407-411.
- _____, 1951. *Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes*. **Revista do Museu Paulista**, 5:95-104.
- WELTI, Carlos (ed.), 1998. **Demografía II**. 1ª ed.. México: Programa Latinoamericano de Actividades en Población/Instituto de Investigaciones Sociales.
- WONG, Laura Rodriguez, 1984. *Resumo das discussões sobre o tema "Etnia e População"*. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, 3:1561-63.
- _____, 1986. **A dinâmica demográfica dos índios no interior do Estado de São Paulo**. Relatório de pesquisa realizado com o auspício do Programa de Bolsas de Pesquisa da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 43 pgs., (mimeografado).

